

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia

Renata Lucindo Ferreira Mendonça

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA RESPOSTA AO OUTRO?

Belo Horizonte

2017

RENATA LUCINDO FERREIRA MENDONÇA

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA RESPOSTA AO OUTRO?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, linha de Pesquisa Processos Psicossociais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre de Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Moreira Marcos

Área de concentração: Psicologia Clínica

Belo Horizonte

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M539g Mendonça, Renata Lucindo Ferreira
Gravidez na adolescência: uma resposta ao outro? / Renata Lucindo
Ferreira Mendonça. Belo Horizonte, 2017.
102 f.

Orientadora: Cristina Moreira Marcos
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

1. Gravidez - Aspectos psicológicos. 2. Psicanálise do adolescente. 3. Educação sexual para adolescentes. 4. Organizações não-governamentais - Pesquisa - Belo Horizonte (MG). 5. Maternidade. 6. Educação sexual para a juventude. I. Marcos, Cristina Moreira. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 618.2-053.6

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito– CRB 6/2999

RENATA LUCINDO FERREIRA MENDONÇA

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: UMA RESPOSTA AO OUTRO?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, linha de pesquisa Processos Psicossociais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre de Psicologia.

Profª. Dra. Cristina Moreira Marcos – PUC Minas (Orientadora)

Profª. Dra. Carla Derzi – PUC Minas (Banca Examinadora)

Profª. Dra. Cristiane de Freitas Cunha – UFMG (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 18 de abril de 2017.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo tentar responder sobre o sentido da gravidez na adolescência na atualidade. Se as adolescentes, hoje, podem viver uma certa liberdade sexual sem engravidar, por que ainda a gravidez, nesse período da vida, continua acontecendo e é considerada um problema pela a sociedade e pelas as políticas públicas em todo o mundo? Esta pesquisa foi realizada em duas ONGs de Belo Horizonte - Minas Gerais. O método científico utilizado foi o psicanalítico, por meio de encontros com as adolescentes em grupo ou individualmente. Nesta dissertação, utilizaremos dos conceitos psicanalíticos para responder sobre essa questão e lermos esse acontecimento. Os conceitos investigados são a adolescência, a maternidade, o *acting out* e a passagem ao ato. A hipótese levantada é que a gravidez nesse período da vida, em alguns casos, pode ser um *acting out*.

Palavras chaves: Psicanálise, adolescência, gravidez, maternidade, *acting out* e passagem ao ato.

RESUMÉ

Cette dissertation tente d'interroger le sens de la grossesse dans l'adolescence au jour d'aujourd'hui. Si les adolescentes, actuellement, peuvent vivre une certaine liberté sexuelle sans tomber enceintes, pourquoi les grossesses continuent-elles à avoir lieu dans cette période de la vie, et que cela soit considéré un problème pour la société et les politiques de santé publique à travers le monde ? Cette recherche a été réalisée dans deux ONG de Belo Horizonte – Minas Gerais. La méthode scientifique utilisée est la méthode psychanalytique, par le moyen de rencontres avec les adolescentes en groupe ou individuellement. Dans cette dissertation, nous nous servons des concepts psychanalytiques afin de répondre à la question et avoir une lecture de ces événements. Les concepts passés au crible sont l'adolescence, la maternité, l'acting-out et le passage à l'acte. L'hypothèse envisagée est que la grossesse dans cette période de la vie, dans certains cas, peut être un acting-out.

Mots clés : Psychanalyse, adolescence, grossesse, maternité, acting-out et passage à l'acte.

*Ao meu pai, que fez uma festa e soltou foguetes
na minha primeira formatura,
aos 6 anos de idade,
consentindo com uma invenção possível
que está comigo desde então.*

AGRADECIMENTOS

O meu obrigada à Cristina Moreira Marcos, que a cada passo dado me fez repensar e rever minhas ideias e escrita, de forma justa, rigorosa, mas não sem um cuidado preciso e atencioso.

À banca, Carla Derzi e Cristiane Cunha, por terem aceitado prontamente o trabalho e pela colaboração fundamental e de forma clara e gentil na qualificação, com um efeito preciso para o trabalho.

Aos funcionários da Puc-MG – Coração Eucarístico, que suportaram a minha dificuldade com a burocracia e formalização.

Aos que me ajudaram a entrar no mestrado: às queridas Adriane Barroso e Isabela Silveira, que me deram dicas precisas e atenciosas sobre a PUC, instituição à qual decidi endereçar o meu trabalho. À Lilany Vieira Pacheco, que me ajudou na construção do meu pré-projeto e acompanhou todo o percurso de construção desta pesquisa, dando dicas de textos precisos que facilitaram a minha leitura sobre a psicanálise; e ao querido Luis Flávio Couto, que desde da minha graduação me oferece dicas, ideias, livros e uma palavra a cada vez que o solicito.

Aos que há muito tempo vêm contribuindo para uma tentativa constante em trabalhar com o método psicanalítico e construir uma ideia sobre a gravidez e adolescência: Cristiane Barreto, primeira a apostar na minha escrita; Cristiana Pittella Cardoso, supervisora atenta desde o início do trabalho com adolescentes grávidas, contribuindo com uma leitura justa e rigorosa da escrita, anterior à dissertação, mas que me ajudaram a sustentar a construção desta.

À Yolanda Vilela, que escutou e leu um dos casos de forma clara, doce e rigorosa, me colocando a trabalho de uma nova forma, possibilitando uma leitura mais precisa do caso. À Ana Lydia Santiago, que contribui de forma objetiva e rigorosa no meu trabalho com Conversação.

Aos que durante esta gestação me ofereceram dicas importantes e cuidadosas: Mariana Vidigal, amiga doce e generosa com leituras e perguntas; Guilherme Del Debio, dicas precisas e leituras de fragmento; Raquel Guimarães e José Xavier, informação necessária e fundamental sobre o direito; Rachel Botrel, que me faz uma pergunta que me fez ler e reler os textos de outra maneira; Heleny Daniel, ao me ajudar com as questões práticas e regras de

uma dissertação; Ednei Soares, pelas conversas que me faziam repensar minha leitura; Ernesto Anzalone que, sempre cuidadoso, oferece uma palavra, traduz e-mail... dá informações. À Ana Elisa Maciel, que pôde ler minha dissertação e revisá-la, que bom que você voltou a tempo.

Aos que me ofereceram sorrisos, carinhos e dicas, querendo saber desta construção que é tão solitária: Alduir Bento, Marisa Renna Vitta, com sua doçura e cuidado. À Claudinéia Bento que ouviu áudios e enviou mensagens. Às crianças do “Primavera Verão”, Isa, Bruna, Luana e Vitória, que me fazem rir da vida sempre. A Admardo Junior, com seu carinho e abraço apertado; Monica Rhame, sempre atenta a me escutar e querer saber deste trabalho; Ao Túlio Cesar Caetano, que no auge do meu desespero, pôde me oferecer uma mão neste trabalho; e ao Guilherme Alves dos Santos Freire que, sem me conhecer, me ajudou e cuidou do meu do projeto para ser submetido ao Comitê de Ética.

À querida Monica Terezinha, “minha mana”, que com o seu saber me ajudou a escrever e-mails, traduzir textos e sempre me perguntava como caminhava a dissertação.

Ao meu pai, que sempre contribuiu de várias formas em minha decisão de trabalho; minha irmã querida, que me ama profundamente e eu a ela; minha sobrinha, que com seu sorriso e perguntas me faz rir da vida e de mim mesma, a qual eu amo como uma filha. Ao Marco Antônio Daniel, pela história. Por me conhecer muito antes da dissertação.

À ONG Manjedoura, por acolher não só este trabalho, mas o meu trabalho constante com aquilo que ela me ofereceu: “trabalhar com grávidas e mães”. Foi a partir do trabalho sério dessa ONG, construído pela Adriana Cintra, sua presidente, e seus colaboradores, citarei aqui Jane e Nirlei, que pude me perguntar sobre essa questão na adolescência.

À ONG Colmeia, que me acolheu nesta pesquisa e que realiza um trabalho tão cuidadoso e sério com as grávidas e mães. Agradeço, principalmente, à Cassia e Marília! Agradeço a confiança!

E agradeço, principalmente, às adolescentes que puderam contribuir com este trabalho e nos ensinar tanto!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Sobre as Instituições	16
1.2 A gravidez na adolescência seria um problema ?	18
2 HISTÓRIA DA ADOLESCÊNCIA	22
2.1 O surgimento do conceito de adolescência	22
2.2 Sobre a gravidez na adolescência e as idades da vida	26
3 O QUE A PSICANÁLISE ESCLARECE SOBRE ADOLESCÊNCIA E MATERNIDADE	28
3.1 “Na Psicanálise, o que é adolescência?”	28
3.2 “O Despertar da Primavera!”	38
3.3 Ato e Acting-out na Puberdade	43
3.4 As Jovens: “Dora” e a “Jovem Homossexual”	46
3.5 O que a psicanálise esclarece sobre a maternidade	52
3.6 O que a clínica pode nos ensinar?	59
3.7 Como caminha a adolescência hoje?	59
3 METODOLOGIA	68
4.1 O encontro com as adolescentes: o que elas podem nos ensinar?	71
4.1.1 Uma Conversação: “A gente engravida!”	72
4.1.2 “Engravidai e parei com tudo”	75
4.1.3 O que me orienta é a lei em vigor	79
4.1.4 As grávidas tornam-se filhas	80
4.1.4.1 “Somos todos iguais”	80
4.1.4.2 “Depois que engravidai, tudo mudou”	82
4.1.5 Clara, uma adolescente que nos mostra outro caminho	85
4.1.5.1 Recusar é se responsabilizar?	85
4 CONCLUSÃO	93
REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

Em 1957, foi lançado nos Estados Unidos um medicamento voltado aos distúrbios da menstruação. Seu nome era Enovid, e a bula trazia uma advertência: pode causar suspensão temporária da fertilidade. [...] Em pouco tempo, o remédio começou a ser utilizado por mulheres que buscavam justamente esse efeito colateral. Cerca de 500 mil recorreram ao Enovid entre 1957 e 1960. (LAGE, 2015).

Há milênios, encontram-se registros de ideias anticonceptivas. As primeiras foram pensadas por Aristóteles (NOGUEIRA, 2009). Podemos afirmar que ter relações sexuais somente pelo prazer, pelo encontro sexual, é uma questão antiga, anterior ao mundo em que vivemos. Entretanto, a pílula anticoncepcional foi uma invenção do mundo moderno e é um acontecimento, um marco na história da civilização no que se refere ao controle de natalidade. Ela foi lançada em 18 de agosto de 1960 (HARTL, 2017), há apenas 57 anos. Foi um avanço científico e foi responsável por uma mudança fundamental no comportamento das mulheres. Essa invenção possibilitou a escolha de engravidar ou não e em qual momento um filho seria pertinente na vida de uma mulher.

O que nos perguntamos nesta pesquisa é: Por que, na atualidade, com o avanço dos métodos anticoncepcivos, existe ainda a gravidez precoce e indesejada? E, principalmente, porque as adolescentes engravidam? Por que, na atualidade, as adolescentes que podem viver experiências sexuais sem a consequência da gravidez, como acontecia com suas avós e bisavós, continuam engravidando? E como a psicanálise pensa esse acontecimento?

A gravidez precoce e/ou indesejada é considerada, pelas políticas públicas, um problema, principalmente quando nos referimos à parcela da população que engravida na adolescência. As cartilhas, os cursos e a entrega de anticoncepcionais nas UPAs - Unidades de Pronto Atendimento - são projetos pedagógicos adotados por vários governos como tentativa de eliminar ou diminuir a incidência da gravidez nas circunstâncias mencionadas acima. A partir dessa questão, considerada um problema social, questionamos o que poderia estar acontecendo, já que as decisões tomadas pelas políticas não têm o efeito esperado.

Definimos como base teórica a psicanálise, por ser a teoria que nos permite abordar a questão a partir da singularidade do sujeito e de suas determinações inconscientes. Diferentemente da pedagogia, a psicanálise não considera o sujeito senhor de suas ações, o saber da consciência cumpre um papel mínimo em seu sintoma. Ao contrário de um saber completo e racional, o sujeito é determinado por um não-saber. Este não-saber é considerado, pela psicanálise, fundamental na relação do sujeito com o mundo.

Ao valorizarmos o trabalho construído por Freud e sua leitura do sujeito, ao reconhecermos o legado deste e de seus sucessores, como Lacan e outros, não podemos tratar um fenômeno, seja este social ou histórico, e a civilização, sem considerar o caso a caso. A partir da escuta e do reconhecimento do inconsciente, e levando em consideração a singularidade de cada sujeito, a psicanálise lê as questões e problemas sociais. É por meio desse olhar que a gravidez na adolescência será estudada nesta pesquisa.

Para isso, faremos um contraponto da psicanálise em relação às políticas públicas, já que estas consideram a gravidez, neste momento da vida, um problema causado por fatores sócio-econômicos a ser tratado e eliminado. A psicanálise questiona o próprio modo de pensar a adolescência, pois afirma que todo sujeito pode responder pelo seu ato e que este ato, a gravidez, não é um fenômeno acéfalo, mas pode ser alienado. Para a psicanálise, em relação ao inconsciente, todo sujeito é responsável pelo seu ato. Apesar do sujeito se apresentar a partir de uma posição de não-saber e de lhe faltar a consciência na maioria de seus atos, ele não é, por isso, menos responsável por eles e pelo que lhe acontece.

Realizaremos um estudo histórico do conceito de adolescência, pois a gravidez só é considerada precoce para as políticas públicas e para a civilização a partir do reconhecimento e da invenção da adolescência, ou seja, quando o sujeito passa a ser visto como não tendo autonomia e condições de responder por seu ato, diferentemente de uma época em que as moças casavam-se com 12, 13 anos e já eram mães aos 15, 16 anos.

A pesquisa foi realizada em duas ONGs (Organização Não Governamental) de Belo Horizonte. O material recolhido será apresentado, verificado e questionado nesta pesquisa, em que iremos priorizar o caso a caso, a singularidade das adolescentes que foram acolhidas nestas ONGs.

1.1 Sobre as instituições

O projeto de pesquisa surgiu a partir da experiência de trabalho iniciada em 2005 em uma das ONGs que atende gestantes e mães em BH e na grande BH. A partir dos encontros de psicólogos com as gestantes de diferentes idades, por meio da abordagem psicanalítica, descobrimos que havia uma recorrência de gravidez entre as adolescentes. Estas tinham dificuldade em aderir ao programa. Além disso, muitas mulheres que chegavam à instituição após a adolescência tinham tido seu primeiro filho entre 13 e 18 anos. Constatamos, então,

que várias mulheres que frequentavam esta ONG estavam passando ou passaram por uma gravidez nesse período da vida.

Esta observação fez com que a instituição questionasse o próprio programa e se perguntasse sobre o trabalho ofertado. A ONG esperava uma resposta ideal à sua proposta, pois a cada encontro feito no “curso para gestante primeiro momento”, a instituição mantinha uma posição pedagógica em relação aos métodos anticonceptivos.

Ao verificarmos a recorrência da gravidez na adolescência e a dificuldade da adolescente em aderir ao programa preestabelecido, a equipe da instituição decide fazer uma nova oferta às gestantes adolescentes e, em 2009, disponibiliza o método da Conversação entre os serviços prestados. Este método visa ofertar um lugar para a palavra, um lugar em que o sujeito possa dizer para além da maternidade e sobre si mesmo.

Algumas perguntas foram formuladas a partir desse trabalho:

- Por que, no mundo atual, em que as meninas podem decidir quando querem engravidar e podem viver uma certa liberdade sexual a gravidez na adolescência ainda é recorrente, sendo considerada um problema social para as políticas públicas?

- A que uma gravidez responde?

O material recolhido na referida ONG reúne anotações feitas entre 2005 e 2010 nos encontros individuais da psicologia com as adolescentes e em Conversações realizadas entre 2009 e 2012. Para realizarmos esta pesquisa, nos detivemos ao grupo de adolescentes entre 13 e 18 anos.

Foram também realizadas, em 2016, 6 Conversações em uma segunda ONG. As perguntas anteriores nos serviram como orientação para os encontros com as sete adolescentes desta instituição que participaram das Conversações. Dentre estas, um grupo de cinco se manteve presente em quase todo o processo e duas entraram e saíram durante o período. Nesta instituição, estavam presentes adolescentes na faixa etária entre 13 e 18 anos.

Há uma diferença fundamental no campo de pesquisa:

- A primeira ONG acolhe as gestantes e mães de forma presencial. Elas não são abrigadas pela instituição e comparecem à mesma de forma espontânea, utilizando os serviços de acordo com as suas possibilidades. Os dados coletados fazem parte de um período de trabalho na ONG em que as adolescentes compareceram em um ou dois atendimentos individuais e em Conversações. Podemos afirmar que o número de adolescentes presentes sempre foi diverso e não preestabelecido.

- A segunda ONG abriga grávidas e mães adolescentes, conseqüentemente, não houve alteração significativa no número de participantes presentes nos encontros nesta instituição.

Esse dado explicita um dos modos de funcionamento que diferenciam as ONGs: uma recebe diariamente e a outra abriga em uma casa as gestantes e mães. Esclarecemos que o material foi recolhido de acordo com o modo de funcionamento de cada uma delas.

As instituições não serão tratadas aqui de forma detalhada, assim como não abordaremos suas especificidades. Essa decisão foi tomada com o intuito de mantermos o sigilo e a proteção dos sujeitos envolvidos no material recolhido nas ONGs, e por elas representarem, em nosso trabalho, o modo como as políticas públicas tentam tratar um sintoma, um fenômeno, e os modos como a adolescência se apresenta.

1.2 A gravidez na adolescência seria um problema?

As questões sobre a gravidez na adolescência refletem uma preocupação dos órgãos ligados às políticas públicas. Os órgãos citados nesta dissertação são: o Estado, o governo Federal e a OMS (Organização Mundial de Saúde). Eles se preocupam, questionam esse fato e não obtêm uma resposta eficaz para o que é considerado um problema social. A questão é considerada grave e importante em todo o mundo, pois a gravidez na adolescência é interpretada pelas políticas públicas como um problema a ser solucionado e extinto.

Como referência desta posição adotada pelas políticas públicas, podemos nos utilizar do relatório da situação da População Mundial de 2013, publicado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). O relatório mostra que 20 mil meninas dão à luz todos os dias em países em desenvolvimento e destaca os “graves impactos sobre as meninas”, referindo-se à educação, saúde e a empregos mais estáveis. No relatório, a Organização das Nações Unidas (ONU) declara que as meninas pobres, com baixa escolaridade, de áreas rurais, de grupos marginalizados, sem acesso às informações sobre controle de natalidade têm “maior risco” de engravidar.

Podemos destacar que, para as políticas públicas, a gravidez na adolescência é uma consequência de múltiplos fatores e que este acontecimento é um efeito do meio e não uma escolha da adolescente. A gravidez, principalmente de meninas menores de 15 anos, é considerada pela ONU “não [...] uma escolha deliberada, mas sim ausência de escolhas e de

circunstâncias além do controle das meninas. A gravidez precoce reflete a falta de poder, a pobreza e as pressões por parte dos parceiros, colegas, famílias e comunidades” (FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2013), além dos casos relatados por essa organização de violência sexual e coação.

A ONU considera a gravidez na adolescência, simultaneamente, a causa e a consequência da violação dos direitos de uma adolescente, minando as condições da mesma de exercer o seu direito de “educação, saúde e autonomia”. O relatório ainda aponta as várias intervenções dos governos de cada país para diminuir a incidência da gravidez na adolescência, como aquelas¹ realizadas em algumas comunidades que concordam com os casamentos nesta idade. A ONU declara também que os fatores subjacentes (pobreza e desigualdade social) não são reconhecidos pelos governantes como causa da gravidez na adolescência e faz um apelo para que este acontecimento seja tratado com mais atenção pelos governos dos vários países.

O relatório de 2014 da UNFPA

[...] diz que investimentos estratégicos podem permitir aos jovens reivindicar seus direitos – à educação, à saúde, ao desenvolvimento e a viverem livres de violência e discriminação. No entanto, atualmente, uma em cada três meninas em países em desenvolvimento se casa antes dos 18 anos, o que representa uma ameaça à sua saúde, educação e perspectivas futuras. Até a metade das agressões sexuais são cometidas contra meninas com idade inferior a 16 anos. (UNFPA, 2014, p. 1).

O governo do Estado de Minas Gerais, em 2012, com o tema: “como promover o bem-estar da adolescente durante a gravidez?”,² reconhece as questões tratadas acima e considera a gravidez na adolescência “um risco”, um problema social, um problema para as adolescentes, para as comunidades e para o governo. Entretanto, apesar de todo o investimento das autoridades por meio de informação e distribuição de anticoncepcionais, a gravidez considerada precoce continua acontecendo.

Não podemos desconsiderar o fator social, tampouco a violência contra as jovens mulheres, e esta pesquisa reconhece as ações das políticas públicas que visam à qualidade de vida de adolescentes que vivem em situações de risco e violência. Contudo, como nos ensina

¹ No dia 20/01/2016, por meio das intervenções da ONU, o Tribunal Constitucional de Zimbábue proibiu o casamento de meninos e meninas menores de 18 anos.

² Essa questão apresentada pelo Governo do Estado de Minas Gerais fez parte, em 2012, da Plataforma Virtual Movimento Minas que permitia a participação dos internautas com temas ligados às questões do Estado. Ao final, foi criado o Relatório Movimento Minas e do Desafio: “Gravidez na adolescência”.

a psicanálise, devemos nos perguntar sobre a posição do sujeito e sua responsabilidade em sua história.

Neste trabalho, as perguntas sobre por que as adolescentes engravidam mesmo com a possibilidade de viverem uma certa liberdade sexual é uma questão presente a cada encontro com a adolescente, no caso a caso.

O encontro que se constitui como ponto de partida para que esta dissertação e pesquisa tivessem um lugar de endereçamento acadêmico se deu em uma das ONGs. Em uma Conversação, estavam presentes: uma advogada, uma fisioterapeuta, a secretária da ONG, uma psicanalista e 10 adolescentes, entre grávidas, mães e acompanhantes das adolescentes. Surgiram temas sobre o aborto, o tráfico, até começaram a dizer que ter menina era muito melhor que ter menino. Ao questionarmos esta fala, elas nos responderam que ter menina era muito melhor porque para o menino tem o tráfico, as drogas, e que as meninas não têm isso. Nesse momento, perguntamos: “Se os meninos vão para o tráfico, o que as meninas fazem?”. Após um instante de silêncio, uma delas responde e as outras concordam: “A gente engravida”.

A partir desse fragmento, várias questões surgiram. Utilizamos a teoria psicanalítica para ler esta Conversação e priorizamos alguns conceitos psicanalíticos como o *acting out*, a passagem ao ato e o conceito de adolescência para pensar se esta é uma resposta das meninas para tentar solucionar a questão sobre o seu ser de mulher, o atravessamento do mundo infantil para o mundo adulto, e se seria um modo de encontrar a sua nomeação como sujeito.

Para tentarmos esclarecer alguns pontos sobre as questões colocadas acima e tentarmos dizer algo sobre a gravidez na adolescência, dividiremos a dissertação em três capítulos.

O primeiro capítulo tratará da história da adolescência. Usaremos o historiador Ariès e o psicanalista Lesourd para localizarmos quando surgiu a adolescência, mostrando que ela é uma criação da civilização e como esse conceito mudou ao longo do tempo. Assim, faremos também um recorte da história da gravidez, pois ela só é tratada e concebida, de acordo com o que vimos na introdução, a partir de uma construção histórica, da civilização.

O segundo capítulo tratará de alguns conceitos extraídos da teoria psicanalítica, sendo eles: adolescência, gravidez e maternidade. Além destes, abordaremos os conceitos de *acting out* e passagem ao ato, apresentando a diferença entre eles, esclarecendo-os, com o intuito de

responder à hipótese desta dissertação: Seria a gravidez na adolescência uma resposta endereçada ao Outro?

O terceiro capítulo abordará a adolescência na atualidade a partir da clínica de vários escritores contemporâneos, assim como dos fragmentos recolhidos nas duas instituições. Utilizando a teoria psicanalítica descrita na metodologia, tentaremos responder à hipótese apresentada acima.

2 HISTÓRIA DA ADOLESCÊNCIA

A idade seria um indicativo, uma referência para o jovem realizar um trabalho, um casamento, tomar uma decisão na sociedade? Ao estudarmos os personagens históricos da sociedade, encontramos exemplos diferentes daqueles com os quais nos deparamos na atualidade. Como Napoleão Bonaparte, que aos 16 anos já era tenente, e Joana d'Arc, que, com a mesma idade, pede para entrar no exército francês. Estes fatos nem por mérito ou por esforço seriam permitidos de “bom grado” hoje, com consentimento do mundo ocidental.

A partir das várias histórias de personagens, reconhecidos socialmente ou não, é possível concluir que o modo como a idade é reconhecida e tratada mudou ao longo dos tempos e se diferencia de acordo com a cultura. Há adolescência desde sempre? A gravidez na adolescência seria um problema social nos períodos em que os jovens Napoleão Bonaparte e Joana d'Arc viveram? Vistos hoje, eles seriam adolescentes aos quais não seria permitida uma ação desta responsabilidade, uma decisão sem a emancipação estabelecida por lei. O que mudou?

2.1 O surgimento do conceito de adolescência

Iniciando esta investigação, podemos dizer que o conceito de adolescência é uma criação considerada recente e o modo de pensar a infância e a adolescência têm relação com cada cultura, o momento histórico e social.

Segundo Phillipe Ariès, a adolescência não existe desde sempre, foi instituída e construída ao longo da história. Na França, por exemplo, até o século XVIII, não havia diferenciação entre a criança, o adolescente e o adulto, e a idade não era algo importante. No decorrer dos períodos, a partir da construção da instituição escolar e de mudanças ocorridas na estrutura familiar, a idade passou a fazer parte do cotidiano e da vida social.

Ariès (1981, p. 193) afirma:

Na idade Média, no início dos tempos modernos, e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram consideradas capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas, [...], ou seja, aproximadamente, aos sete anos de idade. A partir desse momento, ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias.

É possível dizer que no momento em que a criança era desmamada, ela era a companheira natural do adulto.

O autor aponta que, em algumas culturas e classes sociais, pressupunha-se “uma diferença, uma passagem entre o mundo das crianças e o dos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 194), havia um rito de passagem representado por uma “iniciação ou educação”. Todavia esta diferenciação era utilizada por um pequeno grupo. Essa passagem ou momento entre a vida infantil e a adulta não era reconhecida pela maioria da sociedade e nem vivida cotidianamente como ocorre hoje no mundo ocidental.

O psicanalista Serge Lesourd (2004) faz, por sua vez, em seu livro “A construção adolescente no laço social”, um histórico sobre a existência da adolescência e considera “abusivo”³ pensar na inexistência dessa idade até o século XIX. Para ele, há registros da adolescência descritos entre 470 e 350 a.C., período em que se instalou a educação formal dos jovens entre 14 e 21 anos. O autor declara também que até os 7 anos, a criança era responsabilidade da mãe ou da ama de leite, e que após esse período, a criança ficava sob os cuidados do pai, do criado, daquele que tinha a função de lhe ensinar um ofício.

Para ambos os pesquisadores, o lugar da criança no mundo era definido pelas condições de trabalho, de aprendizado de um ofício. Lesourd (2004) afirma que, em algumas culturas, além de aprender um ofício, o jovem adolescente tinha também a função de manter as tradições, inclusive as sexuais. Ariès (1973/1981), contudo, não vê diferenciação das idades e a criança, aos 7 anos, se misturava ao mundo dos adultos. Mesmo com o reconhecimento da adolescência em algumas culturas ou períodos da história, podemos afirmar que a forma como ela é vista hoje não existiu desde sempre.

O relatório da ONU e o estudo dos dois autores acima, principalmente do historiador Ariès (1973/1981), demonstra-nos o quanto as ideias de infância e de adolescência são uma construção social, da civilização. O historiador Ariès (1973/1981), na construção sobre as idades da vida, declara que estas serão preestabelecidas e reconhecidas a partir de dois fatores principais: a criação dos colégios e a instituição do núcleo familiar. Ele relata que, nas primeiras escolas, não havia diferenciação das idades, adultos, crianças e adolescentes frequentavam a mesma sala de aula, e que somente a partir das observações feitas pelos professores que a idade foi considerada um critério de separação.

³ Ainda que não possamos comparar os estudos de Lesourd e Ariès, ao nos referirmos à formação de cada um, os registros de Lesourd são interessantes como um dado a mais sobre a história da adolescência.

Sobre o núcleo familiar, ele descreve que, por um longo período da história, este não era considerado, havia comunidades constituídas de várias “famílias.” Os feudos que existiam na Idade Média, por exemplo, não priorizavam o núcleo familiar e “entre os camponeses, a família não era um grupo social significativo, pois não teria condições de sobreviver: tudo era partilhado pela aldeia, inclusive eventos sociais como casamentos, batizados e funerais.” (CHAPADEIRO; ANDRADE; ARAÚJO, 2011, p. 20).

A partir da configuração do núcleo familiar, há uma separação, para Ariès (1973/1981), do privado e do público, atribuindo à família uma ideia de estrutura íntima diferente da coletiva. Há uma primazia, não existente anteriormente, da transmissão dos bens e do nome. Com a delimitação do núcleo familiar e a criação das escolas, surge uma disciplina rígida para as crianças, dando origem, inclusive, à invenção e construção, nos séculos XVIII e XIX, dos internatos.

A partir destes dois elementos, núcleo familiar e escola, a criança passa a ser tratada de forma relevante, pois será a herdeira do nome e dos bens, diferente da estrutura de comunidade existente anteriormente. Com essa reestruturação, a sociedade se interessa pelo controle de natalidade, que “surgiu no século XVIII, no momento em que a família acabava de se reorganizar em torno da criança e erguia entre ela mesma e a sociedade o muro da vida privada.” (ARIÈS, 1981, p. 195). Na introdução desta pesquisa, citamos que há registros que descrevem as tentativas de criação de métodos contraceptivos anteriores ao período delimitado por Ariès. Entretanto, este pesquisador encontra, no período delimitado por ele, a importância da criança no momento em que ela torna-se uma preocupação e tem um lugar delimitado na família.

Conforme Lesourd (2004), em algumas comunidades, a adolescência podia ter uma função específica, existindo então uma educação distinta para o adolescente, que passava pelo ensino dos costumes e da sexualidade. Ele afirma que em algumas culturas e períodos da civilização, “a questão da gestão do prazer, a questão da ética sexual era sempre uma questão adolescente, até mesmo uma questão confiada aos adolescentes, no quadro do laço social.” (LESOURD, 2004, p. 24). Esse dado localiza a diferença entre a criança e o adolescente na história da civilização.

Verificaremos, nos capítulos posteriores, que a sexualidade na adolescência se apresenta de forma diferente da sexualidade infantil e é reconhecida pelas políticas públicas, pela civilização e pela psicanálise como um acontecimento divisor de águas entre essas

idades. A afirmação de que os adolescentes eram responsáveis pela “questão ética sexual” também nos oferece subsídios para pensar que algumas civilizações podiam consentir com o que concerne atualmente ao adolescente, que são suas questões sexuais. Questões que se mostram um problema a ser tratado pelas políticas públicas quando a consequência é a gravidez.

A constatação feita por Ariès (1973/1981) sobre a construção do núcleo familiar como uma delimitação entre o público e o privado e a proteção da criança como um objeto precioso nos interessa por ser uma formulação que fornece substrato para a construção do conceito de adolescente estabelecido nos dias hoje.

Atualmente, a partir dos relatórios da ONU e de algumas leis, verificamos que as crianças e os adolescentes são considerados sujeitos a serem guiados e protegidos. A Convenção dos direitos da criança afirma que “uma pessoa até os 18 anos é considerada uma criança, e que, a esta, tem que ter assegurado os seus direitos e que devem receber proteções especiais de acordo com sua idade” (UNFPA, 2013). Esta afirmação, que orienta as políticas públicas, corrobora a ideia atual sobre adolescência e nos mostra as diferenças apresentadas nos estudos de Ariès (1973/1981) e Lesourd (2004). Além disso, confirma que este conceito e os modos de pensar a infância e a adolescência são uma construção ao longo dos períodos da história e da civilização ocidental.

Alguns órgãos estabelecem o que seria a adolescência na atualidade, utilizando o tempo cronológico como base para situar as políticas públicas. No Brasil, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) afirma que a adolescência compreende as idades entre 12 e 18 anos. O Estatuto da Juventude afirma que este termo compreende as idades entre 15 e 29 anos. O Estatuto da Juventude diverge da Assembleia Geral das Nações Unidas, que afirma que a juventude vai até os 24 anos. Esses dados nos mostram, novamente, como a civilização vem, ao longo dos anos, questionando essa idade, que pode ter características diferentes de acordo com o período e a cultura.

O conceito de infância e adolescência não existe desde sempre. O “reconhecimento das várias idades” se realiza em uma história viva que está diretamente vinculada à cultura e ao momento histórico da civilização. Se as idades foram uma construção social que variou de acordo com a cultura e o período histórico, onde estaria a gravidez na adolescência? No período dos jovens Napoleão Bonaparte e Joana d’Arc, a gravidez era permitida nessa idade?

2.2 Sobre a gravidez na adolescência e as idades da vida

Ao escutarmos as histórias contadas por nossas avós, podemos afirmar que uma gravidez era autorizada e permitida em idades consideradas hoje prematuras. A partir dos estudos das idades, nos perguntamos: para quem e por que a gravidez na adolescência é considerada precoce?

A história social da criança e do adolescente, a história da civilização e as leis vigentes nos mostram que a gravidez na adolescência é considerada precoce para as políticas públicas e seus órgãos. Estes estão atentos à gravidez neste período. A Organização Mundial de Saúde (OMS) exige um tratamento diferenciado e leis específicas das políticas públicas para que esse problema seja resolvido. Em consequência disto, foi promulgada em Zimbabué, um país do continente africano, em 2016, uma lei que exemplifica o trabalho que vem sendo realizado pela OMS e pelos governos de diversos países. Em 20 de janeiro de 2016, essa lei proibiu o que foi chamado pelo governo deste país de casamento “infantil”.

Em Zimbabué, até a data de 20/01/2016, o casamento era autorizado para as meninas aos 16 anos e para os meninos aos 18 anos. A lei foi promulgada a partir da avaliação dos relatos que descreviam esses casamentos como abusivos, pois eram realizados sem o consentimento das jovens e vinculados às questões socioeconômicas das famílias. Uma das jovens relata que sua vida era “um inferno” e que “criar um filho quando ainda se é uma criança é difícil” e afirma “eu deveria estar indo para a escola”. (GRANDE..., 2016).

Esta lei está em concordância com o conceito atual de adolescência: um momento entre a vida infantil e a vida adulta, necessitando de ritos de passagem, o apoio e a intervenção dos pais ou adultos, com leis que asseguram o bem estar, a escolaridade e a proteção.

Hoje, diferente dos períodos descritos por Ariès (1973/1981), o relatório da ONU afirma que as meninas menores de 15 anos são consideradas “vulneráveis e não têm condições de compreender e responder adequadamente aos desafios de uma gravidez neste período” (UNFPA, 2014). Portanto, para a Organização Mundial da Saúde e para as políticas públicas, uma gravidez na adolescência é reconhecida como um acontecimento precipitado e a adolescente não é capaz de responder adequadamente por esse fato. Conforme relatado acima, ela é coagida ou influenciada pelo contexto social e pelas privações com as quais vive.

O conceito e os modos de tratar a criança e o adolescente foram se alterando no decorrer da história. A afirmação que consta no relatório da ONU sobre as adolescentes menores de 15 anos pode ser contestada ou questionada, pois além das diferentes culturas, é necessário considerar o caso a caso e a singularidade de cada adolescente. Na atualidade, uma ação de um adolescente que não seja por submissão ou coação é interpretada como um modo de agir, muitas vezes, precipitado e antecipado, indevido.

Para a psicanálise, a criança e o adolescente devem ser escutados, os atos lidos e interpretados. Miller (2012, p. 6), em seu texto “A criança e o saber”, questiona o que é uma criança: “Uma criança é o nome que damos ao sujeito desde que o enviamos para o ensino, sob a forma da educação. A criança é o sujeito a educar, o que quer dizer o sujeito a conduzir, a levar”. Miller nos esclarece também sobre a etimologia da palavra “pedagogo”, nome dado ao escravo encarregado de conduzir as crianças.

A adolescência, que é o momento de saída da infância, é um período em que o jovem ainda é visto como aquele a ser levado, conduzido, ensinado. Entretanto, é necessário escutar o singular, o saber próprio de cada criança e adolescente. Há um saber sobre si mesmo e esses sujeitos não devem, simplesmente, serem enquadrados na norma vigente.

Podemos concluir que a sociedade, representada aqui pelas políticas públicas, vê em uma gravidez na adolescência um ato indevido, feito por um sujeito que ainda precisa ser conduzido e ensinado. Para as políticas públicas, a adolescente não responde pelos seus atos e a gravidez seria consequência do meio em que vive, da falta de informação, ato realizado sob coação ou por privação socioeconômica.

Ao estudarmos a gravidez na adolescência sob a perspectiva da teoria psicanalítica é necessário, conforme mencionado acima, escutar o caso a caso, a partir da singularidade de cada adolescente, e nos perguntarmos a que uma gravidez responde. Quando é possível dizer que a gravidez é uma saída, um sintoma, uma solução ou um problema para uma adolescente?

A partir da experiência de trabalho nas ONGs, sustentada pela teoria psicanalítica, vamos estudar os casos que chegaram às instituições e averiguar a singularidade de cada gravidez, podendo questionar a precocidade ou não deste acontecimento e como a adolescente responde a isso. O que elas podem nos dizer sobre o que há de novo na adolescência e sobre a gravidez?

3 O QUE A PSICANÁLISE ESCLARECE SOBRE ADOLESCÊNCIA E MATERNIDADE

“Sabe-se que somente com a puberdade se estabelece a separação nítida entre os caracteres masculinos e femininos.”
(Freud, 1905/1996, p. 207).

Neste capítulo, interessa-nos o modo como a psicanálise aborda a puberdade e em que medida a dimensão do ato é convocada nesse momento particular da vida do sujeito. Os temas serão tratados a partir das teorias de Freud e Lacan e das contribuições de autores contemporâneos como Jacques-Alain Miller, Philippe Lacadée, Estela Solano, Sonia Alberti, Hugo Freda, Alexandre Stevens e outros.

O termo adolescência, que se transformou ao longo do tempo em um conceito, é uma resposta da sociedade à puberdade. A adolescência reúne todos os acontecimentos deste período entre a saída da infância e a entrada para o mundo adulto. Inclui as mudanças biológicas, sociais, o embaraço frente a essas mudanças e o tempo cronológico que orienta as políticas públicas e a sociedade que precisa nomear e acolher as questões que surgem nesse período. É a forma encontrada para tratar e nomear a puberdade.

Puberdade é o termo utilizado por Freud para se referir às mudanças corporais, ao desligamento da autoridade dos pais, à questão do sexo e às identificações fora do núcleo familiar. Contudo, alguns psicanalistas pós- freudianos e, principalmente, contemporâneos, utilizam o termo adolescência.

Neste trabalho, empregaremos os dois termos: puberdade e adolescência. O termo puberdade só será usado ao nos referirmos a Freud ou quando algum texto psicanalítico priorizar esse termo. Além destas circunstâncias, usaremos o termo adolescência.

3.1 “Na Psicanálise, o que é adolescência?”⁴

No capítulo “As transformações da puberdade”, Freud (1905/1996, p. 196) utiliza uma frase orientadora sobre a entrada na puberdade: “É como a travessia de um túnel perfurado desde ambas as extremidades”. Com isso, afirma que há uma força que impulsiona o sujeito à

⁴ MILLER, J-A. “Em direção à adolescência”.

saída da infância em direção ao mundo adulto e o que surge de novo é a primazia das zonas genitais. Há um novo neste acontecimento. Como ele adveio?

Freud, no texto “Três ensaios sobre a sexualidade”, afirma que a pulsão infantil é predominantemente autoerótica, uma pulsão que gira em torno de si mesma, de suas zonas erógenas, e suas relações se estabelecem em função das imagens representadas, principalmente, pelo núcleo familiar. Neste texto, Freud descreve três fases fundamentais anteriores à entrada no mundo adulto e que são, de alguma forma, uma construção para chegar à fase adulta: a infância e suas turbulências, da qual advém a construção do sujeito; o período de latência em que a criança vive, segundo ele, uma “certa tranquilidade psíquica”; e, no fim deste período, a puberdade, que é a saída da infância e a entrada no mundo adulto.

O que advém com a puberdade?

A puberdade é o retorno do recalcado e a pergunta do púbere é sobre o seu lugar no mundo e sobre a sua sexualidade, se ela vai se dirigir para a questão do ser homem ou mulher, pois, na infância, “a pulsão sexual era predominantemente autoerótica; agora encontra o objeto sexual” (FREUD, 1905/1996, p. 196). Este é um acontecimento “divisor de águas” na saída da infância para a vida adulta, em que se instaura a primazia da zona genital.

Em primeiro lugar, é disso que se trata, pois a saída da infância a partir das questões sobre a primazia da zona genital é uma condição “sine qua non” para iniciar qualquer discussão sobre puberdade em Freud.

Freud relata que, na puberdade, ocorrem mudanças corporais fundamentais que preparam o sujeito e o encaminham ao mundo adulto, afirmando que surge “um aparelho altamente complexo” neste momento. Este aparelho é acionado por estímulos que Freud (1905/1969, p. 197) descreve como dois tipos de excitação: “vindo do mundo externo, mediante a excitação das zonas erógenas já conhecidas, do interior do organismo, [...] e da vida anímica, que por sua vez é um repositório de impressões externas e um receptor de excitações internas”. Para ele, por meio dessas duas vias, chega-se a uma mesma condição: a “excitação sexual”.

Sobre a diferença entre a pulsão na infância e a pulsão na puberdade, podemos esclarecer, a partir do texto de Freud sobre “As transformações da puberdade”, que a pulsão infantil é autoerótica e o pré-prazer age com uma força menor que na vida adulta. Os estímulos esperados e suportados são de menor escala e, na infância, não há o conflito das duas correntes, a terna e a sexual.

Segundo Freud, como nos esclarece Lacan (1957/1995, p. 124):

Logo antes do período de latência, o sujeito infantil, masculino ou feminino, chega à fase fálica, que indica o ponto da realização genital. Tudo está ali, até e inclusive a escolha do objeto. Existe, no entanto, alguma coisa que não está ali, a saber, a plena realização da função genital, realmente estruturada e organizada.

Um dos autores contemporâneos reafirma o que está escrito acima, mostrando-nos que o protótipo da relação sexual já existe na infância, embora seja barrado pelo recalque. Na infância, “existe a bela harmonia das pulsões sexuais e da corrente terna” (COTTET, 1996, p. 103). Essas pulsões, conforme já mencionado, têm uma força menor e foram organizadas na construção feita na primeira infância.

Na primeira infância, as pulsões podem se satisfazer com os mesmos objetos, não há diferença entre eles. Somente após o período de latência, na puberdade, a força destes estímulos chega a seu ápice e deixa de ser autoerótica e familiar. Na puberdade, o “divisor de águas se faz muito claro entre os objetos sexuais e os pais” (COTTET, 1996, p. 101), pois, como nos esclarece Freud (1914), todos os laços na infância são das imagens, elas são o que as crianças construíram em relação ao seu pai, mãe e irmãos.

As pulsões descritas por Freud que antes eram parciais, ou melhor dizendo, polimorfas, se conjugam e as zonas erógenas se submetem à zona genital. Essa submissão não é biológica. Alberti (1996, p. 120), em “Esse sujeito adolescente”, esclarece a leitura feita de Freud por Lacan sobre o primado da genitalidade:

[...] não é porque Freud considera o genital como um representante que resumiria e abarcaria tudo que havia antes do mundo pulsional [...] é antes uma condição muito incômoda ao ser humano, que vê sua libido condenada à submissão ao significante, porque o homem é um ser de linguagem.

Esse significante é o falo. Esse é o órgão orientador do sujeito.

Na puberdade, não existe harmonia entre o sensual e o terno, há uma luta entre essas duas correntes. Com os acontecimentos da puberdade, o sujeito precisa lidar com a conjunção dessas correntes, e o desafio desse momento é lidar com elas. As repostas dadas nessa batalha é a chamada adolescência; o que foi recalado é o protótipo do sexual, que retornará.

Em um primeiro momento, o sujeito existe como um corpo. Ele é um corpo. Ser um corpo é diferente de ter um corpo, e para ter um corpo, é necessário entrar na linguagem, ser

um ser de linguagem. É isso que nos diferencia dos animais, como nos mostra Cottet (1996) no texto “A Puberdade Catástrofe”, ao dizer que não há um saber contínuo e único sobre a sexualidade, sobre como um homem pode tratar uma mulher ou como um homem pode tratar um homem, independente do gênero, desde que a sexualidade esteja presente.

Esse não saber, isso que não está estabelecido a priori e que não é contínuo nos separa dos animais e do instinto. O instinto é o saber contínuo dos animais. A humanidade, por ser atravessada pelo simbólico, não é organizada, não é orientada por esse saber.

Na adolescência, o que está em jogo é a sexualidade, é a conjunção entre a corrente terna e sexual. O que retorna aí é o que foi recalcado da relação sexual entre o menino e sua mãe, da menina com sua mãe e, a posteriori, com seu pai. A menina tem que abrir mão do seu primeiro amor que é, para todo ser falante, a mãe, e se dirigir ao pai que possui o falo, e o menino não pode desejar a mãe porque pode perder o falo que possui. A simbolização para a menina passa por isso que não se tem, a do menino, por aquilo que se tem imaginariamente, então, “um elemento imaginário entra na dialética simbólica” (LACAN, 1957/1995, p. 125).

Como nos diz Freud nos “Três ensaios sobre a sexualidade”, a menina, para possuir o falo, representado pelo desejo de ter um filho do pai, dirige o seu amor para o pai, e o menino, que já detém o falo, representado pelo pênis, recua diante do desejo de ter a mãe para não perder o falo. A questão dos seres humanos passa por quem imaginariamente possui o falo e quem não o possui. “Freud insiste nesse ponto: o falo não tem [...] o mesmo valor para aquele que possui realmente o falo, isto é, a criança masculina, e para a criança que não o possui, isto é a criança feminina” (LACAN, 1957/1995, p. 125).

A história familiar nomeada de Complexo de Édipo é o que deve ser recalcado e que retorna na puberdade. Lacan, ao reler o Complexo de Édipo, localiza que este deve ser lido a partir do discurso, da linguagem. Ele deve ser reconhecido a partir dos significantes. Para explicá-lo, Lacan utiliza a Metáfora Paterna, em que o significante materno é substituído pelo nome do pai, inaugurando, assim, um sujeito que possa responder por si.

Toda essa trama que acontece na primeira infância é recalcada e o sujeito passa, após o recalque, a viver um período de latência em que as repostas simbólicas inventadas para essas questões são suficientes para o sujeito lidar com sua vida e seus objetos amorosos. “O retorno disto” é o real! E “o real é aqui o que retorna sempre ao mesmo lugar.” (LACAN, 1964/1985, p. 55).

Lacan (1964), ao falar do que se repete do inconsciente, do real, se refere ao autômaton e à tiquê. O autômaton é a rede de significantes repetidos ligados a um modo de funcionamento conhecido, e a tiquê é o encontro com o real. O “real é o que vige sempre por traz do autômaton” (LACAN, 1964/1985, p. 58). A efeito do real é o traumatismo, que retorna e insiste, embora seja inassimilável.

Esse real também pode ser traduzido como a “relação sexual não existe”. A puberdade poderia ser um nome para a não relação sexual e, neste momento, o adolescente tem que se haver com o sexo, dar um nome para isso. “A inexistência da relação sexual é a dificuldade de saber o que fazer quanto ao sexo; é a ausência de um saber constituído a priori sobre isso.” (STEVENS, 2004, p. 30). Nesse vazio da não relação sexual, o sujeito precisa inventar um sintoma, um modo de nomear e de circunscrever o real.

Essa força que surge impulsiona o sujeito à saída da infância e, com isso, outras questões se apresentam: como a diferenciação dos sexos e o questionamento sobre o lugar do sujeito no mundo, qual será sua invenção singular para encontrar um modo de se identificar com os ideais de seu sexo. Essas questões atravessam o sujeito e ele é obrigado a rever o seu antigo lugar infantil e a se separar dele.

Freud (1914/1996) nos esclarece, ao falar da infância e da constituição do sujeito, que a criança em uma tenra idade já criou uma forma para se relacionar com as pessoas, sejam elas do seu próprio sexo ou do sexo oposto. Esse modo é estabelecido na infância a partir da relação da criança com o par parental, seu núcleo familiar, incluindo, além da família, todos aqueles que viveram diretamente com ela.

É na infância que um sujeito se constrói por meio dos laços, cenas e produções psíquicas infantis. A posteriori, o que vemos são as respostas ligadas a essa formação, um modo único de estar e ver o mundo. A formulação freudiana sobre a construção infantil mostra-nos que o que acontece na adolescência é uma resposta à puberdade, a isto que está em jogo, que é lidar com a corrente sexual e terna, e a escolha de novos objetos.

Essa forma preestabelecida na infância de se relacionar, de existir no mundo, pode ser desenvolvida ou transformada. Contudo, não é possível se livrar dela. Não é possível se separar disso que foi estabelecido na tenra idade, nos primeiros anos de vida. Todos os novos laços construídos posteriormente à infância têm relação com os laços feitos com as imagos infantis.

Sabemos que as construções e a própria sexualidade são estabelecidas na infância. Dois autores, Cottet e Alberti, ajudam-nos a ler Freud, esclarecendo o que acontece na puberdade, já que a construção é anterior a esse momento da vida. O que ocorre na adolescência é uma falha na fantasia, uma crise. O ser humano, por ser um ser de linguagem, é um ser em crise, não há uma resposta única e preestabelecida de como se relacionar sexualmente. Freud nos ensina sobre o que foi construído na infância, a diversidade da escolha objetal:

[...] a afeição infantil pelos pais é sem dúvida o mais importante, embora não o único, dos vestígios que, reavivados na puberdade, apontam o caminho para a escolha do objeto. Outros rudimentos com essa mesma origem permitem ao homem, sempre apoiado em sua infância, desenvolver mais de uma orientação sexual e criar condições muito diversificadas para sua escolha objetal. (FREUD, 1905/1996, p. 216).

Para o humano, não há um modo único e contínuo que responda a isso, como ocorre com os animais.

O que seria a falha da fantasia? Até o período antes da puberdade, o simbólico responde aos questionamentos advindos da infância. Na puberdade, o simbólico construído até então é insuficiente para dar conta do real que surge. A falha da fantasia, isto é, a insuficiência do simbólico, faz com que a angústia não tenha uma nomeação, uma resposta que apazigue o sujeito, o que não quer dizer que as questões sobre a sexualidade, como foi dito até agora, sejam uma novidade. A partir da teoria psicanalítica, é possível ponderar sobre “A diferença dos sexos” e dizer que esta já foi concluída na tenra infância, e que, na puberdade, há uma reafirmação dessa “decisão” infantil. A conclusão do sujeito sobre o seu lugar no mundo e sua pulsão é redirecionada para fora do núcleo familiar.

Para que haja o redirecionamento da pulsão a um objeto fora do núcleo familiar é necessário viver, nesse período, a separação do par parental, já que, na infância, o sujeito se vê ligado a esse par, tentando ocupar um lugar de primazia nessa relação. Essa separação é considerada por Freud um acontecimento extremamente difícil de ser vivido e concluído. Ele demonstra, no texto “Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar”, as dificuldades que um sujeito encontra para realizar essa tarefa, por meio dos sentimentos de amor e ódio dirigidos aos pais e do desapontamento em relação ao par parental. É necessário destituir o par parental para haver uma ascensão do sujeito ao mundo adulto. É necessária a queda do pai para que o filho possa substituí-lo, já que “o pai é um modelo não apenas a ser imitado,

mas também a ser eliminado para que possamos tomar o seu lugar” (FREUD, 1914/1996, p. 249). Esses sentimentos e como eles se apresentam na sociedade são chamados por ele de “choque de geração”.

Os púberes, ao tentarem se separar do par parental e construírem um caminho independente do núcleo familiar, precisam encontrar, externamente à família, outras referências. É um período em que necessitam fazer laços no mundo distantes dos seus quartos. Devem encontrar substitutos para o Outro da autoridade parental. Nesse processo, precisam fazer novas identificações e obter respostas sobre a sociedade e sobre si mesmos a partir do encontro com o mundo externo, para além da autoridade familiar. Esses substitutos são semelhantes a eles, seja por via de uma aproximação por idade ou pelos modos de agir. Eles se identificam com alguém mais próximo de si mesmos e que age diferente da autoridade reconhecida e encontrada nos pais. Alguém em quem eles supõem um saber novo sobre a sociedade e sobre si.

Para Freud, esses sentimentos direcionados à família e construídos na tenra idade são redirecionados aos mestres, às pessoas distantes do núcleo familiar. O adulto não pode eliminar os sentimentos construídos na infância, ele

[...] pode, posteriormente, desenvolvê-las e transformá-las (as atitudes) em certas direções, mas não pode mais livrar-se delas. As pessoas a quem se acha assim ligada são os pais e irmãos e irmãs. Todos que vem conhecer mais tarde tornam-se figuras substitutas desses primeiros objetos de seus sentimentos. (FREUD, 1914/1996, p. 248).

Essas “figuras substitutas” são as “imagos” da família nuclear. O púbere, com essa herança e, ao mesmo tempo, tendo que se separar do par parental, inventa formas de existir e de encontrar um lugar social por meio das várias identificações feitas fora dessas “imagos”, embora fazendo uso delas. Ele olha da janela do seu quarto e vislumbra o mundo lá fora, verifica que há um saber fora da família e suas identificações parentais perdem o sentido, não têm mais a importância ou o brilho existente há tão pouco tempo.

Ao mesmo tempo em que ocorre a queda do amor parental, ocorre também um desapontamento do adolescente com as figuras paterna e materna. Freud aponta, em “Algumas contribuições da psicologia do escolar”, que esse sentimento de desapontamento, em que o amor e o ódio se alternam, é um sentimento ambivalente, que mais tarde será direcionado às pessoas fora do núcleo familiar.

Em seu texto, Freud identifica o professor como um dos possíveis substitutos dos pais, exemplificando, com isto, o conceito de transferência, em que os sentimentos em relação aos pais e irmãos são direcionados aos professores. Ele afirma:

É nessa fase do desenvolvimento de um jovem que ele entra em contato com os professores, de maneira que agora podemos entender a nossa relação com eles. Estes homens, nem todos pais na realidade, tornaram-se nossos pais substitutos. Foi por isso que, embora ainda bastante jovem, impressionaram-nos como tão maduros e tão inatingivelmente adultos. Transferimos para eles o respeito e as expectativas ligadas ao pai onisciente de nossa infância e depois começamos a tratá-los como tratávamos nossos pais em casa. (FREUD, 1914/1996, p. 249).

O amor transferencial dirigido ao professor e a qualquer pessoa na vida do púbere pode ter uma característica ambivalente, de amor e ódio, pois o pai deve ser um modelo a ser imitado, mas também eliminado para que o adolescente possa ocupar o seu lugar.

Utilizo-me, para exemplificar, os modos de identificação ao professor e os modos de agir presentes no filme “Sociedade dos Poetas Mortos”.⁵ O roteiro mostra-nos um internato para meninos de famílias tradicionais. Com a entrada de um novo professor, que foi estudante nessa escola, ocorre uma identificação dos alunos a este. Essa identificação acontece a partir do modo como ele se dirige aos alunos, que vivem o momento de separação do par parental.

O professor se dirige a eles como um semelhante, um pouco mais velho, uma autoridade que não exige e nem espera que eles hajam, na escola, como crianças a serem guiadas. Além disso, oferece a eles algo novo, um modo de agir e um novo uso da palavra, autorizando-os a questionar a representação da autoridade, autorizando-os a criarem o novo a partir do “*Carpiem dien*”. O “*Carpiem dien*” é algo preciso na adolescência, pois o adolescente vive uma vida no aqui e agora, sem medir atos ou consequências. Esse professor oferece aos adolescentes uma nova identificação, autorizando a ação, o aproveite ao máximo o seu dia, seu momento, indo ao encontro da pulsão que guia, na adolescência, os sujeitos e seus corpos.

Referimo-nos à separação do par parental e à identificação com um outro fora do par parental, mas podemos afirmar também, a partir do que consultamos e da nossa orientação de trabalho, que a puberdade pode ser entendida como uma temporalidade lógica, e que a adolescência inclui, além da temporalidade lógica, uma continuidade genética e desenvolvimentista reconhecida pelas políticas públicas e pela sociedade.

⁵ Filme de 1990, dirigido por Peter Weir, com roteiro de Tom Schulman.

No texto “Em direção à adolescência”, Miller (2015, p. 1) esclarece que o conceito de adolescência é controverso e que “há a adolescência cronológica, há a adolescência biológica, psicológica (...), a adolescência comportamental e a adolescência cognitiva”, e que essas definições não se “recobrem e nem se superpõem exatamente”. A psicanálise interessa-se por todo esse contexto da adolescência descrito acima, mas, principalmente, pelo que passa pela temporalidade lógica. A adolescência, para a psicanálise, “pode, talvez, ser estudada como o tempo de concluir, em torno do qual se subjetiva para o sujeito seu ser sexual e também o tempo em que se operará a escolha definitiva do objeto, orientada fundamentalmente pela fantasia.” (SOLANO, 1997, p. 8). O sujeito do inconsciente é atemporal, não havendo uma continuidade cronológica ligada à anatomia do corpo. O que interessa para a psicanálise é o sujeito dividido pelo objeto, um sujeito que está em jogo no sexual.

As questões mencionadas anteriormente - ser homem ou mulher?; qual objeto escolher?; como existir de modo singular no mundo? - serão um enigma para o sujeito adolescente. Um enigma a ser tratado por ele em um tempo particular e lógico e respondido a partir da fantasia construída na infância.

Nesse momento, há um deslocamento da libido que era direcionada para o próprio corpo e para o Outro parental, sendo essa ação orientada pela fantasia. “É a fantasia que domina a escolha de objeto, e ela corresponde perfeitamente ao que a criança construiu de saída ao longo de suas investidas sexuais.” (SOLANO, 1997, p. 12). Essa construção é sempre uma ficção singular, uma invenção solitária do sujeito, que retorna como questão na adolescência para uma ressignificação do objeto a partir da fantasia já existente.

Na vida infantil, a criança inventa uma fantasia singular para tratar a perda do objeto que é, também, delimitado nessa construção. É a fantasia que orienta o sujeito e a criança constrói uma promessa falsa para si mesma: “quando eu for adulto, terei o que não tenho hoje”. O período de latência, período após a infância e anterior à puberdade, em que o sujeito vive uma “certa tranquilidade psíquica”, é, de um certo modo, um intervalo feito pelo sujeito. Finalizando esse período, é “restabelecida” a ligação originária com o objeto, sendo essa ligação ressignificada. Enfim: “o encontro do objeto é, na verdade, um reencontro.” (FREUD, 1905/1996, p. 210).

Na puberdade, essa promessa é revista e há uma “articulação do eu ideal e do ideal do eu [...]”. O momento púbere é um momento em que, com efeito, o narcisismo se reconfigura” (MILLER, 2015, p. 3) e a promessa feita a si mesmo é rearticulada.

Mesmo com a falha da fantasia, isso não significa a destituição da mesma ou a sua dissolução, mas, principalmente, a sua rearticulação.

A partir da psicanálise, podemos concluir que a sexualidade não surge a priori na puberdade. Toda a vida sexual adulta, sejam seus desvios, dificuldades e sua “normalidade”, é determinada e ligada às “manifestações infantis da sexualidade”, de modo que o objeto amoroso já foi escolhido na infância. Na adolescência, o que ocorre é a reafirmação da escolha desse objeto.

Essa reafirmação só não pode ser confundida e considerada “simples réplica das pulsões da infância” (COTTET, 1997, p. 101). Algo do real retorna, mas é ressignificado. Podemos reiterar, para explicar esta ressignificação, que o “pré-prazer” já foi produzido na infância, mas “o prazer final é novo e, portanto, provavelmente está ligado às condições que só surgem na puberdade.” (FREUD, 1905/1996, p. 199). Esse trabalho do adolescente é difícil e angustiante. Mesmo com a construção da fantasia infantil, de recursos para lidar com a sexualidade e com o saber oferecido pelo Outro, o reencontro com o objeto não é sem dificuldades.

Sobre a gravidez na adolescência, há um saber oferecido pelo Outro que se apresenta por meio de informações, cartilhas, manuais e, muitas vezes, pela relação solitária da adolescente com o mouse. Apesar da tentativa do Outro em responder a essa questão, em ensinar e conduzir o adolescente, não há uma resposta nas informações, cartilhas e nem no mouse. Há o caso a caso, a singularidade do sujeito. Não é possível uma pedagógica sobre a pulsão para todos e o sujeito sempre será “tomado de surpresa no seu encontro com o sexual” (SOLANO, 1997, p.18).

A adolescência, para a psicanálise, é um conjunto de sintomas vividos por cada adolescente em particular, uma luta contra o real que reaparece por meio das pulsões desorganizadas no corpo, com a surpresa da sexualidade, no momento em que o sujeito se separa do Outro parental e tem que “se identificar com os ideais do seu sexo” (COTTET, 1997, p.102).

Esse momento, para além das transformações biológicas, é um encontro com o real do corpo, um corpo que precisa ressignificar sua posição no mundo, encontrar uma nova forma de lidar com a queda dos ideais e a insuficiência dos antigos referenciais paternos. Os jovens são “forçados a criar novas formas de lidar com o real” (MATTOS, 2005, p. 55).

Freud (1905/1996) faz uma analogia a essa passagem, dizendo-nos que o jovem “atravessa um túnel”, uma travessia não sem uma “forção”⁶ tanto do lado da infância - manter-se como criança - quanto do lado da adolescência, empurrando-o para o mundo adulto. Há um Outro, o mundo lá fora que força essa travessia em que sua saída é poder se nomear, localizar-se sexualmente, existir de um outro modo. Lacan (1974, p. 558), no “Prefácio a O despertar da primavera”, declara que “um homem se faz ‘O homem’ por se situar a partir do Um-entre-outros, por entrar-se entre seus semelhantes”. Ele esclarece essa condição de ser sujeito no mundo a partir de uma entrada no discurso em que o sujeito inventa um nome próprio, um significante que o nomeie e faça disso um ponto singular para que ele possa se identificar e, ao mesmo tempo, reconhecer-se como único perante os seus.

O adolescente, um sujeito angustiado diante do embaraço de ter que inventar uma saída, pressionado na travessia do túnel, entre dois registros:

[...] de um lado, o mundo, o lugar onde o real se comprime e, do outro lado, a cena do Outro, onde o homem como sujeito tem de se constituir, tem de assumir um lugar como portador da fala, mas só pode portá-la numa estrutura que, por mais verídica que se afirme, é uma estrutura de ficção. (LACAN, 1963, p. 130).

A puberdade, mesmo com a escolha já feita nos primeiros anos de vida, é um momento da diferenciação dos sexos, “tanto para Freud como para Lacan, representa uma escansão sexual, uma escansão no desenvolvimento, na história da sexualidade” (MILLER, 2015, p. 2). Freud (1920/1996, p. 180), no texto “A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher”, reafirma que a escolha do objeto amoroso é algo que precisa de um tempo, um tempo para se localizar como uma decisão, e conclui: “mesmo em uma pessoa normal, leva algum tempo antes de se tomar finalmente a decisão com referência ao sexo do objeto amoroso.”

3.2 “O Despertar da Primavera”!⁷

Nesta peça, o dramaturgo trata da sexualidade fazendo uma crítica à sociedade alemã do século XIX. O que talvez ele não tenha se dado conta é que a sua escrita retrata as

⁶ “Ato ou ação de forçar, especialmente o ato de forçar a barra, no qual o verbo vira substantivo”.

⁷ “O Despertar da Primavera” é uma peça do dramaturgo alemão Frank Wedekind escrita no outono de 1890 e na primavera de 1891.

dificuldades dos jovens em ter que lidar com o retorno do real e com esse gozo no corpo que eles não conseguem nomear, algo do insuportável que deve ser tratado e atravessado.

O roteiro da peça mostra-nos que é necessário “inventar” um lugar em que o sujeito possa entrar em contato com aquilo que é o seu impasse nesse momento. É preciso encontrar uma nova forma de lidar com seu corpo, utilizando-se da “velha” edificação, e construir uma saída do “túnel”, como aponta Freud em seu texto “As Transformações da Puberdade”.

Na peça, os adolescentes, cada um a seu modo, se perguntam sobre seu corpo e seu gozo. Os três personagens principais, Melchior Gabor, Moritz Stiefel e Wendla Bergman, e outros oito adolescentes têm que se haver com as questões sobre o mundo, sobre ser homem ou ser mulher, suas identificações com seu próprio sexo, o gozo no corpo e as respostas possíveis no mundo em que vivem.

O roteiro de Wedekind descreve esse período da puberdade, as questões sobre a sexualidade e mostra que “isso não é satisfatório para todos, chegando a confessar que, se é mal sucedido, é para todo o mundo” (LACAN, 1974, p. 557). A sexualidade faz furo no real e ninguém escapa incólume disto. Entretanto, embora seja uma experiência comum a todos, cada um tem que lidar a seu modo. Cada personagem, cada sujeito precisa lidar com seu horror em relação ao real, inventar um modo singular de lidar com a inexistência da relação sexual.

Apesar da grandeza do roteiro e dos seus personagens, vamos nos deter aqui em Wendla Bergman, uma garota que completa, no início da peça, 14 anos de idade. Nesse trecho, o autor mostra-nos a angústia da mãe ao ver sua filha crescendo e suas várias tentativas de cobrir o corpo da moça, como quando aumenta o tamanho do vestido para que ela tivesse o corpo encoberto. Parece-nos que Wedekind apresenta uma garota com as mudanças de seu corpo e uma mãe que, ao perceber essas mudanças, passa a avaliar as roupas que ela usa. A Sra Bergman é despertada do sonho de ter a filha eternamente criança quando Wendla passa a perguntar sobre a vinda dos bebês. Neste momento, a filha ainda não consegue compreender o que isso significa e qual o motivo da preocupação da mãe. Wendla não consegue compreender que não se tratava do vestido, mas da possibilidade do encontro com o sexo.

Esta personagem se pergunta de onde vêm os bebês e, a cada vez, tenta utilizar o saber do Outro, nesse caso o saber da mãe, para tentar encontrar uma resposta sobre essa questão. A resposta dada pela mãe, “que os bebês são trazidos pela cegonha”, não a satisfaz mais, e ela,

insistentemente, busca na mãe uma resposta que pudesse apaziguá-la e dar borda aos acontecimentos de seu corpo. Vemos que ao tentar saber sobre os bebês a partir da palavra, do simbólico, questionando o Outro, ela tenta bordejar e nomear esse gozo que aparece em seu corpo.

Uma adolescente em uma Conversação na ONG, diz-nos que quando criança queria um bebê, que importunava a mãe perguntando como são feitos os bebês, ao que a mãe lhe responde que estes eram trazidos pela cegonha. Isso a apazigua até ela descobrir, na adolescência, a verdade sobre os bebês e se sentir enganada pela mãe.

Wendla e esta adolescente se aproximam em suas questões ao verificarmos que a resposta infantil apazigua o sujeito e que, posteriormente, na puberdade, esse saber não responde à questão, não acalma o sujeito, não organiza o gozo. Não por esse saber ser uma ficção, pois todo saber do sujeito é uma ficção, mas porque o saber inventado pelos pais não tem mais o mesmo valor, é um saber desvalorizado e sem sentido. Na puberdade, então, é necessário inventar um novo saber sobre si mesmo e sobre o mundo, fora do par parental, um saber que inclua o novo da sexualidade, da primazia genital.

A mãe de Wendla, ao ser questionada, não consegue dar uma resposta satisfatória, uma resposta que apaziguasse a angústia da filha e autorizasse um novo lugar, diferente da criança que Wendla foi e que a mãe queria tanto que permanecesse viva.

No roteiro, a Sra. Bergmann menciona a filha mais velha, a irmã de Wendla, que já era casada e que acabava de dar à luz a mais um bebê, como exemplo e referência. Uma das respostas dadas pela personagem à filha é: “para ter um filho, você tem que casar e deve amar muito um homem”.

Wendla se pergunta, a cada vez, sobre os corpos e como lidar com aquilo que não tem nome, a ponto de querer trocar, “pelo menos por uma noite”, de lugar com sua amiga Martha, que apanha sistematicamente dos pais. Não é uma troca pelo pesar de escutar a amiga queixando-se desse sofrimento, mas para sentir algo no corpo que nunca sentiu, pois nunca havia sofrido isso no corpo, imaginando que essa troca pudesse apaziguar o próprio gozo.

Em um determinado momento da peça, Wendla passa a se encontrar com Melchior. Nesses encontros, ela pede a ele que bata nela, ao que sucede um encontro sexual entre ambos. A consequência desse encontro sexual é uma gravidez. Wendla passa por esse encontro com o sexo e engravida. Contudo, isso não responde à sua questão “de onde vêm os bebês?” e nem responde sobre si mesma e sobre seu lugar no mundo.

Deveríamos supor que esse encontro com Melchior pudesse oferecer a Wendla um saber sobre o seu corpo e sobre si mesma. Entretanto, embora o encontro diminua a tensão no corpo, ele não faz com que ela construa um saber sobre esse gozo. Além disso, a gravidez não promove um corte na relação entre mãe e filha, esta continua submetida ao saber materno, como um objeto da mãe.

Podemos nos referir à Wendla como aquela que solicita o saber do Outro, mas é uma solicitação sem “estratégia”, ainda presa ao par parental, sem se separar. É possível dizer que Wendla se recusa à separação. Na última cena, em que Wendla descobre que está grávida, ela nos mostra que o encontro sexual e a gravidez não têm efeito para ela, não há uma nova nomeação e há uma dificuldade em separar da mãe. Cito abaixo a cena:

“SRA. BERGMAN- (entrando) O doutor disse que os enjôos vão passar e que - se você tomar bastante cuidado - pode levantar. Eu acho melhor você ficar em pé o mais rápido possível, Wendla.

INA MULLER- Da próxima vez que eu vier, quero ver você correndo pela casa. Até logo, mãe. Eu preciso ir na costureira. Deus te abençoe, Wendla. Fique boa logo, ouviu?

WENDLA- Até logo, Ina. Você traz mais flores, quando voltar? Mande um beijo pros meninos. Até logo. (Ina sai). O que foi que o doutor disse pra senhora lá fora, mãe?

SRA. BERGMAN- Nada. Que isso tudo é normal em casos de anemia.

WENDLA- Ele disse que eu tenho anemia?

SRA. BERGMAN- Você tem que tomar leite e comer carne e verduras quando o seu apetite voltar.

WENDLA- Mãe, eu acho que o que eu tenho não é anemia.

SRA. BERGMAN- Você tem anemia, filha. Não fique agitada.

WENDLA- Não, mãe. Não é anemia. Eu tenho outra coisa.

SRA. BERGMAN- Wendla, quer parar? É anemia. E anemias são muito fáceis de curar.

WENDLA- Eu não vou me curar. Eu vou morrer. Eu sei disso. Mãe, mãe, eu vou morrer.

SRA. BERGMAN- Você não vai morrer, filha. Deus tenha piedade de nós! Wendla, você não vai morrer!

WENDLA- Então por que é que a senhora está chorando desse jeito?

SRA. BERGMAN- Você não vai morrer, Wendla. Você vai ter um filho! Vai ter um filho. Como é que você fez isso comigo?

WENDLA- Eu não fiz nada, mãe.

SRA. BERGMAN- Não minta! Eu sei de tudo, Wendla. Eu sei, mas não conseguia falar nada. Minha Wendla.

WENDLA- Mas é impossível, mãe. É impossível. Eu não sou casada.

SRA. BERGMAN- Meu Deus do céu, me ajude! É isso mesmo, menina - você não é casada. Aí é que está. É isso que é horrível! Wendla! Wendla! O que é que você foi fazer?

WENDLA- Eu não sei, mãe. A gente estava lá. Deitado em cima da palha. Mas eu juro que eu nunca amei mais ninguém no mundo que não fosse você, mãe!” (WEDEKIND, p.33).

Sobre a posição da Sra. Bergman, ainda que ela respondesse sobre a vinda dos bebês, sua filha teria que fazer uma separação desse Outro e tentar construir um novo saber, fora do quarto, fora da casa familiar. Não é o saber posto e explicado que solucionaria o problema da jovem ou dos jovens, pois essa invenção é particular, é uma invenção que se faz sozinho. Esse saber se refere à sua nomeação e à resposta que o jovem pode dar para a inexistência da relação sexual, não podendo ser uma resposta de cartilha oferecida para ensinar, por exemplo, sobre os métodos anticoncepcionais.

No mundo atual, no século XXI, há uma tentativa em responder a essas questões por meio da informação, seja esta divulgada em cartilhas, palestras, livrinhos infantis ou vídeos informativos. Todavia, estes meios não respondem e não apaziguam os sujeitos, pois não estão ligados a um rito de passagem, não consentem com um saber fazer particular e não autorizam uma estratégia de, por exemplo, “enganar” o Outro.

As tentativas de resposta descritas acima e dadas pelos pais, pelas informações em cartilhas e livros estão vinculadas a um saber pedagógico. Podemos concluir que as “tentativas em responder”, de ensinar sobre a sexualidade ou “como se fazem os bebês” é um esforço considerado pela psicanálise fadado ao fracasso. É fracassado por não ser uma resposta inventada pelo sujeito, mas uma resposta imposta pelo Outro.

Nesse período, é necessário que o adolescente construa uma saída particular, uma invenção singular, mesmo utilizando dos recursos oferecidos pelo Outro. O modo como cada adolescente se apropria dessas informações é o que pode dar contorno ao corpo e nomear o que retorna do recalcado, possibilitando um novo lugar para este sujeito.

Outro modo de responder a isso, no séc. XXI, é o saber das redes sociais, muito utilizado pelos próprios adolescentes. Essa tentativa é mais solitária que sozinha, pois é um

saber virtual que não inclui o Outro, não exige uma estratégia em relação ao Outro e não passa pela identificação entre os semelhantes.

Os novos adolescentes, dessa forma, não inventam um rito de passagem e vivem uma autoerótica do saber. Eles não convocam o Outro por meio de estratégias, seja enganando ou seduzindo, estratégias estas que deveriam ser uma novidade, uma vez que são distintas do que acontecia na infância, em que o sujeito é conduzido e ensinado. Para a psicanálise, seria necessário, na “travessia deste túnel”, a criação de uma estratégia, fazendo uso do saber do Outro que permita construir um saber próprio, uma saída singular. O adolescente está sozinho na construção dessa saída, mas não precisa estar solitário. O que isso quer dizer? A invenção é singular, mas ele buscará fora ritos, lugares e identificações que o ajudem nessa travessia

Uma hipótese, para tentar apaziguar a angústia desses sujeitos, é dar lugar para a palavra e acolher as saídas particulares, podendo consentir com o sujeito e seu modo de passar pela puberdade. Oferecer um lugar para a palavra do adolescente pode ter efeitos e dar um contorno simbólico para os acontecimentos na puberdade, possibilitando, assim, saídas menos agressivas e diminuindo o “agir” do adolescente.

A saída que inclui o acolhimento da palavra pode ter como consequência uma menor incidência da gravidez e dos atos infracionais na adolescência. Com a autorização e o reconhecimento da palavra, pode ser que o adolescente não precise agir sistematicamente e nem colocar o corpo completamente em risco.

3.3 Ato e *acting out* na puberdade

Freud, no texto “Recordar, repetir e elaborar”, afirma que, em muitos momentos, os sujeitos repetem na ação o que não é possível ser dito ou quando não há lugar para a palavra. Essa é uma das formas do sujeito se apresentar no mundo. Os adolescentes, muitas vezes, ao criarem maneiras de se separar do Outro parental, dizer de si e tentar responder a esse gozo incompreensível, utilizam a ação. Exemplificaremos com o filme “Sociedade dos Poetas Mortos”, no qual aparecem dois personagens adolescentes que tratam desse gozo e da separação do par parental, cada um a seu modo, mas ambos sem palavras.

No início do filme, vemos o personagem “Todd Anderson”⁸ completamente inibido, quase em pânico diante da palavra, diante da possibilidade de dizer de si e de se apresentar

⁸ Interpretado por Ethan Hawke.

como sujeito. As palavras são difíceis de serem ditas. É a partir da identificação com o novo professor “Jonh Keating”⁹ e a amizade com “Neil Perry”¹⁰ que surge uma possibilidade, uma saída para “Todd” encontrar um “novo” jeito. Essas identificações ocorreram fora do núcleo familiar. Ele não se identifica com os irmãos mais velhos que já haviam estudado no internato, não usa como recurso a história da família. O seu laço é feito com um aluno que está há mais tempo nessa escola e com o professor que, conforme mencionado no capítulo “Na psicanálise, o que é adolescência?”, foi aluno nessa escola, não é tão mais velho que seus próprios alunos e autoriza o novo e a palavra.

O personagem “Neil Perry” não encontra uma saída pela palavra, pelo simbólico, ao ter que lidar com a autoridade paterna que o deixa sem palavras, sem recursos para dizer de sua escolha como sujeito no mundo. Ele se retira e se identifica com o objeto. Sem poder falar, embaraçado na cena, como uma criança a ser conduzida, ele é aquele que é usado e levado a responder à demanda do Outro. Não suportando e não encontrando no simbólico uma saída para se situar no mundo, ele cai como sujeito. Ao se encontrar embaraçado e angustiado diante de uma situação em que ele não consegue responder simbolicamente, o sujeito faz um ato.

Neil, ao tentar enganar o Outro familiar, agindo contra a condução do pai, sem pedir permissão, tenta não perder seu status de sujeito, tenta encontrar o seu lugar no mundo. Para isso, interpreta o personagem da peça “Sonhos de uma Noite de Verão”, de Shakespeare. Ao ser descoberto, ele se precipita e se identifica com o objeto. No momento em que não pode dizer, quando não pode se separar da demanda do Outro parental, ele faz uma passagem ao ato, usa a arma do pai e, em um ato extremo, comete suicídio.

É necessário nos perguntarmos como o púbere vai lidar com momentos como o descrito acima, com a sua travessia. “Qual preço ele terá que pagar” ou está “disposto” a pagar para ultrapassar essa fase, esse momento tão delicado que é “o do encontro do sujeito com o desejo sexual, a etapa do remanejamento da vida sexual infantil e da escolha do objeto de amor” (LACADÉE, 2011, p. 28), além a separação do par parental.

Em muitos momentos, seja na vida infantil, na adolescência ou na vida adulta, vemos que onde faltam as palavras surge a ação, seja por meio da violência, como nos atos infracionais ou por meio de outros atos.

⁹ Interpretado por Robin Williams.

¹⁰ Interpretado por Robert Sean Leonard.

No livro de Sônia Alberti, “Esse sujeito adolescente”, ela afirma que esse ato extremo não é simplesmente a saída da cadeia significativa, que na adolescência vem dizer também da dificuldade na relação com o Outro. Ela diz que nas passagens ao ato e nas atuações, algo “passou despercebido ao Outro, mesmo se, muitas vezes, o sujeito de outras maneiras que não pela tentativa de suicídio chamou a atenção para isto.” (ALBERTI, 1996, p. 19).

Sobre o *acting out*, Freud (1914/1996a, p. 165), em “Recordar, Repetir e Elaborar”, alerta: “Podemos dizer que o paciente não recorda coisa alguma do que esqueceu e reprimiu, mas expressa-o pela atuação ou atua-o (“acting it out”). Ele reproduz não como lembrança, mas como ação; repete-o, sem, naturalmente, saber que o está repetindo”. Com isso, Freud esclarece que o *acting* é uma ação do sujeito que se repete no decorrer de um certo tempo e é direcionada a um Outro, podendo ser o analista ou outra pessoa, pois a transferência pode ocorrer em quaisquer circunstâncias.

O ato, por outro lado, não é dirigido ao Outro e está do lado do sujeito. “O momento da passagem ao ato é o do embaraço maior do sujeito, com o acréscimo comportamental da emoção como distúrbio do movimento” (LACAN, 1963, p. 129). Somente ele, aquele que age, pode se manter no status de sujeito, sendo esta uma posição solitária. Assim, ele se precipita e sai da cena que causa tanto embaraço. Na passagem ao ato, o sujeito se encaminha para sair da cena, ele se esvai e depois retorna, “o que talvez lhe dê ensejo de ser valorizado. A partida é justamente a passagem da cena para o mundo.” (LACAN, 1963, p. 130).

Lacan (1963, p. 137) acrescenta que “O *acting out* é, essencialmente, alguma coisa que se mostra na conduta do sujeito. A ênfase demonstrativa de todo *acting out*, sua orientação para o Outro deve ser destacada”. Se o *acting* está do lado do Outro, a passagem ao ato está do lado do sujeito, do inconsciente. Lacan utiliza como exemplo o clássico “caso Dora”, esclarecendo-nos que o tapa dado no Sr. K foi uma passagem ao ato mas, todo o comportamento paradoxal de Dora diante da Sra. K e do Sr. K é um *acting out*. Além deste, Lacan também cita o caso da “Jovem Homossexual” que, ao pular nos trilhos do trem, faz uma passagem ao ato, identificando-se com a criança que queria ter do pai. Entretanto, toda a ação para com a outra dama é um *acting*, uma demonstração para o pai de como amar uma mulher. Quando ela salta dos trilhos, “o objeto está definitivamente perdido, e este nada em que ela se instituiu para demonstrar ao pai como se pode amar nem tem mesmo mais razão de ser. Naquele momento, ela se suicida.” (LACAN, 1957/1995, p. 150).

No subtítulo abaixo, iremos abordar os casos freudianos citados acima. Os mesmos nos ajudam a compreender e a distinguir o *acting out* e a passagem ao ato, além de serem dois casos de jovens moças, adolescentes.

Essa distinção e compreensão se faz necessária para que possamos tentar responder à seguinte pergunta: a gravidez na adolescência, em alguns casos, teria o status de ato ou *acting*?

3.4 As Jovens: “Dora” e a “Jovem Homossexual”

As duas pacientes que colocaram tanto Freud quanto Lacan a trabalho eram duas moças que se aproximavam, principalmente, pela idade. São jovens que, quando chegam ao tratamento com Freud, estão no limiar do mundo adulto e é a partir das questões sobre a identidade sexual que elas começam o tratamento.

São púberes que se perguntam sobre seu lugar no mundo, precisam se separar do Outro parental e lidar com o próprio sexo e o sexo oposto. O adolescente precisa atravessar essa fase para inventar o seu lugar no mundo e essa é uma travessia praticamente solitária, pois “o adolescente deve assumir, quase sempre sozinho, sua identidade sexual.” (LACADÉE, 2011, p. 30).

O “caso Dora” se refere a uma moça que chega a Freud aos 18 anos.

Trata-se de uma histeria com tussis nervosa e afonia, cujas origens podem ser encontradas nas características de uma chupadora de dedo e o papel principal nos processos psíquicos em conflito é desempenhado pela oposição entre uma atração pelos homens e outra pelas mulheres. (FREUD, 1905/1996, p.16, nota do editor).

Esta jovem é levada ao tratamento pelo pai, com o qual ela tem uma grande ligação e amor. Em relação à mãe, Freud relata que Dora não fala muito dela. Ele acredita que a mãe poderia apresentar um quadro que ele nomeia de “psicose da dona-de-casa”, não se importando com as questões dos filhos e nem do marido, somente com a limpeza da mesma. Freud, ao descrever o caso clínico, localiza os primeiros “sintomas neuróticos” aos 8 anos de idade e, aos 12 anos, ele localiza os primeiros sintomas ligados à afonia e à tussis nervosa, crises que surgiam e desapareciam espontaneamente.

Esta jovem é levada ao tratamento com 18 anos por apresentar desânimo e uma “insatisfação consigo mesma e com a família. Tinha uma atitude inamistosa em relação ao pai

e se dava muito mal com a mãe”, que insistia na participação de Dora nas tarefas domésticas. Dora evitava o convívio social, estava deprimida e, “um dia, seus pais ficaram muito alarmados ao encontrarem, dentro ou sobre a escrivaninha da moça, uma carta em que ela se despedia deles porque não podia mais suportar a vida.” (FREUD, 1905/1996, p. 33). A paciente é nomeada por Freud de “hystérique”. Ao longo do tratamento, ele esclarece, a partir dos relatos feitos por Dora e seu pai, sobre o sofrimento da jovem.

Para tentarmos ir ao ponto que interessa neste trabalho em relação ao *acting* e ao ato, elegemos como referência o relato do pai de Dora. Ele esclarece sobre a amizade de sua família com um casal (Sr. K e Sra. K) que se torna extremamente íntima a ponto de vários passeios e encontros se darem entre as duas famílias. Sua filha piora após relatar à família um acontecimento nos Alpes. Ela conta ao seu pai e depois a Freud que o Sr. K lhe fez “propostas amorosas” durante um passeio ao lago. A mudança de comportamento após esse suposto acontecimento e a carta escrita por Dora levam seu pai a questionar os modos de agir de sua filha e, conseqüentemente, a procurar a ajuda de Freud.

O pai não acredita que o Sr. K tenha feito tal proposta à filha e diz que essa cena só poderia advir da imaginação de Dora a partir dos livros lidos e das conversas com outras mulheres, consideradas mais experientes que a filha, como a governanta que trabalhou em sua casa e a própria Sra. K. Ele diz confiar na idoneidade do Sr. K e que tinha uma dívida de gratidão com este, não podendo, nem a pedido da filha, desfazer a “preciosa” amizade.

Ao investigar a cena do lago, Freud escuta da paciente detalhes sobre a cena e tem acesso a uma cena anterior a esta e a várias outras circunstâncias, além de circunstâncias relacionadas ao pai de Dora e à família K. A paciente relata uma cena anterior à do lago, em que o Sr. K lhe dá um beijo sem o seu total consentimento. Sua reação foi fugir imediatamente e não contar absolutamente nada sobre isso à família. Freud verifica que tanto o beijo da primeira cena quanto as propostas amorosas nos Alpes não são imaginação de Dora, elas realmente aconteceram. Ele não entende o asco da moça em relação ao Sr. K, acreditando que ela era apaixonada por este e que essa paixão perdurava ainda no período do tratamento.

Freud investiga o inconsciente e as causas dos sintomas de Dora. Nessa investigação, ele escuta da sua paciente a história do relacionamento das duas famílias e a relação amorosa entre o seu pai e a Sra. K. Estes encontros amorosos, observados pela paciente, acontecem

constantemente sem nenhuma intervenção da mãe de Dora, que não trata essa circunstância como algo importante. A mãe de Dora não faz parte desse drama.

O que Freud aponta como algo fundamental é que Dora sempre foi muito ligada ao pai, sendo ela a principal cuidadora e companheira do mesmo. Com a presença da Sra. K, esta passa a ocupar o lugar que a filha tinha até então, de companheira e cuidadora do pai, substituindo-a. Ao mesmo tempo, Dora se mantém ligada ao pai a partir de sua posição nesta cena em que estão presentes a “Sra. K ----- Dora ----- pai” (LACAN, 1957/1995, p. 143).

A paciente, até a cena do lago, mantém-se atenta aos fatos e participa dos mesmos cuidando dos filhos deste casal de forma atenciosa e prestativa, deixando a Sra. K livre para encontrar com o seu pai e fazer viagens. Dora também recebe, constantemente, presentes preciosos do Sr. K. Esses presentes eram vistos pela sua família como presentes inocentes, sem nenhum tipo de intenção oculta.

Na cena do passeio ao lago, o Sr. K faz uma proposta amorosa à Dora. Ela argumenta que ele é casado, ao que ele lhe responde: “Não tenho nada com minha mulher.” (FREUD, 1905/1996, p. 103). Dora, por sua vez, reage a essa fala esbofeteando-o e foge. Lacan (1957/1995, p. 145) afirma que o Sr. K só participa do drama a partir da Sra. K, que “é o objeto de adoração de todos os que a cercam”.

Dora não esbofeteia o Sr. K quando é cortejada, quando recebe presentes, mas no momento em que ele diz que a sua mulher não é nada para ele. A partir desse dia, ela se recusa a ter qualquer relação com a família K, não se dirigindo ao Sr. K e não se encontrando mais com ele. Dora fica extremamente magoada com o pai por ele insistir em manter as relações entre as famílias e por ele considerar a cena descrita por ela obra de sua imaginação. Ela passa, então, a reivindicar o amor do pai.

Neste caso, Freud trabalha questões do inconsciente, do recalque e da fantasia na histeria. Além disso, nos ensina sobre a retificação subjetiva ao perguntar à Dora qual era a sua responsabilidade nisso, qual era a parte que lhe cabia nessas relações, nesse drama. Entretanto, o que nos interessa neste capítulo é o *acting out* e a passagem ao ato de Dora.

No “caso Dora”, o *acting* se apresenta na perda de consciência, na carta encontrada pelos pais e na afonia. Freud aponta, inclusive, que a carta é um dos últimos recursos inconscientes de Dora para tentar fazer o pai romper de vez as relações com a família K. O mal estar de Dora, sua depressão, sua indisposição com a família, a afonia e a carta são dirigidas ao Outro, sendo cada um deles um *acting out*, um apelo ao Outro.

A passagem ao ato se encontra na cena do lago quando o Sr. K lhe faz “propostas amorosas”. Dora o questiona e ele diz que não tinha nada com a esposa, que a esposa não o interessava: “Não tenho nada com minha mulher”. Com esta frase, algo se rompe. Ocorre “o embaraço maior do sujeito, com o acréscimo comportamental da emoção com o distúrbio do movimento.” (LACAN, 1963, p.129).

Freud interpreta que Dora se vê tratada como uma governanta e, mais tarde, interpreta que o verdadeiro amor de Dora era a Sra. K. Já Lacan vê na “adoração” e atenção de Dora dirigidos à Sra. K, descritas por Freud, como uma identificação a esta mulher, já que a sua mãe não era objeto de amor para o seu pai. A Sra. K entra na cena no lugar dessa mãe que está fora do drama. A questão de Dora para Lacan (1957/1995, p. 143/144) - “O que que meu pai ama na Sra. K?” - e a exibição de todos os sintomas se resumem em uma questão: “o que é uma mulher?”.

Com a fala do Sr. K, algo se rompe e a posição que Dora sustentava até o momento perde o sentido. Ao se dar conta que era um objeto de troca entre seu pai e o Sr. K ela sai da cena. Quando Dora sai de cena, ela cai junto com o objeto, mas retoma o status de sujeito, podendo se perguntar sobre si mesma. Diferente da cena do beijo, em que Dora se cala, após a bofetada, ela diz e, ao dizer, torna-se um empecilho para as relações do pai com a Sra. K, saindo desse jogo já bem articulado entre eles e passando a reivindicar o amor do pai.

Em outro caso freudiano, também conseguimos distinguir, a partir das argumentações de Lacan no “Seminário 10”, a diferença entre *acting out* e passagem ao ato. A garota que Freud nomeou de “A Jovem Homossexual” chega até ele após uma tentativa clara de suicídio, ao se jogar sobre os trilhos do trem. Contudo, o que Freud questiona, além desse fato, é o interesse dessa garota por outra mulher, fato que deixa o pai da jovem furioso. Para tentar reverter essa situação, ele leva sua filha a Freud e espera do tratamento uma inversão desse interesse.

Na história clínica, Freud interpreta que essa jovem queria ter um filho do pai e tem a mãe como rival, um desejo que não poderia vir à consciência. Neste caso, diferente do “caso Dora”, a mãe está presente, mas para Lacan (1956/1957), o que está em jogo nos dois casos é o amor do pai. Segundo Freud, “A escolha homossexual da jovem mulher se esclarece a partir da decepção de não poder satisfazer seu desejo de ter um filho do pai, reforçada pelo fato que na realidade o pai tem um filho da mãe.” (LACAN, 1996, p. 111).

A jovem, inconscientemente, quer mostrar ao pai como amar uma mulher, como um desafio e uma vingança. Para ensiná-lo, ela não direciona sua libido ao sexo oposto e a converte para o seu próprio sexo, colocando outra mulher como objeto de amor. “Ela se transformou em homem e tomou a mãe, em lugar do pai, como objeto do seu amor.” (FREUD, 1920/1996, p. 170). Ressentida com a atitude do pai ter dado um filho para mãe e não para ela, “afastou-se completamente do pai e dos homens. Passado esse primeiro grande revés, abjurou de sua feminilidade e procurou outro objeto para sua libido.” (FREUD, 1920/1969, p. 169).

A partir dessa “inversão”, ela passa a mostrar esse fato nas ruas da cidade, andando de braço dado com uma dama de “reputação duvidosa”, uma mulher que se encontrava com homens e mulheres. Seus pais agiam, de acordo com Freud, de forma oposta: enquanto o pai da jovem era contra esse fato e queria reverter essa situação, a mãe lhe servia de confidente.

No tratamento, a jovem relata o acontecimento que causa a passagem ao ato. Em um desses passeios entre a dama e a jovem, elas encontram o pai desta, que passa por elas com um olhar furioso. A dama, sem saber de quem se tratava o senhor, pergunta sobre ele. A jovem diz que era o seu pai e relata a proibição feita por este em relação ao encontro das duas. A senhora dama encoleriza-se com aquilo e ordena que a jovem “a deixasse ali mesmo”, que nunca mais a esperasse ou falasse com ela. A jovem, então, se precipita no trilho do trem.

Freud (1920/1996, p. 201) interpreta que “o fato de, naquele momento, a senhora haver-lhe falado exatamente nos mesmos termos que o pai e proferido a mesma proibição, forma o elo vinculatorio” entre o desejo de ter um filho do pai insatisfeito e ser “traída”, rechaçada pela dama. O horror ao rechaço do pai e da dama não pode ser encoberto pelo simbólico e a jovem pula sobre os trilhos do trem. Ali, o sujeito cai como o objeto. Ela, literalmente, se identifica ao objeto caído. “[...] o olhar de cólera de seu pai no momento em que ele cruza com a Jovem Homossexual dando o braço à sua dama a conduz a uma tentativa de suicídio. Esta tentativa realiza um desejo: com sua queda, a jovem identifica-se ao objeto que cai [...] como uma criança num parto.” (LACAN, 1996, p. 112).

O ato aqui não é do registro do simbólico. A tentativa de suicídio da jovem homossexual e a bofetada de Dora são atos de outra ordem, mesmo que só possa haver passagem ao ato se houver uma inscrição simbólica anterior. Não é senão enquanto enigma deixado ao Outro que, a posteriori, a passagem ao ato pode ser tão carregada de revelação como a tentativa de suicídio da jovem homossexual o foi para Freud. (ALBERTI, 1996, p. 81).

Nos dois casos freudianos, podemos observar que na passagem ao ato não há o recurso do simbólico, embora o simbólico circundasse o sujeito antes do ato em si. Antes do ato há um “apelo” ao Outro. A “mostra-ação” e o “apelo” são o *acting out* dirigido ao Outro numa tentativa de querer saber. No texto “Psicologia da Vida Cotidiana”, Freud nos diz que o neurótico, mais especificamente o histérico, não se deixa “cair por acaso”, e que é necessário se perguntar e observar o que seria a “mostra-ação” anterior à conclusão do ato (ALBERTI, 1997).

Após o sujeito usar os recursos de “apelo” ao Outro e com um acontecimento que cause um embaraço inconsciente significativo, como vimos em Dora e na Jovem Homossexual, ele se “deixar cair”. Se não é um ato bem sucedido, como aconteceu com o personagem Ney Perry, em que o suicídio foi uma conclusão, o sujeito pode sair da cena, como ocorreu com Dora, que passa a se dirigir de outro modo ao pai, ao Sr. K e à Sra. K. Um apelo dirigido a Freud como analista, no caso de Dora, um querer saber a verdade do próprio sujeito. No *acting out*, o sujeito deixa-se cair para o Outro. Há uma tentativa de saber, entretanto, não há uma saída da cena, ele se mantém na cena para o Outro.

No *acting*, o que existe é um ato direcionado ao Outro, que não é um ato bem sucedido, pois o sujeito não está lá. Na passagem ao ato, o sujeito se reduz ao objeto. Ele sai da cena para ir para o mundo, para ficar com o lugar de sujeito, mas sem sucesso, ele se identifica imediatamente com o objeto e não há recurso simbólico.

Essa é uma distinção importante para a nossa pesquisa, pois em uma Conversação¹¹ com as adolescentes grávidas e suas amigas feita na ONG, as adolescentes colocam em questão as ações dos meninos e das meninas e a partir de suas falas, nos questionamos sobre o *acting* e a passagem ao ato na adolescência.

As adolescentes, em um determinado momento, passam a nos dizer que queriam ter filhas mulheres, que queriam ter “meninas e não meninos”. Ao perguntarmos o porquê dessa escolha, elas nos dizem: “ter menino é muito perigoso, tem o tráfico, tem as drogas”. Elas relatam o “perigo” de terem meninos dizendo-nos da morte sempre presente e dos atos violentos, ao que questionamos: “se os meninos vão para o tráfico, se há tanto perigo e violência e as meninas não entram nisso, o que as meninas fazem?”. Após um pequeno silêncio, uma responde e as outras confirmam: “a gente engravida!”.

¹¹ Dispositivo criado por Miller em 24 de julho de 1996, baseado na associação livre e utilizado pelo CIEN, com o objetivo de pesquisar as questões que atravessam as crianças e adolescentes. Esta Conversação na ONG Manjedoura foi realizada entre os anos 2007 e 2008.

Seria essa ação um *acting out*? Seria uma passagem ao ato? Qual o estatuto e a função desse ato?

3.5 O que a psicanálise esclarece sobre a maternidade?

“Como ponto de partida para esta exposição, podemos tomar o fato de que parece que nos produtos do inconsciente – ideias espontâneas, fantasias e sintomas – os conceitos de fezes (dinheiro, dádiva), bebê e pênis mal se distinguem um do outro e são facilmente intercambiáveis.” (FREUD, 1917/1996, p. 136).

Essa afirmativa de Freud mostra-nos a base da teoria psicanalítica sobre o lugar dos bebês no inconsciente. Conforme Freud (1917/1996), o bebê seria um equivalente do falo, um substituto, uma solução para a castração. Nos trabalhos descritos por Freud, a maternidade aparece como uma solução para a inveja do pênis e ele declara que toda menina quer ter um filho do pai.

Ao discorrermos sobre o Complexo de Édipo no capítulo sobre a construção do sujeito e como a psicanálise entende a adolescência, observamos que no final desse processo descrito por Freud, o menino deve abrir mão de amar a mãe para não perder o falo representado pelo pênis. A menina deve abandonar o amor materno e dirigir seu olhar para o pai, pois ele é o detentor e aquele que pode lhe dar o falo, já que a mãe não o possui e foi ela a responsável pela castração da menina. A garota se dirige ao pai acreditando que ele pode dar a ela esse pequeno objeto. A teoria freudiana vê nesse Complexo o modo como os sujeitos circulam pela vida, às voltas com o objeto perdido, sustentados pela sua fantasia. Na elaboração freudiana feita nos “Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade”:

[...] o objeto fundamental é a mãe e esse objeto se perde. Essa é a elaboração específica de Freud que tem função, tanto no Complexo de Édipo, quanto no período de latência, de impedir o sujeito de passar sua vida a buscar, a tratar de reencontrar o que perdeu, de tal maneira que a relação de objeto é sempre um reencontro, mas um reencontro falho. (MILLER, 1993/1995, p. 59).

Freud também distingue a assunção fálica, dizendo-nos que esta é a fase terminal da sexualidade infantil e que se encerra com a entrada no período de latência. Ela existe tanto para os meninos quanto para as meninas, e a questão fundamental é “a posse ou a não posse do falo: “[...] não existe, portanto, realização do macho e da fêmea, existe aquele que é provido do atributo fálico e aquele que é desprovido, e ser desprovido dele é considerado

como equivalente a ser castrado” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 96). Podemos afirmar que só dessa maneira, nesse primeiro momento da vida de uma criança, o objeto entra como questão para o sujeito.

Uma menina surge aí como aquela desprovida do falo, representado, inicialmente, pela falta do pênis. Mesmo que o falo seja representado, imaginariamente, pelo pênis, não devemos confundi-los, “o pênis (existe) enquanto órgão real, com funções definíveis por certas coordenadas reais, e o falo em sua função imaginária” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 30).

A partir dessa falta, enquanto uma falta do falo, que só pode ser descrita nesse primeiro momento como imaginária, instaura-se a falta simbólica, a castração. Somente a partir da entrada no discurso, uma mulher pode se haver com um bebê e incluí-lo em sua fantasia. O objeto perdido desde sempre ressurgue, nesse momento, como uma série de objetos infinitos para respondem a essa falta fundamental, pois o “objeto não deve ser encontrado, mas sempre ‘reencontrado’, sempre encontrado sobre o fundo de uma perda primordial.” (LAURENT, 2004, p. 24).

Assim, podemos afirmar que um bebê como substituto do falo, como um objeto, sempre inadequado, vem tentar responder à perda do objeto fundamental. Ele surge como um objeto precioso que deveria responder à falta narcísica, pois “a identificação com o objeto está no fundo de toda relação com este” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 26). Podemos nos perguntar, em relação a essa falta, como um objeto pode surgir na vida de um sujeito? Em que campo esse objeto se apresenta e existe? Exporemos alguns pontos:

- Pode haver uma identificação com o objeto, conforme descrito anteriormente sobre as passagens ao ato. Podemos exemplificar com o caso da “Jovem Homossexual” que, ao cometer suicídio, se identifica ao bebê que queria ter do pai, caindo como se fosse em um parto.
- O encontro com o objeto é sempre um reencontro, uma série, pois o objeto fundamental, a mãe, já foi perdido para sempre, ele sempre ressurgue com um novo. “O objeto é sempre o objeto a ser redescoberto” (LACAN, 1956/1995, p. 25).
- O que importa no objeto, no que se refere à frustração, é o “dom” ou toda carga de afeto dada pelo sujeito que “o possui” e que, na realidade, não o possui. O que nos iguala é a própria falta do objeto, é a própria castração, “o que é comum a toda relação

intersubjetiva é a não existência da relação sexual, falha na qual irão se inscrever os objetos fragmentados do gozo” (LAURENT, 2004, p. 27).

Podemos afirmar, a partir da teoria psicanalítica, que não “podemos prescindir de uma noção da falta do objeto como central. Não é um negativo, mas a própria mola da relação do sujeito com o mundo” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 35). É em torno da falta do objeto, é a partir dessa lógica, que o sujeito gira e constrói sua vida. A falta é uma mola, o impulso para a vida, possibilitando escolhas como: ter um bebê, encontrar uma profissão, fazer uma pesquisa. Podemos afirmar que a falta não é negativa, já que é a partir dela que o desejo pode surgir.

A forma como o objeto se inscreve, em que campo a falta ou o objeto se apresenta é descrito pela teoria psicanalítica de três modos: privação, frustração e castração. Distinguiremos e localizaremos cada um deles com o intuito de investigar e entender como um bebê passa a existir como um substituto do falo.

Para nos referimos a cada um desses modos, utilizamos o “O Seminário, livro 4: A relação de objeto” (1956-1957/1998), em que Lacan descreve e nos ensina sobre esses três campos, fazendo uma distinção entre eles. No capítulo “As três formas da falta de objeto”, ele descreve o que seria a falta do objeto em cada campo, a que essa falta se refere e qual é o objeto que cabe à privação, frustração e à castração.

Lacan (1956-1957/1995, p. 36) nos ensina que a natureza da falta na privação é real, sem imaginário: “é somente a propósito deste real, como uma coisa inteiramente distinta do imaginário, que se pode falar da privação”. A reivindicação e a exigência fálica não passam pela privação. O que existe na privação é o furo e o objeto “não passa jamais de um objeto simbólico” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 37).

A frustração, para Lacan, contrariamente à privação, passa por um prejuízo, um dano imaginário. Há um caráter imaginário da falta na frustração. “É no plano imaginário” que a frustração se situa. Assim, a falta é imaginária, mas o objeto é real. “O objeto da frustração, em contrapartida, é realmente, em sua natureza, um objeto real, por mais imaginária que seja a frustração” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 37). Na frustração, o que está em jogo, mais que o próprio objeto, é o amor, e não é uma privação, porque “a frustração incide sobre algo de que vocês são privados por alguém de quem poderiam, justamente, esperar o que lhe pediam” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 101). O Outro pode dar ou não, a mãe pode dar ou não.

Já a castração “só pode se classificar na categoria da dívida simbólica” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 36) e o objeto é sempre imaginário, então, existe uma falta simbólica.

Os três campos em relação à falta do objeto são definidos por Lacan, resumidamente, em: dívida simbólica na castração, dano imaginário na frustração e furo real ou ausência na privação.

A frustração não é um campo qualquer quando tratamos da maternidade e da relação da menina com o bebê:

A frustração, tal como é vivida originalmente, só tem importância e interesse na medida em que desemboca num ou noutro dos dois planos que distingi para vocês: castração ou privação. Na verdade, a castração nada mais é que aquilo que instaura na sua ordem verdadeira a necessidade da frustração, o que a transcende e a instaura numa lei que lhe dá um outro valor. Isso, aliás, é o que consagra a existência da privação, pois a ideia de privação não é, de modo algum, concebível no plano real. Uma privação só pode ser efetivamente concebida para um ser que articula alguma coisa no plano simbólico. (LACAN, 1956-1957/1995, p. 100).

Voltaremos a este ponto posteriormente ao relembrarmos o caso da “Jovem Homossexual”. Esse esclarecimento é fundamental para verificarmos que, por mais que sejam campos distintos e que não devam ser confundidos, eles são entrelaçados a partir da falta simbólica, a partir da castração, a partir da incidência da linguagem sobre o sujeito. Nenhum dos dois campos, privação e frustração, existem se o sujeito não passa pela dialética dos discursos, se ele não é atravessado pela linguagem, pela questão sobre o falo.

É a partir da incidência da linguagem sobre o sujeito que se instaura o desejo. O desejo é a própria falta, é isto que não pode ser recoberto pelo objeto. Os objetos entram em uma série infinita, já que o desejo só existe como décalage: entre, no espaço, na falta... escrito com o (-). Miller (1993/1995, p. 59) diz que “tudo iria bem” se por meio “deste ciclo” do desejo pudéssemos encontrar o objeto que coubesse bem, respondesse adequadamente para que a falta fosse positivada. Entretanto, o que ocorre é uma “busca infinita do objeto sem que a falta desapareça”.

O desejo está localizado como décalage, entre um significante e um significando, há sempre uma distância, um espaço entre o que se quer e o que se tem. Miller (1993/1995), em “A lógica da direção da cura”, dá exemplos sobre essa distância, afirmando que não é possível dizer tudo o que se quer. Revelamos mais do que gostaríamos, às vezes, o que dizemos é distinto daquilo que se gostaria de dizer. Como somos sujeitos de linguagem, atravessados pela linguagem, algo não se encaixa. O fato de sermos atravessados pela palavra, de falarmos e vivermos na palavra, sempre “implica uma castração, uma perda de gozo”. Há sempre um impossível, como há o impossível do encontro com o objeto. Assim, podemos afirmar que

“não há teoria do objeto em psicanálise senão em referência à castração” (MILLER, 1993/1995, p. 60). A castração se faz por um único fato - “o efeito da linguagem sobre o homem e a mulher” (MILLER 1993/1995, p. 61) -, e é a partir desse fato que o desejo surge.

A ideia da castração está relacionada com a ideia de privação e de frustração. Cada um desses termos deve ser visto e questionado em relação ao Simbólico, ao Imaginário e ao Real. Então, a relação com a falta, a questão sobre a castração, é fundamental ao refletirmos sobre o sujeito, macho ou fêmea.

Em relação à maternidade, devemos examinar, ponderar sobre a mulher, pois somente a mulher, a fêmea, pode engravidar. Caso isso seja uma questão para uma mulher, se engravidar fizer parte da sua fantasia, podemos dizer que é importante analisarmos a relação dessa mulher com sua própria mãe, pois “o determinante para cada sujeito é a relação da mulher que se encontra com sua mãe, a relação dessa mulher com sua própria falta”

(MILLER, 1993/1994, p. 63), a falta fundamental, conforme descrevemos acima. Este é o lugar da criança a ser reconhecido. Isto é ser substituto do falo para uma mulher. Por isso, na análise de uma criança, é necessário escutar como esse sujeito “se articula na relação do sujeito feminino, com sua falta fálica e como a criança se inscreve nesta relação.” (MILLER, 1993/1995, p. 63).

No caso da “Jovem Homossexual”, Freud (1920/1996, p. 169) nos mostra o significado de um filho, em que lugar uma jovem pode colocar um bebê:

A explicação é o seguinte: no exato período em que a jovem experimentava a revivescência de seu Complexo de Édipo infantil, na puberdade, sofreu seu grande desapontamento. Tornou-se profundamente cônica do desejo de possuir um filho, um filho homem; seu desejo de ter o filho de seu pai e a uma imagem dele. Na consciência, ela não podia conhecer. Que sucedeu depois? Não foi ela quem teve o filho, mas sua rival inconscientemente odiada, a mãe.

Tanto para Lacan como para Freud, a vinda de um irmão é fundamental no caso dessa jovem, pois, aos 15 anos, essa adolescente cuidava de outras crianças, mostrando-se apta àquilo que se esperava dela no futuro: ser uma boa mãe. Na realidade, ela já estava ali, inconscientemente, cuidando da criança do pai. Como ela não podia expressar isso de forma consciente, ter um filho do pai, ela cuida das crianças ao seu redor. Lacan (1956-1957/1995, p. 99) aponta claramente o fato de tudo sobre o falo ser inconsciente: “tudo o que se relaciona com a prevalência, ou predominância, do falo numa etapa da evolução da criança assume sua incidência só-depois”. Ele nos esclarece esse ponto ao se referir ao caso de uma menina ainda

em sua infância, escutada em análise, sobre a qual lhe foi contado que ela queria ter um filho do pai. Nesse caso, ele nos ensina que não é possível precipitar a palavra, pois isso só dará consistência para a frustração. Somente a posteriori poderemos verificar o que se deu e qual solução o sujeito cria em seu inconsciente, qual será o seu sintoma sustentado por sua fantasia, pois “a frustração só pode ser legitimamente introduzida como tal na interpretação se tiver acontecido efetivamente no nível do inconsciente.” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 99).

No caso da “Jovem Homossexual”, Lacan esclarece que a questão sobre ter um filho do pai já existia no plano simbólico e não existia mais no plano imaginário, por isso ela podia se “satisfazer” com as outras crianças e se relacionar com o primeiro grupo de mulheres e amá-las. A frustração aparece quando um bebê surge mais próximo dela, quando sua mãe o tem, quando ele, o bebê é “materializado pelo fato de ser sua mãe quem o tem a seu lado, (isso) vai conduzi-la ao plano da frustração.” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 110).

A menina, para Freud, como reafirma Lacan em “O Seminário, livro 4”, entra na dialética do Édipo, ao pensarmos que o pênis que ela deseja lhe será dado por meio de um filho do pai, como um substituto do falo. No caso da “Jovem Homossexual”, aos 15 anos de idade, a criança é real e ela é a mãe imaginária. No segundo momento, a frustração aparece de uma maneira bem particular, pois o bebê real, vindo do pai simbólico, é dado à sua própria mãe, sua rival imediata. Esse caso esclarece o que Freud chama de ter o “filho do pai” como uma referência ao substituto do falo desejado pela menina.

Localizaremos aqui alguns pontos do “caso Dora” e da “Jovem homossexual” para dizermos da posição, da pergunta do sujeito adolescente, e como cada uma pode aí construir o seu sintoma e seu próprio lugar.

No caso da “Jovem Homossexual”, a mãe está presente como uma rival e há uma construção, em um primeiro momento, de uma jovem como mãe imaginária e de uma criança real ou não, mas o desejo de ter um filho do pai é inconsciente. Quando o pai dá uma criança real à mãe, o pai entra como um pai imaginário e não mais como um pai simbólico. Isso faz com que ela se identifique ao masculino, ao pai, mostrando a este como se amar alguém “não pelo que tem, mas pelo que não tem” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 148). Lacan nos ensina sobre o amor e o “dom”, inclusive relacionando o “dom” à frustração.

Já no “caso Dora”, a mãe não está presente nesse drama. Existe uma outra mulher, a Sra. K, que tem seus próprios filhos com o Sr. K, dos quais Dora cuida como se fossem seus para que seu pai pudesse se encontrar livremente com a Sra. K. A questão de Dora aqui é: o

que meu pai vê e deseja na Sra. K? Dora se pergunta: “O que é uma mulher?” (LACAN, 1956-1957/1995, p. 144).

Lacan pontua que, no caso da “Jovem Homossexual”, o que temos é uma metonímia, a jovem desliza do lugar de mãe imaginária, aquela que tem um filho do pai, por meio das crianças das quais ela cuida. Com o nascimento de seu irmão, o pai deixa de ser o pai simbólico e passa a ser o pai imaginário. Há um novo deslizamento e ela se identifica ao masculino, se identifica ao pai. Assim, sua relação com o pai não passa mais por aquela que quer ter um filho dele, mas aquela que tenta ensinar ao pai o que é o amor, o que é dar ao outro algo que não se tem. A metonímia se conclui quando ela, identificada ao bebê no parto, se joga nos trilhos do trem.

No “caso Dora”, o que temos é uma metáfora, uma substituição. Ela entra no jogo amando a Sra. K com a pergunta “o que é uma mulher?”, “o que meu pai ama nesta mulher?”. Dora só concorda com o jogo nessa posição de substituição, tanto na relação com o pai, nos cuidados com as crianças da Sra. K, quanto na relação com o Sr. K.

A relação que uma criança tem com a mãe é a relação com o não ter, com a falta fundamental. Miller afirma que “o mais importante é a frustração da mãe, não a da criança – a frustração da mãe como mulher” (MILLER, 1993/1995, p. 64). Assim, é possível afirmarmos que para uma mulher ter um filho, acreditar nele como uma solução para a sua castração, ela deve estar às voltas com a sua falta, às voltas com o desejo, numa aposta inconsciente nesse reencontro com o objeto. Ao se tornar mãe, para que esse bebê possa se estruturar na linguagem, ele deve entrar como um objeto substituto e faltoso, um objeto que não responde ao encontro do objeto, deixando essa mãe em falta novamente. Por isso a mãe, para a psicanálise, é considerada uma fera, porque é necessário localizar, primeiramente, a mãe-falo, com seu falo, pois se a criança vem como um substituto do falo, o que a mãe quer, inicialmente, é devorá-lo.

Existe, então, uma ligação direta do desejo de ser mãe com a castração. A criança, em termos freudianos, seria um substituto do pênis. Vemos que como a menina não possui o falo, ela passa a desejar um filho, um filho de seu pai, como nos ensinou o caso da “Jovem Homossexual”. Assim, “há uma boa razão para que o desejo de ser mãe e o desejo de ser pai não sejam comparáveis: na mulher, esse desejo está em conexão direta com a castração” (MILLER, 1994/2015, p. 17).

A criança existe para uma mulher a partir da castração e é preciso que haja “uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (LACAN, 1969/2003a, p. 369). Em um primeiro momento, é necessário verificar se há uma implicação com o desejo, o que significa, a partir da teoria psicanalítica, que há uma implicação com a falta do objeto, com o “*décalage*”. Não é sem isso que o bebê surge, mas o que seria um “desejo não anônimo”? É quando a criança é aquela que responde ao que é sintomático na estrutura familiar. Quando um bebê entra, primeiramente, numa relação dual em que ele ocupa o lugar de objeto, com a possibilidade de ser devorado pela mãe, alienado a ela. Essa alienação é uma tentativa verdadeira dele ocupar o lugar do objeto perdido.

Esse bebê surge já mergulhado na fantasia do sujeito mãe, como sintoma da mãe. É na relação dual, imaginária, que se estabelece entre a criança e a mãe, que algo da libido se fixa. Posteriormente, temos a entrada do falo, que é imaginário. Esta tríade - mãe, criança e falo - é uma tríade imaginária.

O sintoma, construído a partir da fantasia, é o representante da verdade, é isso que, de acordo com a teoria psicanalítica, dá lugar para um bebê, dando possibilidade à constituição de um sujeito. Isso que não é anônimo não é da ordem da necessidade e está ligado à fantasia do sujeito, faz parte da própria constituição e estrutura da mãe em sua singularidade. Assim, “há que localizar o desejo da mãe, na medida em que a mãe é uma mulher” (MILLER, 1993/1994, p. 62).

3.6 O que a clínica pode nos ensinar?

3.6.1 Como caminha a adolescência hoje?

Na atualidade, estamos na era da inexistência do Outro. Não acreditamos mais em seus ideais para orientar nossas vidas. Vivemos a queda dos ideais e a pluralização dos objetos. O mundo é guiado pelos objetos de consumo a uma velocidade equiparada ao mundo digital. Com essa pluralização, há uma multiplicação de produtos oferecidos, um discurso do “mais e mais” e objetos com a “promessa” de satisfazerem a pulsão privilegiando as sensações corporais.

É sobre os adolescentes que são mais evidentes os efeitos da nova ordem simbólica, caracterizada por uma outra forma de se relacionar com o objeto, que está em evidência

guiando o modo de vida dos sujeitos na atualidade. São “sobre eles que se fazem sentir com maior intensidade os efeitos da ordem simbólica em mutação” (MILLER, 2015, p. 6). Os objetos existem como uma promessa de satisfação que privilegia as sensações corporais em uma multiplicação infinita, um “plus” constante de “mais e mais”, um produto que age no corpo sem a função da palavra a partir da desvalorização do simbólico.

Ao pensarmos a adolescência na pós-modernidade, podemos acrescentar que os novos modos de gozo e discursos podem dar à puberdade novos contornos. Lacadée declara que é necessário um novo modo de pensar a adolescência e se desfazer, no século XXI, de toda a “ideia preestabelecida” sobre ela. É necessário nos atentarmos e observarmos os significantes mestres atuais que funcionam a partir de um “objeto mais-de-gozar”. Esses significantes, aos quais o púbere está vinculado, “têm um valor de gozo do qual ele não pode se separar” (LACADÉE, 2011, p. 113).

O termo “mais-de-gozar”, delimitado por Lacan, explica a incidência do significante sobre o corpo do sujeito. Com a introdução, ou melhor, com o corte feito pela linguagem sobre o corpo, há uma perda de gozo que deve ser compensada. Em busca de compensar essa perda, o sujeito persegue esse objeto, nunca encontrado, uma vez que o objeto está perdido para sempre, é “insubstituível”. Entendemos, então, porque os objetos que o “substituem” entram numa série infinita, pois é sempre uma tentativa de encontrar o objeto perdido para sempre. Uma tentativa fadada ao fracasso.

O discurso moderno e o discurso capitalista utilizam esse modo de funcionamento dos “objetos-mais-de-gozar”, criando um a mais a cada vez, infinitamente... Miller associa essa “infinidade” de objetos ao mundo virtual, relaciona esse modo à incidência do mundo digital que é extensamente utilizado pelos novos adolescentes.

Na atualidade, surge “um objeto com múltiplas ações” que age sobre o adolescente e entra no que seria “novo na adolescência”. Verificamos que essas várias possibilidades, esses múltiplos objetos apresentados tanto pelos produtos de troca do mercado quanto pelas várias nomeações e possibilidades no âmbito da sexualidade e outros modos da multiplicidade de objetos causam, no adolescente, uma dificuldade em escolher. Miller aponta que teríamos uma procrastinação e “essa multiplicação do elemento do possível pode se traduzir por uma indecisão infinita” (MILLER, 2015, p. 4). Seria uma promessa de solução, de encontro com o objeto perdido a cada artigo lançado no mercado, a cada site de busca, a cada palavra digitada no Google.

Haveria uma parceria do discurso moderno com o discurso capitalista, “uma máquina destinada a produzir a falta de gozo de forma a sustentar o consumo e, portanto, a produção” (LACADÉE, 2011, p.113). Lacan, muito antes do mundo virtual, fala desses substitutos e inclui nessa série de objetos as crianças, dando a elas esse lugar de “objetos-mais-de gozar”.

Outro ponto fundamental no que é novo na adolescência é “uma autoerótica do saber” que faz parceria com a procrastinação, já que o autoerotismo do saber se dá, também, a partir da incidência do mundo virtual. O saber não está mais na outra geração, como no professor, conforme constatado por Freud, e nem entre os semelhantes, ele está no mouse. “O saber está no bolso, não é mais o objeto do Outro” (MILLER, 2015, p. 5). Podemos afirmar que, antes, o adolescente precisava de uma estratégia em relação ao Outro para acessar o saber, e que hoje o saber é solitário.

Como uma peça ligada à outra, temos o que Miller chama “uma realidade imoral”. Ficamos sem os ritos de passagem, sem as iniciações e, com isso, acontece “uma desidealização. Há uma grande queda do Outro do saber e não uma sublimação” (MILLER, 2015, p. 5). Sem a sublimação, o jovem convoca o Outro por meio do complô, da violência, da degradação, dos encontros sem barra, criando, assim, modos sintomáticos de existir.

Esses modos sintomáticos articulados ao laço social podem se tornar fenômenos de massa, observados na toxicomania, anorexia-bulimia, ou no suicídio em série dos adolescentes. Esses exemplos são utilizados por Miller para apresentar a “adolescência como momento em que a socialização do sujeito pode se fazer sob o modo sintomático”. A partir dessas verificações, podemos dizer que há uma prevalência do agir e uma queda do simbólico.

Já que a criança e o adolescente entram nessa série de objetos e estão mergulhados nesse novo discurso, é necessário verificar e questionar qual o lugar deles na atualidade e, principalmente, o lugar da gravidez na adolescência, tema de interesse deste trabalho. Lacadée e Miller apontam que, no séc. XXI, é necessário um novo modo de ver a adolescência, desfazendo-se dos referenciais anteriores e reconhecendo a parceria do discurso moderno com o discurso capitalista.

A sociedade atual, caracterizada por esse modo de existir, não questiona mais os riscos dessa satisfação superegoica. Com isso, “o objeto de consumo espera pelo sujeito em desamparo e o consome muito mais do que é consumido por ele” (LACADÉE, 2011, p. 110). Em sua angústia, os adolescentes ficam desamparados diante da falta de ritos e normas que possam nomear, regular e orientar esse novo gozo, essa pulsão que surge em seus corpos. Ao

acreditarem que a solução está nos múltiplos modos de consumir, eles são, na realidade, consumidos.

Miller, em seu texto “Em direção à adolescência”, formula o que seria novo nesse momento da vida, suas novas formas a partir daquilo que incide sobre ela: as “Mutações da ordem simbólica” (MILLER, 2015, p. 4). Com essa mutação, nos perguntamos sobre o modo como o adolescente vive na atualidade, como entra nessa máquina de “produzir a falta de gozo”, e quando, por meio das ações, ele convoca o Outro para escutá-lo.

Produções recentes do cinema parecem retratar o que foi dito acima sobre a adolescência e a incidência das mutações da ordem simbólica sobre os jovens. Cito estes: “A Criança”¹² (2005), “Juno”¹³ (2007) e “17 filles”¹⁴ (2011).

No primeiro filme, “A Criança”, um casal bem jovem, Bruno, de 20 anos, e Sonia, de 18, sobrevivem dos pequenos roubos da gangue do rapaz e do seguro desemprego da moça. Nessas circunstâncias, eles têm um filho.

Para buscar o valor do seguro desemprego, Sonia pede a Bruno que ele cuide do bebê para ela. Nesse tempo em que Sonia está fora, Bruno decide vender o bebê. Acompanhamos, nesse momento do filme, a venda do bebê e o recebimento do dinheiro enquanto Sonia espera para ser atendida na instituição pública.

Quando Sonia retorna e pergunta sobre o bebê, Bruno diz que o vendeu. Ele nos informa sobre o que é essa criança para ele: “A gente faz outro. Olhe, eu tenho dinheiro! É para nós dois”. Nesse momento, Bruno apresenta o que pode ser um bebê na atualidade: um artigo, um produto do mercado. É possível “fabricar” um bebê. Existem também as barrigas de aluguel¹⁵ que ilustram esse fato.

Nesse filme, o bebê tem valor de fabricação, é possível de ser produzido e contabilizado pela moeda corrente, um valor qualquer, metonímico, de deslizamento, demonstrado quando Bruno diz: “a gente faz outro”. A criança não tem, para esse pai, um valor metafórico, um valor fálico, de portador de um ideal do eu.

O segundo filme, “Juno”, retrata uma adolescente que engravida de um rapaz da escola. Após desistir de abortá-lo, ela se pergunta o que faria com ele quando nascesse e uma

¹² Filme de Jean-Pierre Dardenne, Luc Dardenne. Filme Belga.

¹³ Filme de Jason Reitman. Filme Canadense-americano.

¹⁴ Filme de Muriel Coulin, Delphine Coulin. Filme Francês.

¹⁵ Mulheres que, a partir de inseminação artificial, geram um bebê para outras mulheres ou filhos para os homens e recebem uma ajuda de custo ou um pagamento.

amiga propõe que ela encontre um casal para adotar o seu bebê. Ao perguntar para essa amiga como faria isso, esta lhe responde:

- “Eles estão lá nos classificados com o nome: ‘Procurando filhos desesperadamente’. Junto aos classificados de cães, iguanas e equipamentos de ginástica usados. Perfeitamente legal!”.

Juno aceita essa proposta e pega o jornal, procurando a sessão dos classificados. Ao encontrar o possível casal para adotar o seu bebê, eles oferecem um pagamento por esse objeto. Juno recusa o pagamento, mas nos mostra o valor de objeto de mercadoria da criança no mundo moderno, além de incluir esse bebê na série de objetos de consumo: “cães, iguanas e equipamentos de ginástica”.

Nesses dois filmes, essas cenas expõem claramente como um filho pode entrar como um objeto de consumo, de valor de troca monetária. Mostra-nos também que a adolescência está em um mundo da “desidealização. Há uma queda do grande Outro do saber e não uma sublimação” (MILLER, 2015, p. 5). Um bebê pode ser vendido e se tornar um objeto de consumo.

O terceiro filme, “17 filhas”, baseado em um fato verídico acontecido numa escola em 2008 nos EUA (BEALE, 2008), mostra-nos que a adolescência e suas questões não têm pátria, pois revela, em sua história encenada na França, uma situação que poderia existir em, praticamente, qualquer lugar em que o discurso capitalista, o discurso moderno ocidental e a queda dos ideais estejam presentes.

O filme apresenta um grupo de meninas em uma escola comum, em que uma delas engravida. Na cena em que a primeira a engravidar conta para as colegas sobre esse fato, observamos que ela fala de uma posição em que se coloca como exceção. “Neste momento, ela já se apresenta como aquela que sabe algo que as outras não sabem. É dessa posição que vamos acompanhar essa adolescente. Ela se coloca como uma exceção que tem acesso a um saber que as outras não têm” (DRUMOND, 2015, p. 1).

Em alguns momentos do filme, assistimos a cenas dessas adolescentes com seus pais, mostrando-nos o modo com que cada filha trata e vê esse acontecimento. Com a primeira a engravidar, a exceção, temos o seguinte panorama de sua família: ela come sozinha, fica sozinha em casa, pois seu irmão não aparece e a mãe tem que trabalhar. O pai não existe e a mãe de Camille tenta dizer a ela o quanto é difícil ter um filho e cuidar dele, algo que ela não

consegue escutar. Para ela, esse bebê vem solucionar a sua solidão, suprimindo a sua falta e a sensação de abandono mostrada nas cenas do filme:

Entretanto, é interessante percebermos que esse bebê não se inscreve numa solução edípica, ele não é tomado como a metáfora do falo que poderia ser dado pelo pai, tal como Freud nos propõe. Ele é imaginado como um objeto que permitiria a ruptura da relação mãe-filha, sem uma mediação fálica. (DRUMOND, 2015, p. 2).

As colegas que não estão grávidas se identificam com ela e decidem que “todas vão engravidar”, passando a ser esta uma condição para fazer parte do grupo. “A adolescência como momento em que a socialização do sujeito pode se fazer sob o modo sintomático” (MILLER, 2015, p. 6). Esse grupo de meninas existe a partir da gravidez, todas grávidas! Da exceção, forma-se um grupo sem exceção e que não suporta a exceção.

No texto “Em direção à adolescência”, Miller questiona e se pergunta sobre “O problema do corpo do Outro” na atualidade, e se “a religião, a seita e o grupo não dão um certo acesso a um ‘eu gozo do corpo do Outro, logo, eu faço parte?’” (MILLER, 2015, p. 9). Ao fazer esse questionamento, Miller se refere ao islã, que dá um corpo e uma estrutura para a adolescência diante da “destituição da tradição”. No ocidente, ele nos diz, não se sabe mais como fazer para ser um homem ou ser uma mulher, questão fundamental na adolescência, em que “os registros tradicionais [...] recuam; intimidados diante do dispositivo social da comunicação”, e a permissividade e o múltiplo dos objetos causam uma procrastinação, não possibilitando uma escolha.

O islã diz o “que é preciso fazer para ser uma mulher, para ser um homem, para ser um pai, para ser uma mãe [...]” (MILLER, 2015, p.8). É um Outro que orienta, diz o que pode e deve ser feito para ser um homem, para ser uma mulher, dando forma para um adolescente. Essa é a função decidida de muitas religiões, islâmicas ou não. A religião islâmica, à qual Miller se refere, cria um grupo coeso que dá lugar para o adolescente que está angustiado, sem conseguir nomear o seu mal-estar. Ela nomeia seu gozo, localizando e definindo suas escolhas. Não há procrastinação, não há o múltiplo dos objetos.

O filme “17 filles” ilustra esse pertencimento ao grupo em que há regras e o ponto que as une é estar grávida. Estar grávida dá um lugar, um lugar que fornece uma solução ao encontro com o real do sexo, um lugar no Outro, exemplificado quando Camille propõe: “vamos ficar grávidas, felizes e responsáveis”. Aí, elas não têm que se haver com o falo masculino protegendo o falo feminino, “[...] ela, na posição de exceção, poderia fundar o

grupo das novas mulheres, numa espécie de sociedade protetora do falo feminino.” (DRUMOND, 2015, p. 2).

Um dos pontos importantes do filme está no fato de que nenhuma das adolescentes “sonha” com o encontro amoroso, com uma solução tradicional. Os pais dos bebês são coadjuvantes, não fazem questão para elas. Um modo novo de se relacionar com o corpo e com esse acontecimento.

Nesse sentido, essas jovens nos apresentam as novas manifestações da impossibilidade do encontro entre os sexos, são falasseres que se defrontam com o furo do real, furo que deixa o Um sem o Outro. O modo de gozar na atualidade encontra seu fundamento na impossibilidade de escrever a relação sexual entre os seres que não se ligam pelo laço pai-mãe, mas apenas pela linguagem e pela fala. A ausência de relação sexual se apresenta, mais do que nunca, sem as vestimentas do pai e das exigências familiares. (DRUMOND, 2015, p. 2).

Assim, engravidar, para essas meninas, vira uma exigência que prescinde do amor, da relação amorosa, dos homens e dos pais. A gravidez, nesse filme, não trata o gozo feminino e nem passa pela contingência do encontro amoroso. Elas sonham em serem mães identificadas umas às outras, sem medirem riscos e sem se responsabilizarem. Um ato sem medida em que o bebê ocupa um lugar de companheiro eterno, sem choque de gerações.

No momento em que vivem a separação parental e uma relação de amor e ódio em relação aos pais, querem um encontro em que os filhos são irmãos, sem questionamento sobre a maternidade, sem diferença, uma relação entre iguais.

Nesse filme, vemos um modo de existir na adolescência em que o ato prevalece e a conversa entre elas só vem legitimar esse ato, não há questionamento. Não seria esse o modo que as adolescentes do filme, talvez as dos EUA, a partir do fato que inspirou o filme, criaram para existir? Para ter corpo e se estruturar?

Em uma sociedade que privilegia o gozo e não o ideal que pode orientar o sujeito - pode-se tudo com a ideia do “todos iguais” -, o que vemos é o direito ao gozo, caracterizado por um modo de consumo que recusa a exceção e a invenção particular. Outros autores, como Hugo Freda e Serge Cottet, abordam essa “nova” adolescência. Como os jovens lidam com as “mutações da ordem simbólica”?

No texto “O Adolescente Freudiano”, Hugo Freda (1996, p. 22) retoma os conceitos de adolescência e destaca dois pontos que devem ser tratados com relevância: “o critério de passagem e de momento” e a diferença da identidade sexual. Ele nos diz que “as obrigações

atribuídas ao menino ou à menina não são idênticas”. Esse ponto é significativo em nossa pesquisa, pois conforme descrito na introdução, as adolescentes nos contam que “ser menina era diferente de ser menino”, que há algo que atravessa os corpos de um modo diferente.

Cada sujeito pode se fazer pertencer a um grupo e se localizar em um corpo, e isso não passa simplesmente pelo corpo biológico, mas como se nomeia o gozo e a relação do sujeito com o falo. Ocorre uma identificação com o próprio sexo e se estabelece uma relação com o sexo oposto. O sujeito precisa se localizar no mundo como homem ou como mulher, independente do corpo biológico.

Para que essa identificação e localização ocorram, é necessária a passagem da adolescência para o mundo adulto. Na atualidade, a forma de realizar essa passagem, muitas vezes, é caracterizada por um “fazer que não deve ser confundido com uma passagem ao ato” (FREDA, 1996, p. 21). São: as tatuagens, a toxicomania e os atos delinquentes. Lacadeé (2007, p. 2) ainda aponta que esse “comportamento de risco [...] tem a ver com uma certa prática de ruptura, um curto-circuito da relação ao Outro”, mas que, paradoxalmente, mantém um endereçamento ao Outro. É um apelo ao Outro. No filme, constatamos algo sobre o apelo e sobre a ação:

Na reunião dos professores, eles comentam o fato de várias alunas estarem engravidando. Um diz que isso é uma atitude típica das adolescentes que buscam se apropriar de seus corpos. Umas se tatuam, outras se mutilam, outras param de comer. Essa seria uma atitude de desafiar os pais que não concordam com essa decisão. Se esse ponto de vista tem seu fundamento de verdade, a adolescência realmente é um tempo no qual o falasser busca se relacionar de uma nova maneira com seu corpo, isso está longe de ser uma pura relação de apropriação. Se encontramos com frequência nesse momento da vida a presença de cortes, de automutilações ou de distúrbios alimentares, esses sintomas são índices de uma dificuldade e de uma angústia de difícil tratamento. (DRUMOND, 2015, p. 3).

Em relação aos modos de agir, as meninas do filme “17 filles” agem, sem palavras, sem ir ao encontro do Outro com uma estratégia para saber, sem perguntas, mas com uma ação!

Para exemplificar esse modo do adolescente atravessar esse momento ou se fazer ouvir pelo Outro, exporei aqui uma Conversação feita em uma escola de Belo Horizonte, Minas Gerais:

Os alunos adolescentes estavam jogando bombas dentro da escola, não machucavam ninguém, só “explodiam” a escola. Ao conversarmos com a diretora e uma professora de referência, estas relatam: “Nós sempre fomos uma escola exemplar e elogiada e tudo muda

quando o Estado decide que deveríamos ser uma escola não só de ensino fundamental, mas também de ensino secundário. Passamos a receber, de um dia para o outro, alunos adolescentes. Nós não estamos preparadas para eles”.

Na Conversação com os alunos, os possíveis responsáveis pelos “atentados”, perguntamos o que estava acontecendo na escola, por que a escola estava sofrendo esses ataques explosivos? Um deles ri muito dessa pergunta e diz: “eles não nos querem aqui”. Sem lugar, os adolescentes passaram a agir, explodindo para se fazerem escutar: “não queremos ser tratados como crianças”.

Nesses exemplos, encontramos atos que prescindem da palavra, que abordam o gozo no lugar da palavra. Podemos dizer que há uma troca do significante pelo gozo, embora ainda seja um apelo ao Outro, já que são atos direcionados ao Outro. Os atos buscam “encontrar uma inscrição no Outro” (FREDA, 1996, p. 25), um modo de existir. Entretanto, esse modo de agir pode fracassar em seu propósito, já que prescinde da palavra.

A gravidez na adolescência poderia fazer parte desta série - toxicomania, atos delinquentes, tatuagens, bulimia-anorexia? Poderia a gravidez na adolescência entrar nesse modo de inscrição e não inscrição das adolescentes no mundo?

A gravidez na adolescência também faz furo no que é considerado adequado, correto e esperado. “Se a adolescência coloca questões para os educadores, sociólogos e mesmo governantes é porque, na verdade, ela se apresenta como algo da ordem de uma ruptura, de uma descontinuidade em um percurso subjetivo que não entra no ‘normal’, no padrão.” (SOLANO, 1997, p. 7).

Entendemos que as ações dos adolescentes são para serem lidas, é um texto em ação que o adolescente cria sem saber, sem entender o que está sendo dito, pois, “frequentemente, este é um dos paradoxos do adolescente, ele mesmo não consegue autenticar para si, traduzir em palavras a angústia, a vergonha ou a solução radical de uma passagem ao ato.” (LACADEÉ, 2007, p. 6).

Podemos considerar a gravidez na adolescência como uma ação a ser lida, sem que o autor do ato saiba dizer muito disso, sendo apenas uma resposta à angústia? Freda (1996, p. 21) diz que esses atos, esse “fazer não deve ser confundido com uma passagem ao ato”. A gravidez entraria na mesma série das tatuagens, das bombas e do uso abusivos de substâncias?

4 METODOLOGIA

O método utilizado nesta dissertação é o método psicanalítico, que inclui o sujeito em sua pesquisa, não o forcluindo e não o reduzindo a um objeto de observação, “conferindo a ele um lugar em suas explicações” (MARCOS, 2010, p. 100). A psicanálise, método inventado por Freud, introduz um novo objeto de estudo: o inconsciente, os processos inconscientes. Não é possível utilizar outras técnicas para estudá-lo, ele não é “apreensível pelas técnicas e métodos de investigação de outras áreas de saber” (SISSON e WINOGRAD, 2010, p. 78) pois não é reconhecido e nem estudado por elas.

Com esse novo objeto de estudo, ocorre uma ruptura, um corte epistemológico na ciência até então reconhecida e utilizada. A psicanálise possibilita e propõe um novo olhar sobre os estudos das doenças mentais e do aparelho psíquico. O seu método subverte a ciência para que o sujeito seja incluído. Ele introduz, no discurso da ciência e no discurso social, o sujeito dividido, a singularidade do sujeito, a responsabilidade sobre o seu inconsciente e as suas escolhas.

A partir da descoberta freudiana do inconsciente e por meio desse modo único de pesquisar, esse método faz uma intervenção na ciência positivista, questionando a ciência e o discurso contemporâneo que tornam o sujeito objeto de saber e não produtor do saber. O sujeito que produz um saber é aquele que está implicado na sua história. O método psicanalítico realiza sua pesquisa, fundamentalmente, apoiado na escuta clínica, escutando o caso a caso e vinculando a pesquisa aos conceitos fundamentais do tratamento: transferência e associação livre.

Nesse método, é colocado em cheque e à prova a intervenção e responsabilidade do analista, “o psicanalista encontra-se implicado no material que surge em cada sessão, não sendo apenas uma variável a ser controlada” (SISSON e WINOGRAD, 2010, p. 77). Assim, a pesquisa em psicanálise está intimamente ligada à intervenção e ao tratamento clínico, à escuta e análise do inconsciente.

A tarefa do analista não é somente sustentar sua clínica, sua ética nas intervenções do caso a caso, ele deve, também, ser “pesquisador de sua própria prática”. Em seu trabalho, o analista tem duas funções: o tratamento e a pesquisa. Com isso, a pesquisa em psicanálise “compromete o pesquisador” na sua própria investigação, sofrendo ele mesmo os efeitos das suas descobertas. É um método próprio, orientado pela clínica e pela experiência do

inconsciente, levando em conta a escuta, o sujeito, a relação transferencial e a associação livre.

Essa relação íntima entre clínica e pesquisa, tratamento e investigação, não é, como nos ensina Freud, sem uma intimidade e uma distinção. Ele afirma: “o primeiro propósito, naturalmente, foi o de compreender os distúrbios da mente humana, porque uma notável experiência mostrara que, aqui, a compreensão e a cura quase coincidem que existe reciprocidade entre uma e outra.” (FREUD, 1915-1917, p. 43). Uma junção e uma disjunção.

O campo de pesquisa e intervenção do método freudiano é o inconsciente e seu trabalho é clínico. Contudo, essa intervenção não está apartada dos fatos sociais de sua época, da análise desses fatos e da inclusão do sujeito: é uma psicanálise aplicada. “Método, teoria e pesquisa são, assim, interdependentes e operam simultaneamente na clínica, constituindo, na realidade, uma coisa só: a prática psicanalítica” (SISSON e WINOGRAD, 2010, p. 77).

Nesta pesquisa, todo o material foi tratado a partir do método psicanalítico. Conforme mencionado acima, somente dessa forma o inconsciente pode ser escutado, o caso a caso pode ser reconhecido, dando, para cada história singular, a sua importância, não forcluindo o sujeito e dando a ele um lugar de responsabilidade pela sua história. O material utilizado foi recolhido por meio de encontros individuais e da Conversação em duas instituições, duas ONGs que acolhem gestantes e mães. Esse material, composto de anotações e observações pessoais, é o resultado de um trabalho realizado entre os anos de 2005 e 2016.

A Conversação é um dispositivo criado por Jacques-Alain Miller nos anos 90, que tinha como objetivo “abrir campo para a palavra entre os psicanalistas”. Segundo ele, a Conversação é:

[...] uma situação de associação livre, se ela é exitosa. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiamos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir - não uma enunciação coletiva - senão uma associação livre coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e, finalmente, resulta - às vezes - algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas. (MILLER, 2005, p. 15/16)

Nesse dispositivo, o que nos interessa é a palavra, a autorização para que ela circule entre nós e, assim, possamos recolher algo do inconsciente do sujeito. Com esse modo de funcionar, a psicanálise circula também pela cidade, pelos espaços e escuta os sujeitos nos

locais em que ele vive, trabalha ou se reúne, podendo acontecer em uma escola, instituição, na rua, ou no local em que uma questão ou impasse ocorra. Esse dispositivo tem como finalidade, como nos diz Lacadée (2007), a oferta da palavra.

A Conversação mantém o objetivo psicanalítico de escutar o inconsciente e unir o tratamento à pesquisa. Esse dispositivo visa a produzir um tratamento do gozo a partir do momento em que reconhece e respeita a singularidade e a palavra de cada um, dando um lugar peculiar para o simbólico:

O dispositivo pode fazer operar ‘uma prática inédita da palavra’, que, segundo ele, tenta subverter o laço social daqueles que, de alguma maneira, foram confinados ao silêncio excludente marcados por identificações. O que as conversações propõem é ‘destravar as identificações’, isto é, no trabalho desenvolvido, a palavra pode mostrar aos sujeitos que ali se encontram aquilo pelo qual estão tomados e, quem sabe, apostar que podem livrar-se do gozo em que estão aprisionados. (SANTIAGO, 2006, p. 3).

No caso desta pesquisa, podemos dizer que a Conversação tenta causar uma desidentificação ou identificação aos seguintes e possíveis significantes: gravidez, maternidade, adolescência. Com isso, pode recriar uma nova identificação ou um modo particular de lidar com esses significantes, pois não se trata de “buscar ideias compartilhadas”, o senso comum ou encontrar uma ideia coesa em que caiba uma única solução comum a todos. O que está em jogo em uma Conversação é o encontro com o cada um. “É o lugar em que uma mesma lógica de des-identificação pode operar quando se trata de afrouxar as identificações e de permitir, como dizia Freud, um jogo de vida no espírito do sujeito, oriundo de uma nova relação com o Outro.” (LACADEÉ, 2007, p. 7).

No campo de pesquisa desta dissertação, a Conversação faz uma diferença e um corte no modo com que as instituições nas quais recolhemos o material funcionam, pois todos os cursos dados e o modo como elas tratam a gravidez, nesse período da vida, está condizente com as políticas públicas e com o modo como as políticas veem o adolescente: como aquele que deve ser conduzido e ensinado, de uma forma pedagógica. Assim, a Conversação subverte isso. Nela, o que nos interessa é o não sabido, não há um saber pronto a ser entregue ou ensinado. Nesse dispositivo, apostamos no mal entendido, no fora-do-sentido, no furo do dizer como uma “ausência fundamental”.

O Cien - Centro interdisciplinar de estudos sobre a criança e a adolescência -, o qual usa a Conversação como dispositivo, foi criado na França em julho de 1996. Desde sua

criação, ele causa uma inversão do saber e da forma, pois o seu modo de operar não é falando das crianças e adolescentes, mas falando com elas. As crianças e os adolescentes são detentores do saber. Diferente do modo como as políticas públicas e outros discursos tratam a criança e o adolescente, como aqueles a serem guiados, a conversação autoriza que o saber venha desses sujeitos, que estes possam criar soluções para suas questões e nos ensinarem, nos mostrarem sobre as questões que lhes tocam. Assim, “não é solicitado um saber já sabido, predeterminado, pois a fala é própria de cada sujeito” (SANTIAGO, 2006, p.6).

O material recolhido das gestantes escutadas refere-se a garotas entre 13 a 17 anos, com características sociais e econômicas semelhantes, embora o tempo e a condição da gestação fossem distintos. Não é relevante, nesta pesquisa, situar se os fragmentos se referem a uma primeira ou segunda gravidez. O que cabe nesta investigação é o que cada adolescente pode nos ensinar, nos dizer sobre a gravidez e a maternidade naquele momento, nesse período da vida considerado pela sociedade e pela psicanálise um momento entre a vida infantil e a vida adulta.

A partir desse material clínico, vamos destacar os conceitos e noções teóricas apresentadas, investigar a gravidez na adolescência e verificar a hipótese apresentada.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética CEP da PUC Minas e foi aprovado em 21/10/2016. Foi solicitada, na ocasião, a dispensa do Termo de Consentimento e Assentimento para esta pesquisa. Vale ressaltar que manteremos em sigilo a identidade das jovens e que, para isso, utilizaremos, quando necessário, nomes fictícios e o encobrimento de qualquer detalhe que possa inviabilizar ou desfazer o compromisso de sigilo da pesquisa. Elucidamos também, com Figueiredo (2004, p. 79), que “o caso clínico descrito não é o sujeito, é uma construção com base nos elementos que recolhemos de seu discurso, isto é, fazemos uma torção do sujeito ao discurso”.

4.1 O encontro com as adolescentes: o que elas podem nos ensinar?

Os fragmentos recolhidos permitirão abordar a gravidez na adolescência a partir do um a um, diferente de uma compreensão generalizada do ato, priorizando o caso a caso e a singularidade de cada sujeito. É na construção de cada caso que se pode averiguar o estatuto e a função do ato e, com isso, verificar nossa hipótese: se a gravidez na adolescência pode ser, em alguns casos, um *acting out* ou um modo de passagem da vida infantil para a vida adulta. Seria uma resposta ao ser de mulher? A gravidez seria uma resposta ao Outro?

Relembramos o ponto que causou esta dissertação: Os meninos entram no tráfico de drogas como um modo de responder ao seu ser de homem. Engravidar não seria, para as meninas, uma resposta ao seu ser de mulher?

Os fragmentos de casos serão tratados a partir da psicanálise, teoria que escolhemos para abordar a gravidez e suas implicações na adolescência.

4.1.1 Uma Conversação: “A gente engravida!”

Durante uma Conversação, as adolescentes abordam questões relativas ao tráfico, às drogas, aos atos infracionais, ao amor e ao aborto. Nesse encontro, estão presentes: as adolescentes, uma fisioterapeuta, uma advogada, a secretária da instituição e uma psicanalista.

Uma das adolescentes está grávida de um rapaz envolvido com o tráfico. Ela é questionada, pelas adolescentes, sobre o seu lugar nesse namoro e no tráfico de drogas. As adolescentes afirmam que “namorar com esse rapaz não é bom” e que ela pode ser considerada traficante se estiver junto a ele. Ela discorda dessa fala e a advogada presente intervém: “Se você for pega pela polícia junto a ele, você vai ser presa, terá que responder por isso”. Ela responde imediatamente: “Eu não! Eu não fiz aborto”.

No decorrer da Conversação, elas passam a nos dizer que queriam ter filhas mulheres, que queriam ter “meninas e não meninos”. Há uma insistência nessa questão, ao dizerem-nos que “menina era sempre melhor”. Ao questionarmos isso, elas respondem: “ter menino é muito perigoso, tem o tráfico, tem as drogas”.

As adolescentes relatam o “perigo” de terem meninos, dizendo-nos da morte, das prisões e dos atos violentos, ao que interpelamos: “se os meninos vão para o tráfico, se há tanto perigo e violência e as meninas não entram nisso, o que as meninas fazem?”. Após um pequeno silêncio, uma responde e as outras confirmam: “A gente engravida!”.

A adolescente, ao ser colocada como traficante pelas outras junto ao parceiro, como infratora e detentora das drogas, retira-se disso, dizendo: “Eu não! (não vou ser presa). Eu não fiz aborto!” Para esta adolescente, o ato infracional ao qual caberia a ela responder seria um aborto, ato considerado ilegal no Brasil até o momento.¹⁶ Com essa fala, ela explicita que, para as adolescentes dessa Conversação, existe uma diferença entre a menina e o menino em relação a um ato infracional. Isso nos mostra que as adolescentes questionam o que seria “a

¹⁶ No Brasil, o aborto é considerado como crime contra a vida humana, com algumas ressalvas, pelo Código Penal Brasileiro em vigor desde 1984, artigos 124 a 128.

menina enquanto menina e o menino enquanto menino” (MILLER, 2015, p. 3), como se houvesse algo predeterminado.

No texto “Em direção à adolescência”, Miller reafirma a lógica freudiana que nos diz que há uma predisposição à uma posição feminina e a uma posição masculina desde a infância, isto é, construído na tenra idade. Freud “observa, a esse respeito, que as inibições da sexualidade e a tendência ao recalque são maiores na menina. A menina se apresenta mais pudica que o menino” (Miller, 2015, p. 2). Haveria, então, uma diferenciação sexual, talvez observada pelas adolescentes que localizam essa diferença a partir de um predeterminismo biológico, e não uma construção infantil, como nos ensinou Freud.

Miller retorna a Freud e Lacan no texto “Em direção à adolescência” e nos diz, conforme mencionamos acima, que ser um menino ou uma menina é uma construção. A psicanálise não reconhece o biológico como uma orientação, portanto, a questão não é nascer menino ou menina como afirmam as adolescentes. Para a psicanálise, o que importa é a construção do sujeito em relação a ter ou não ter o falo e às imagos infantis. O nascimento como macho ou fêmea não determina para uma criança seu lugar de homem ou mulher. O que há é uma construção infantil. Assim, o que orienta o sujeito na adolescência é essa construção que foi feita de forma singular, é o modo como o sujeito reconhece o seu lugar e o seu corpo, modo que deve ser resignificado para lidar com a pulsão, terna e sexual, que deve ser direcionada ao mundo fora do universo familiar.

No texto “Sobre o narcisismo: Uma introdução”, Freud (1914, p. 94) trata da diferença entre meninos e meninas e nos esclarece que “na escolha de objeto nas crianças de tenra idade (e nas crianças em crescimento), o que notamos foi que elas derivavam seus objetos sexuais de suas experiências de satisfação”. Essa escolha, feita na infância, orienta o sujeito muito antes da puberdade. Na puberdade, ocorre “tanto para Freud como para Lacan, [...] uma escansão sexual, uma escansão no desenvolvimento, na história da sexualidade.” (MILLER 2015, p. 3).

Na referida Conversação com as adolescentes, podemos declarar que elas apontam para essa diferença. Elas localizam essa questão no nascimento dos bebês, quando dizem que “é melhor ter menina que menino”. A psicanálise nos esclarece que há algo sobre o sujeito, sobre a sua constituição e sobre a sua sexualidade que se apresenta em uma tenra idade, ou seja, o modo como o sujeito vai lidar com sua sexualidade já está preestabelecida na infância, quando ocorre uma construção estrutural.

Essa construção estrutural se faz a partir da marca no corpo, descrita por Freud a partir da questão “eu tenho ou não tenho pênis”, que é a representação do falo. Com essa questão, que uma criança faz sobre si mesma, ela pode se localizar, de algum modo, na diferença dos sexos, lidar com a constatação de ter ou não ter o pênis. A partir deste momento, quando o falo, representado pelo pênis, tem um lugar na vida do sujeito, um menino pode se perguntar sobre o seu lugar como menino e a menina enquanto menina. A menina pode, inclusive, fazer o que Freud descreve: bancar a mulher desde cedo.

A diferença entre meninos e meninas, como esclarece Freud, se conclui na tenra idade, mostrando-nos que os sujeitos devem passar pela relação com o falo para se perguntar sobre o seu lugar como um menino ou como uma menina, podendo, assim, identificar-se com o seu sexo e lidar com o sexo oposto. Os sujeitos precisam se haver com o falo, que é orientador e é o que permite a entrada no discurso. O menino acredita que o tem. O falo, nesse momento, é representado pelo pênis, um órgão que pode ser retirado do menino já que ele encontra um sujeito que não o possui: a menina.

O menino se organiza com a “presença” do falo por meio do pênis, e para conservá-lo, ele abre mão de seu objeto amoroso que é a mãe. Já a menina, que não o possui desde sempre, precisa se haver com isso. Como nos ensinou Freud, ela cria um modo de lidar com aquilo que não tem, o falo, e, imaginariamente, pensa que o terá no futuro.

Segundo Freud, como vimos no capítulo “O que a Psicanálise esclarece sobre a maternidade?”, o substituto do falo é o bebê, um bebê do pai. Essa fantasia é demonstrada por ele no caso da “Jovem Homossexual”, em que a jovem queria ter um filho do pai, um desejo frustrado e reconhecido com a chegada do irmão mais novo.

A partir das falas das adolescentes na Conversação, que continua girando em torno dos atos infracionais em que “os meninos vão para o tráfico e as meninas engravidam”, nos perguntamos sobre esse modo de agir, pois a puberdade, enquanto um gozo sem nome, pulsa no corpo do sujeito. Podemos afirmar, de acordo com a psicanálise, que a puberdade se apresenta em um modo de agir, seria o corpo com seu novo modo, sem uma nomeação particular, utilizando apenas o nome social: “adolescência”.

Os adolescentes agem e, em alguns casos, sua resposta para encontrar uma solução para o seu ser de homem e para a sua virilidade se dá por meio dos atos infracionais. Assim, vender drogas, fazer parte de uma gangue, “crescer nas funções do tráfico”, faz com que ele ocupe um lugar na sociedade e na comunidade, é uma resposta viril sobre o seu ser de

homem, além de poder ser, também, um modo de convocar o olhar do Outro, um apelo ao Outro, por meio das infrações.

As adolescentes nos dizem que a resposta que encontram não se dá pela via da violência, do tráfico ou das gangues.¹⁷ Para serem vistas, escutadas e ocupar um lugar na sociedade, elas engravidam. A gravidez não é um ato infracional, mas é considerada, pelas políticas públicas, uma transgressão a ser prevenida e tratada. Mesmo não nos detendo nisto ou avaliando como aconteceu a gravidez, sabemos que, independentemente de ser uma solução, uma resposta à puberdade ou um apelo ao Outro, a gravidez para a adolescente ou o tráfico para o adolescente não são respostas condizentes ou aceitas pelas políticas públicas e que esses atos são considerados “fora da ordem mundial”.

O modo como os adolescentes agem pode ser uma ação direcionada ao Outro, um apelo ao Outro, um *acting*, e, portanto, atos a serem escutados. Com isso, podemos concluir que em alguns casos, o apelo a ser escutado pelo Outro se apresentaria sob a forma de uma gravidez para as adolescentes, e sob a forma de atos infracionais convencionais, como descrevemos anteriormente, para os adolescentes. A partir do percurso feito nesta pesquisa, elaboramos, então, a seguinte hipótese: o meio utilizado pelo adolescente para encontrar o seu lugar como homem - “eu tenho o falo” - seria os atos infracionais, enquanto as adolescentes, em busca de ser uma mulher, engravidam.

As meninas cometem atos infracionais, mas, diferente dos meninos, é com a gravidez e com a maternidade que uma resposta sobre as questões apresentadas acima pode ser possível.

4.1.2 “Engravidai e parei com tudo!”

Lívia é uma garota de 17 anos que já passou por vários abrigos e instituições. Tem uma relação longa com a justiça e com os atos infracionais. Na Conversação feita na ONG, vai relatando, a cada vez, sua história.

¹⁷ Não trataremos, nesta dissertação, dos modos como os adolescentes, rapazes, fazem a sua travessia na adolescência, mas indicamos como referência, aos interessados, a tese de doutorado “A Clínica Psicanalítica do Ato Infracional: Os impasses da sexualização na adolescência.” (ZEITOUNE, 2010).

Ela nos conta que morava em uma cidade próxima da capital e que um dia, quando tinha 11 anos de idade, a mãe a leva ao Conselho Tutelar e diz ao Juiz que não a queria. Lívia explica: “Ela fala que não queria ser minha mãe”.

Perguntamos a essa adolescente o que estava acontecendo antes desse episódio. Ela relata que vinha saindo à noite, chegava de manhã em casa e que não obedecia a mãe. Podemos dizer que o corpo de Lívia já se encontrava nas ruas e que havia um gozo sem nome já aos 11 anos? O que sabemos, por meio da sua fala, é que a relação com a mãe não organizava essa garota e que a mãe não pôde lidar com isso. Podemos afirmar, neste caso, que essa adolescente não tinha lugar no desejo da mãe, para quem ela não ocupava o lugar de filha.

Após o encontro com o Juiz, Lívia passa um tempo em uma casa provisória, de amigos. Ao voltar para casa, constata que a mãe havia ido embora, dizendo-nos: “Ela me deixou com um fogão e um colchão. Fui para a rua e não quis saber de mais nada. Eu enlouqueci!”.

Sobre a trajetória nas ruas, relata: “eu tomava do outro para ter o que é meu”. O que ela queria tomar do Outro, já que o que ela toma é visto por ela como um direito, o que ela toma já era dela - “para ter o que é meu”? Para além dos objetos de consumo e das privações de uma adolescente que vive nas ruas, poderíamos pensar que existe uma dívida do Outro para com ela. Seria uma dívida simbólica? Ela quer algo do Outro. Ela recebe da mãe, Outro primordial, um lugar vazio. O Outro não me deu, eu vou tomar. Eu arranco do Outro. Parece que a experiência vivida por Lívia, sua construção com a imago fundamental materna, surge direcionada ao outro da rua.

Para a psicanálise, a questão da agressividade se dá de forma subjetiva, relacionada à construção do Eu no narcisismo e relacionada às imagos infantis. Assim, “basta o pretexto mais fortuito para provocar a intensão agressiva que reatualiza a imago, instalada permanentemente no plano de sobredeterminação simbólica a que chamamos o inconsciente do sujeito, com sua correlação intencional” (LACAN, 1948/1998, p. 110). Podemos afirmar, a partir dos ensinamentos de Lacan, que toda violência e agressividade dirigida ao Outro se relaciona, “em cada caso, a uma organização original das formas do eu e do objeto” (LACAN, 1948/1998, p. 113).

No caso de Lívia, ela nos ensina que toda a construção infantil, a sua relação com as imagos infantis, surge na relação com o mundo de forma agressiva. No texto sobre “A

agressividade em psicanálise”, Lacan reafirma que, na construção do Eu, é impossível não passar pela agressividade, sendo esta uma construção primordial feita em relação à mãe, que tem a “função do recinto imaginário primordial formado pela imago do corpo materno” (LACAN, 1948/1998, p. 117). Para ele, temos com a mãe uma cartografia, e com as imagos do pai e dos irmãos e a história da criança, teríamos um atlas a partir do qual conhecemos os modos como o sujeito construiu seu Eu e os modos de sua agressividade.

Sobre o modo de agir nas ruas, além de “tomar do outro para ter o que era dela”, Lívia nos avisa que “em turma ou sozinha não levava desaforo pra casa”, além de dizer que o melhor era “matar com faca”, fato que ela relata com detalhes. A agressividade, para a psicanálise, é subjetiva, ou seja, é uma experiência que só faz sentido para o próprio sujeito.

Poderíamos nos perguntar sobre o gozo presente nesse momento da vida de Lívia, pois “o que chamamos de gozo é a satisfação imaginária” (MILLER, 1999/2012, p. 88). Essa adolescente repete sem palavras e de modo especular uma ação contra o Outro, dando, desse modo, uma inconsistência ao Outro. Um “furo de faca”, matar com faca e “sentir a faca entrando em todas as camadas” seria uma tentativa de matar o Outro a cada vez. “O gozo enquanto distinto da satisfação simbólica, nós o encontramos no eixo a-a” (MILLER, 1999/2012, p. 88). Esse gozo apresentado por Lívia não é dialético, é “permanente, estagnante e inerte” e sua emergência se dá quando a elaboração “simbólica falha ou fracassa”. Somente dessa forma, imaginariamente, esse gozo se repete, sem sentido e com uma satisfação particular.

A rua é um lugar pelo qual ela circula, mas também um lugar onde ela existe, pois além de relatar a violência presente e o seu modo de agir, ela relata os laços feitos, principalmente com os técnicos que ela encontrou nos vários abrigos ou instituições pelos quais passou. Na rua, nesse período, a jovem se localiza nos lugares da cidade, reconhece e sabe dos seus direitos perante a lei. Seria a rua, mesmo com tanta violência, um lugar no qual ela tem uma inscrição? Consideramos que, para além de toda a violência relatada, essa garota faz laços, se localiza com os técnicos, nomeia pessoas e se nomeia ao circular pelas ruas. Isso se apresenta, é visto e demonstrado na instituição.

Em relação ao amor, ao encontro com o sexo, Lívia teve seus primeiros encontros com meninas: “eu era sapata, só ficava com menina, hoje o que me importa é se tratam bem a mim e ao meu filho”. Podemos lembrar de Freda (2015, p. 16), que afirma: “Já não se trata tanto de

heterossexualidade ou de homossexualidade, sim de ‘onde me sinto mal’. Nestas manifestações da sexualidade, a satisfação substitui a posição”.

Em relação à gravidez, ela nos conta que engravidou de um rapaz tão violento quanto ela e que engravidar teve um efeito: “Quando eu engravidei, eu parei com tudo”. Questionada sobre isso, responde: “Eu parei com as drogas, com a bebida, eu parei com tudo, só pensava nele, no meu bebê”. É interessante percebermos que, nas ruas, essa adolescente pode circular, encontrar pessoas e se nomear, mas isso não faz com que a violência em relação ao Outro e a si mesma cesse. O ponto de basta é a gravidez. Mesmo interrompendo o uso abusivo de drogas, ela continua nas ruas, de onde sai somente quando o bebê nasce. Após o parto, ainda no hospital, ela é encaminhada para a ONG a partir da evidência de atos infracionais registrados nos boletins de ocorrência. Nesta instituição, são acolhidas a mãe adolescente e seu bebê.

Lívia nos conta, nas Conversações, o que quer para o filho e como quer criá-lo. Afirma que só ela e a avó podem chamar a atenção da criança, “mais ninguém vai chamar a atenção dele”. Questionamos: “Você e sua mãe. E o pai dele?”. Ela retruca rapidamente: “Não! A mãe do pai dele (a sogra dela), que é como uma mãe pra mim. O que ela compra pra filha dela ela compra pra mim”.

No caso de Lívia, os *acting* como um apelo ao Outro em sua trajetória de rua, não são suficientes para tratar o gozo que se apresenta no corpo. Apesar dos laços feitos com os técnicos e nos abrigos, não ocorre uma construção de um lugar menos violento. É a partir da gravidez que isso se torna possível. Nas ruas, ela passa por várias instituições, estabelece laço com vários técnicos e se localiza na cidade, mas é somente com a maternidade que ela consegue suportar as leis da instituição.

Com a presença do filho, ela encontra um Outro que pode acolhê-la de um novo modo. É a partir do filho que um novo laço se faz, um laço particular que dá a ela um lugar singular, diferente do lugar de infratora, fora da lei, reconhecido tanto nas ruas quanto na relação com a mãe até os 11 anos de idade.

Além da instituição, que só se constituiu para ela como um lugar a partir da maternidade, há o lugar íntimo que é a relação entre ela e a sogra, que se constitui, também, a partir da maternidade. Torna-se impossível para ela abandonar esse bebê com o qual ela se identifica. A maternidade lhe confere o lugar não de mãe, mas de filha junto à sogra. Assim, ao invés de uma identificação marcada pela agressividade, a adolescente passa a ter uma

identificação pela maternidade. A partir do seu encontro com a sogra, ela cuida do bebê. Quando ela engravidou, “parou com tudo”, só pensava no bebê. Entretanto, foi somente a partir do encontro com a sogra que ela pôde se haver com a maternidade de modo que fosse uma solução fora da violência.

Com isso, talvez, Lívia possa tratar do seu lugar como filha, no íntimo e particular da relação com a sogra, um tratamento diferente daquele que a rua pôde lhe dar. A maternidade parece oferecer a Lívia uma solução distinta das atuações e da violência, podendo ser uma saída mais próxima da vida que do enlouquecimento e da agressão.

4.1.3 O que me orienta é a lei em vigor

Bela é uma adolescente de 17 anos que encontramos em uma das ONGs quando estava grávida pela primeira vez. Antes, vivia na comunidade e trabalhava no tráfico. Sobre a venda de drogas, diz: “Um namorado meu ficou bravo comigo, eu vendia mais que ele. As pessoas confiam em nós mulheres. Às vezes, o cara queria comprar de mim, mas não queria comprar dele”. Ela vai falando da “boca”, dos perigos e dos cuidados que deveria ter para não ser agredida. Quanto à família, relata que morava com a mãe e os irmãos. Depois de ser acolhida pela instituição, a mãe passa a visitá-la com frequência. Bela nos conta que a relação com a mãe estava bem melhor, dizendo-nos ter sido uma filha muito difícil.

Em meio a toda a sua dificuldade, Bela vai colocando em palavras sua história. “Minha mãe não queria saber de nada, saía pra rua, passava a noite fora; meu irmão mais novo passou a me chamar de mãe, aí eu disse: ‘não sou sua mãe’, mas ele queria era ficar só comigo”. Relata os momentos em que teve que defender a mãe das agressões do pai e de um namorado: “Eu parti pra cima! Não trata a minha mãe mal não”. Sobre o pai, que foi morto, ela pouco diz, contando somente que ele era uma pessoa muito ruim e que ela pedia, na comunidade, para alguém matá-lo.

Em relação aos encontros com o Outro sexo e com o amor, Bela diz gostar tanto de menina quanto de menino, e afirma que “o importante é se tratam bem eu e meu filho”. Para Bela, não se trata de uma escolha entre a heterossexualidade e a homossexualidade, mas de uma escolha pelo lugar onde não se sinta mal, em que se sentir bem substitui a posição sexual (FREDA, 2015, p.16). Ela relata que os encontros com as meninas eram menos violentos.

Em relação aos homens, as histórias relatadas têm uma proximidade maior com a violência: “Ele me queimava, tive minha primeira experiência aos 11 anos e ele me machucou toda por dentro; só quando uma amiga mais velha falou o que tinha acontecido comigo é que eu entendi.” Contudo, relata que depois de um tempo ela manda e desmanda nos homens: “Eu transava, fumava, bebia. Se um homem não valia, eu dizia: você é um brocha, vai embora”.

Sobre a gravidez, Bela afirma que nada foi alterado: “continuei do mesmo jeito, fazendo tudo do mesmo jeito. Eu só paro quando venho pra cá”. Parece-nos que, neste caso, o limite não surge por meio da gravidez, não é a gravidez que possibilita um novo modo de se situar em relação ao Outro, mas é a instituição, com suas leis, que permite à Bela se interrogar sobre o seu lugar e a sua inscrição no Outro.

Entendemos que essa adolescente sempre esteve orientada por uma lei, trabalhando no tráfico e submetida à lei que organiza o modo de funcionamento do tráfico de drogas e da comunidade. Ela também pôde ser chamada de “mãe” pelo irmão, funcionando como aquela que cuida, localizando-se aí em uma organização que funciona tanto para ela como para ele. Contudo, Bela só se pergunta sobre um novo lugar quando é acolhida pelas políticas públicas, representada pela instituição. É ali que um novo lugar pode ser pensado e construído. Novas leis foram impostas e ela relata o quanto foi difícil entrar para a instituição, suportar e respeitar suas regras, como tirar os *piercings* que tinha ou a convivência com as outras adolescentes.

Essa nova posição, esse novo lugar, só é possível com a presença do filho. A pergunta corporificada pela instituição é: Que mãe você pode ser para o seu filho? Assim, vemos que há uma legitimidade da maternidade e uma função ideal à qual Bela tenta responder, escolhendo ser essa mãe e ser “modelo”, profissão que decidiu tentar ao sair da instituição.

4.1.4 As grávidas tornam-se filhas

Júlia e Cris mostram o quanto uma gravidez ou a maternidade podem dar à adolescente um lugar no desejo do Outro. Para elas, a gravidez não foi um modo de se separar do Outro parental, tampouco um modo de se localizar como mulheres ou adultas, mas elas passam a ter lugar no desejo do Outro, no desejo do Outro familiar, no desejo da mãe.

4.1.4.1 “Somos todos iguais!”

Júlia tem 15 anos e está grávida do segundo filho. Em uma Conversação, relata que as pessoas a nomeiam de “irresponsável” por ter engravidado pela segunda vez. O que as pessoas não sabem e o que ela nos conta é que a primeira gravidez foi com o padrasto - “foi um estupro”. Ao relatar esse acontecimento, diz que não fez aborto porque o bebê não tinha culpa e que sua mãe não a responsabilizou, dizendo-lhe que a culpa não era dela. Além disso, afirma que seu primeiro filho é inocente e que o ama muito.

Nessa segunda gravidez, ela se sente feliz. Relata que antes de engravidar “andava pelas ruas da cidade por toda a noite”. Perguntamos por que ela andava pela rua e o que ela fazia durante a noite nessas andanças. Júlia nos diz que “andava por andar”, mostra seu percurso de andarilha, por onde caminhava, e afirma: “eu conversava com todos”. Questionada sobre quem eram “todos”, ela nomeia alguns: “os policiais”. Relata isso sem implicações, sem questionamento, como algo que fazia parte da vida, andar pelas ruas à noite, nos lugares mais perigosos da cidade.

Júlia diz que hoje é feliz. Ela está casada com o pai do seu próximo filho, que tem 16 anos, e os dois vivem em uma casa com seu primeiro filho e sua sogra, “que a trata como uma filha”. Reafirma o quanto está feliz morando nessa casa e que os três, ela, o namorado e o filho, são muito “brincalhões” e nada comportados.

As adolescentes dizem, na Conversação, “que era bom os dois (ela e o namorado) cuidarem do seu primeiro filho”, mas ela retruca: “Nada! A gente é quase como criança, quando tem chocolate então... Ganhamos chocolates e ficamos nós três, eu, meu namorado e meu filho brigando pelo chocolate. Ali somos todos iguais”.

Nesse fragmento, podemos supor que Júlia, mesmo após a segunda gravidez, não se localiza com um saber sobre um novo lugar, não tendo atravessado o momento de passagem da adolescência para o mundo adulto. A gravidez não se constitui, para essa jovem, como um rito de passagem, como uma resposta ao ser de mulher. Júlia passa por este acontecimento no corpo sem uma pergunta sobre si mesma, sobre o seu lugar.

Consideramos importante observar o que ela aponta no início da conversação, que nos parece ser uma questão para ela, que é a nomeação que ela recebe do Outro, “irresponsável”, e quando ela diz, em relação à primeira gravidez: “minha mãe disse que não foi minha culpa”. Verificamos que Júlia questiona mais o lugar de filha que o lugar como mãe ou mulher. Ela

existe, então, mais como um dos irmãos, entre “os iguais”, sendo a sogra quem exerce a função de mãe para os três.

Mesmo tendo passado por duas gestações, isso não tem efeito sobre o sujeito de um atravessamento, um rito de passagem que possa nomeá-la de outro modo. Assim, como Wlendlia do “Despertar da Primavera”, a gravidez não apresenta significantes novos para Júlia. O primeiro filho, do padrasto, surge como um irmão mais novo de Júlia, do qual ela precisa cuidar - “somos todos iguais”, “somos brincalhões”, “brigamos por chocolate”. O encontro com a nova família dá a Júlia uma mãe, por meio da sogra, e ela passa a existir como mais uma filha.

A primeira gravidez surge com um acontecimento que ela nomeia como “estupro”. Não foi possível localizar se essa nomeação é dela, se é uma nomeação própria ou se é do Outro. Não conseguimos escutar o que significou esse “estupro”, somente que ela teve, a partir do nascimento do filho, um irmão. Sobre a mãe, Júlia diz mais de uma vez: “ela não me considerou culpada”. Na Conversação, não tivemos a chance de escutar melhor como se deu a relação dela com a mãe biológica e com o padrasto, pai de seu primeiro filho. Todavia, fica claro que um dos primeiros efeitos desse acontecimento é uma errância pelas ruas da cidade. Há uma predominância do agir, um corpo que sai andando e conversando, principalmente com os policiais. Um *acting out*? Não seria um modo de ficar às voltas com a lei e se proteger?

O que barra esse corpo e pode dar um lugar para essa adolescente é a segunda gravidez, que acontece de um outro modo. Ela engravida de um rapaz próximo de sua idade, um adolescente como ela, e encontra uma nova família. Uma sogra que a acolhe “como se fosse sua filha”, assim como acolhe seu primeiro filho, seu irmão. Ao encontrar uma sogra que pode fazer a função de mãe, ela se torna filha novamente.

4.1.4.2 “Depois que engravidei, tudo mudou”

Cris, uma jovem de 14 anos, está em sua primeira gravidez. No único encontro com a psicóloga, relata que é a filha mais velha de 10 irmãos, que sempre ajudou a mãe nos cuidados com estes e com a casa, mas que a mãe nunca estava satisfeita com ela: “nós duas brigávamos muito”. Depois de um tempo, por causa das brigas, ela decidiu morar com o pai.

Como não deu certo, ela foi morar com o namorado, com quem estava no período deste encontro.

Ela relata que após a gravidez “tudo mudou”: “minha mãe agora conversa comigo, me diz como fazer para cuidar de uma casa e de um marido. Meu pai me ajuda me dando dinheiro quando eu preciso - “tudo mudou”. No final da sessão, ela ainda nos conta que vai ganhar um presente que sempre quis de sua mãe: uma boneca. Cris está às voltas com o seu lugar no desejo do Outro e tenta, de várias formas, “satisfazer” a mãe. Ela precisa de um lugar no Outro familiar e encontra um lugar como filha a partir da gravidez. Antes da gravidez, ela era mais uma entre os 10 irmãos, a mais velha que se ocupava dos afazeres da casa, mas que não era legitimada como filha pela mãe.

A pergunta sobre o seu lugar no desejo da mãe está mais clara e precisa do que uma pergunta sobre o seu ser de mulher para um homem. Ela nos diz: “minha mãe está me ensinando a cuidar de uma casa e de um marido”. Como ela já cuidava de uma casa e já morava com o namorado antes de engravidar, o que está em jogo é o olhar da mãe sobre ela, e não a relação dela com um homem ou o que poderia significar ser uma mulher. Ao mesmo tempo, encontrar o seu ser de mulher também passa por uma transmissão, pelo olhar do Outro e pelo lugar que uma Outra pode ter para uma adolescente.

Relembramos o “caso Dora”, em que esta, mesmo cuidando das crianças da Sra. K ou quando está sendo seduzida pelo Sr. K, “[...] não sabe onde se situar, nem onde está, nem para o que serve, nem para o que serve o amor” (LACAN, 1956/1957-1995, p. 149). Dora olha para a Sra. K tentando saber o que é ser uma mulher. Com isso, nos perguntamos se o que importa para Cris é que isso seja transmitido pela sua mãe, uma transmissão do que poderia ser uma mulher. Podemos também localizar aqui a imiscuição do adulto na criança, já que a menina banca a mulher desde cedo, embora isso não signifique que haja uma resposta sobre o seu ser de mulher.

Neste fragmento, localizamos também o que observa Alberti em seu livro “Esse sujeito adolescente”, ao afirmar que antes de uma passagem ao ato há um agir que chama o Outro para um olhar, que convoca o Outro para que este dê um lugar para o adolescente. Os *acting* de Cris são as brigas com a mãe, morar com o pai e morar com o namorado aos 13 anos de idade. Acreditamos que esses atos eram maneiras de convocar o olhar do Outro, sendo o apelo descrito por Alberti.

O que é interessante no caso de Cris é que não são *acting out* que permitem ao sujeito fazer uma travessia para o mundo adulto. Ela está às voltas com o seu lugar no Outro familiar. Se não há um lugar no Outro familiar, se ela não ocupa, imaginariamente, o lugar de objeto fálico para a mãe, um lugar de exceção, que é possível, mesmo sendo uma filha entre 10 irmãos, como ela vai se separar para encontrar o seu nome e seu lugar no mundo adulto, fora do familiar?

Nas operações de alienação e separação, a separação é uma resposta à alienação. “A primeira, a alienação, é própria e mesmo puramente de ordem simbólica, [...] o resultado desta operação implica, necessariamente, uma resposta de gozo – a separação” (MILLER, 1999/2012, p. 93). Sabemos que esse trabalho já foi realizado na tenra infância, quando nos referimos a sujeitos, conforme descrito nesta dissertação, que foram atravessados pelo discurso, que estão às voltas com o falo e que atravessaram o Complexo de Édipo, não havendo a forclusão do Nome-do-Pai. Entretanto, na puberdade, ocorre uma falha do que foi construído na tenra infância e o sujeito precisa inventar um nome a partir da construção infantil, mas tendo que se dirigir ao mundo fora do contexto familiar e tendo que lidar com a pulsão sexual e terna.

No caso de Cris, parece-nos que os *acting out* e a gravidez funcionam como uma tentativa para encontrar o seu lugar de alienação ao Outro, mesmo que a operação de alienação e separação já tenha acontecido na tenra infância. A alienação:

Vem para unificar os conceitos de identificação e de recalque. Primeiramente, a identificação supõe um significante que representa o sujeito, um significante, de certa forma, absorvente, que está no Outro e ao qual o sujeito se identifica ao mesmo tempo em que permanece como conjunto vazio e é representado como significante. Em segundo lugar, e ao mesmo tempo, o sujeito encontra o recalque (MILLER, 1999/2012, p. 93/94).

Cris sai de casa, mora com o pai, mora com o namorado, mas isso não se configura como uma tentativa de encontrar no mundo uma identificação, sendo mais um apelo ao Outro do que uma travessia. “É possível falar de ‘acting out’ quando há uma cena que é a fala, e o sujeito se põe a agir diante do Outro nessa cena. É preciso o Outro, é preciso o espectador” (MILLER, 2006/2014, p. 7). Todas as cenas de briga com a mãe e de ir de casa em casa são relatadas pela jovem sem que ela explicita o que a interessa fora do núcleo familiar. Que mundo é esse que ela gostaria de encontrar? Cris descreve esses acontecimentos mais como um horror e um abandono do que com um brilho ou interesse pelo mundo exterior. Freud nos

ensina, no texto “Os Três ensaios sobre a sexualidade infantil”, que na puberdade, algo se desloca e o mundo fora passa a ter um brilho. Parece-nos que o mundo fora ainda não tem brilho para essa adolescente.

Nesse mesmo texto, Freud afirma que, na infância, o que a criança quer é se identificar com os pais, e que mesmo que a fantasia, que o romance familiar seja uma separação do par parental, a identificação com os pais ainda é necessária. Somente na puberdade, quando a fantasia vacila, não responde, não nomeia o gozo, há uma queda na identificação, e como nos esclarece Freud (1914/1996), no texto “Algumas considerações sobre a psicologia do Escolar”, o par parental perde o brilho. Esta adolescente não procura uma identificação fora, uma resposta sobre si mesma enquanto um rito de passagem para o mundo adulto, isso não advém. O que ela nos diz é que ela encontrou um lugar no desejo do Outro materno. Com a gravidez, Cris ganha um lugar de filha, torna-se exceção, a filha/mãe entre os 10 filhos. Talvez, a travessia só ocorra a partir da transmissão do que é ser uma mulher feita por uma outra que, neste caso, diferente do “caso Dora”, pode ser feita pela mãe.

Diferentemente de Wlenda em “O Despertar da Primavera”, para quem a gravidez aparece como algo sem sentido e permanece sem sentido, a gravidez de Cris é um apelo ao Outro que funciona, que dá um lugar a ela como filha. Ao pensarmos a separação, neste fragmento, verificamos que ela pode se dar a posteriori, talvez com o nascimento do filho, que não conseguimos acompanhar, e com o modo como a mãe poderá transmitir algo sobre um lugar de mulher.

4.1.5 Clara, uma adolescente que nos mostra outro caminho

4.1.5.1 Recusar é se responsabilizar?

“A maternidade é uma solução honrosa para a feminilidade? Honrosa, ela é. Mas sob o ponto de vista analítico, será que é autêntica? É preciso aí diferenciar a mãe e a mulher.” (Miller, 1994/2015, p. 13).

Clara é uma das adolescentes que esteve na conversação. É uma garota calada, que a cada palavra que diz, a cada questionamento, fica com os olhos marejados ou sorri e silencia-se. Nas poucas vezes em que falou, contou-nos sobre o encontro sexual que teve aos 9 anos.

Esse acontecimento é questionado pelas adolescentes que consideram essa circunstância precoce. Na introdução desta dissertação, vimos que aos 9 anos uma pessoa é considerada criança pela civilização e, portanto, deve ser protegida. Além disso, uma criança não é considerada capaz de responder pelos seus atos, assim, um ato sexual nessa idade é considerado precoce e violento, reconhecido como um estupro ou um abuso sexual. Para conseguirmos escutar o que esse acontecimento significou para Clara, aguardamos, na Conversação, sua resposta. Ela nos conta que não se tratou de um abuso ou de uma violência, mas de um encontro. Para a psicanálise, os encontros e desencontros ou os acontecimentos têm um efeito para cada sujeito, de forma particular. Orientados por essa via, podemos escutar o relato de Clara sem dar a ele o mesmo significado dado pelas adolescentes presentes na Conversação ou dado pela cultura e pela civilização atual.

Em outra Conversação, as adolescentes começam a se queixar da instituição e das leis estabelecidas. O modo como a ONG e seus funcionários trabalham é questionado por elas, que o consideram abusivo. Verificamos, na fala das adolescentes e nas normas impostas, que há um ideal preestabelecido pela instituição. Há uma normatização e adequação, principalmente em relação à maternidade e à sexualidade. Para serem boas mães e se manterem com seus filhos, devem cumprir as normas e se adequarem a um ideal social, além de apagar suas questões sexuais. Essa posição não é exclusiva da ONG, é também uma posição das políticas públicas na atualidade. Clara não diz nada durante esta Conversação, ficando calada.

Nesta Conversação, elas pedem uma intervenção. Pedem um encontro com a instituição e que eu funcione como intermediária na reunião. Digo a elas que eu também estava submetida às leis da instituição e às leis das políticas públicas, “todos nós estamos”, mas que eu iria pensar no que poderíamos fazer.

Na Conversação seguinte, sou recebida pelas adolescentes com silêncio e uma estranheza. A Conversação não acontece. Pergunto a elas sobre esse silêncio. Ao terminar esse encontro, sou chamada pela psicóloga da instituição, que relata que na semana anterior, Clara foi para a escola e não voltou, retornando no dia seguinte “sem o uniforme, com uma roupa diferente, uma roupa curta e não sabemos onde dormiu”. Esse acontecimento é uma circunstância difícil para a instituição. A psicóloga nos diz “que tudo que havia sido construído (para Clara), até aquele momento, foi desfeito”.

Depois desse dia, coincidentemente, na ocasião da próxima Conversação, Clara tem uma reunião com familiares. Chega no final do encontro, muito angustiada, mas não diz sobre o ocorrido, respondendo somente o que perguntamos a ela. Questionamos se a reunião havia sido boa e se teria uma saída para o que não foi bom. Ela responde que não. Diz, chorando, que a reunião não foi boa e que não haverá uma boa saída.

Clara participa de mais uma Conversação em que as adolescentes falam o que queriam após saírem da instituição, o que fariam e o que desejavam para os seus filhos. Nesta Conversação, falam de um ideal materno e do que consideravam ser uma boa mãe para uma criança.

Após duas semanas, ao retornar à instituição para outra Conversação, a psicóloga me chama e relata que Clara havia saído da ONG. Ela vai à coordenadora e diz que não iria mais ficar, anunciando sua decisão também à psicóloga que a atendia e ao juiz de seu caso. Isso não é feito sem palavras, é dito aos três responsáveis pelo caso: instituição, psicóloga clínica e juiz.

Depois de sua decisão e resolução, as adolescentes são chamadas até a sala de reunião onde é dito a todas que Clara iria sair. Elas perguntam se ela iria para outro abrigo e eles respondem que não, que ela iria sair da instituição para a rua. A coordenadora anuncia que, naquele momento, elas iriam abrir a porta para Clara. Em um ritual, as adolescentes vão até a porta de entrada da ONG, abrem a porta e se despedem. O bebê de Clara fica na instituição. Até o momento da última Conversação, as jovens se revezavam para cuidar dele.

Na Conversação, perguntamos sobre esse acontecimento. Algumas dizem que ela precisou ser muito corajosa, que ela gostava muito do filho, mas elas sabiam que Clara não tinha ninguém para cuidar dela. Ela havia dito a uma das adolescentes “que sabia que não podia levá-lo, já que ela não tinha para onde ir, onde morar e que ninguém iria cuidar dela e do bebê”.

Neste fragmento, parece-nos que o que as políticas públicas pedem e oferecem à Clara não responde à sua questão como sujeito, ao seu lugar como mulher ou a uma saída da adolescência. Ela recusa o que é estabelecido pelo Outro.

Em um primeiro momento, Clara foge, não volta para a instituição e abandona seu filho por um dia. Seria um *acting*? Podemos afirmar que o *acting*, para o adolescente, conforme mencionado nesta dissertação, pode ser considerado, em alguns casos, um apelo ao Outro. Quando essa adolescente evade da instituição, o olhar se volta para ela, “tudo que

havia sido construído até o momento se desfz”. Com isso, o juiz é acionado e decide pelo seu retorno para a instituição. A avó, a psicóloga, todos os mecanismos são acionados, mas isso não responde, não a nomeia.

A partir deste fragmento, é necessário pensarmos o que significa a maternidade quando esse acontecimento não dá um lugar, não nomeia, e quando o sujeito não se apropria desse nome ainda que seja, como demonstramos em alguns fragmentos anteriores, para encontrar um lugar como filha.

Nos fragmentos trabalhados, vimos que a gravidez, em alguns casos, funcionou dando um lugar para o sujeito - “quando engravidei parei com tudo” (Lívia). Vimos também a gravidez que não altera em nada a vida do sujeito - “eu continuei do mesmo jeito, só parei quando vim pra cá” (Bela). Assim, esse acontecimento de corpo tem um efeito diferente para cada sujeito. É importante localizarmos que o efeito da gravidez e da maternidade para cada uma é singular, pois a criança “satura, substituindo-se a esse objeto (objeto perdido), a modalidade de falta em que se especifica o desejo (da mãe), seja qual for sua estrutura especial: neurótica, perversa ou psicótica” (LACAN, 1969/2003, p. 370).

De acordo com o que descrevemos nesta dissertação, a criança entra como substituto do falo, e em cada estrutura vemos respostas singulares, como o caso de uma moça em atendimento em uma das ONGs: “como vou comprar roupa pra ele, se ele não nasceu?”. E ainda: “disseram pra eu comer em dobro, então, como dois ovos, dois pães”. Ela nos mostra que esse bebê não tem corpo fora do real, não há imaginário sobre o bebê, e dentro da sua estrutura, a metáfora não se apresenta. Esta é uma gravidez que tem um efeito diferente dos efeitos apresentados nesta dissertação. Verificamos, em todos os fragmentos descritos, que estar grávida não significa ser mãe, e Clara nos ensina isso de forma evidente, pois ela é acolhida e se deixa acolher em sua gravidez, embora a maternidade não tenha o mesmo efeito para ela.

Conforme descrito no capítulo sobre maternidade e psicanálise, Freud trata o bebê como um substituto do falo e teoriza que essa é uma solução para responder ao ser de uma mulher, é o encontro com o objeto. “Ao considerar o modo em que a castração se inscreve para o sujeito feminino, em termos do não-ter falo e, sobretudo, em função da equivalência simbólica entre o pênis e o filho, emerge a hipótese [...] de que a solução para a feminilidade é a maternidade” (SANTIAGO, 2015, p. 75). O filho seria uma resposta à castração segundo a

afirmação freudiana. No caso de Clara, um bebê não foi uma solução, não tendo se configurado como uma resposta para esta adolescente.

No texto “Mãebebê ou mãemulher”, Santiago formula que a questão do desejo não pode ser colocada sobre a mãe e, sim, sobre a mulher, e que a maternidade passa pela “condição de ser mulher” (SANTIAGO, 2015, p. 74). A mãe tem o bebê, a mulher deseja e pode fazer de um bebê uma causa, um objeto. Assim, o caso Clara interroga o que é uma mulher para além da mãe, e é necessário nos perguntarmos o que seria uma mulher para a psicanálise e fazer uma pequena distinção teórica desta questão.

Quando a adolescente Clara retorna após a sua evasão, é dito: “ela volta sem uniforme, com uma roupa curta e não sabemos onde dormiu”. Ela não volta como a mãe ou a pudica, ela volta como mulher. Em um texto de Laia (2015, p. 25) sobre a peça Medeia de Eurípedes, ele diz: “seu ato desmedido: só mesmo bárbara e bruxa cometeria tal desfaçatez”. Esse argumento, “só bárbara e bruxa”, diz-nos muito de como uma mulher é vista. A mulher é aquela que faz atos desmedidos, loucos, insanos e indevidos. Esta não é a mãe! Clara volta para a ONG fora da posição de mãe tal como ela é idealizada pela ONG e pelas políticas públicas.

Podemos afirmar, ao colocarmos as questões da psicanálise, que mãe é o contrário de mulher. A mulher “é o Outro que encarna a ferida da castração, o Outro atingido em sua potência” (SANTIAGO, 2015, p. 76). A mãe tem o falo. A mãe tem o bebê. No texto “Medeia a Meio-Dizer”, Miller nos esclarece o que seria a verdadeira mulher para a psicanálise:

Uma verdadeira mulher é o sujeito quando não tem nada – nada a perder. Uma verdadeira mulher, ao modo de Lacan, não recua diante de nada, diante de nenhum sacrifício, quando o mais precioso está em jogo – ali onde o homem, obnubilado, emaranhado pelo que tem a perder, não segue adiante, desvia o olhar, passa a outra coisa. (Miller, 1993/2015, p. 10).

Essa mulher descrita acima por Miller, por não ter nada, não tem nada a perder e não fecha os olhos diante disso. A mãe, como diz Miller ao se referir a Lacan no “Seminário, livro 4”, é o Outro da demanda, o Outro “todo poder” que pode conceder ou não, responder ou não, é o outro que tem a riqueza, detém a linguagem, tem a abundância. A criança pede à mãe e é a mãe quem pode oferecer. Diferente da mãe, a mulher, no inconsciente, é a pobre, a difamada, o “Outro do não-ter”, aquela que é agredida, violada, difamada, censurada, silenciada... Quando ela é enaltecida, é na sombra da maternidade, daquela que nutre uma criança ou um homem. A mulher “é o Outro desejável, o Outro do desejo” (MILLER, 1994/2015, p. 14).

Miller declara que se quisermos fazer uma oposição entre mãe e mulher, podemos dizer, em primeiro lugar, que “a mãe é o Outro da demanda e a mulher é o Outro do desejo” (MILLER, 1994/2015, p. 14).

Miller afirma que a mulher no inconsciente, a mulher do desejo, que está diretamente relacionada à castração e à falta, são várias, ou melhor, cada uma é uma, “são todas diferentes na medida que encarnam a diferença como tal [...] ao passo que a mãe, esta é uma e toda. Se Lacan disse que “A mulher não existe”, foi para mostrar que a mãe, por sua vez, existe. Há (Il y a) a mãe” (MILLER, 1994/2015, p. 19).

Verificamos que Clara não é difamada pelas adolescentes na Conversação, mas é colocada como aquela que é impotente diante das circunstâncias. A impotência e a incapacidade estão mais do lado de uma mulher que de uma mãe. Ao mesmo tempo, ao lermos os textos acima referidos, será que poderíamos afirmar que há uma mãe, uma mãe impotente, uma “não toda mãe”? (MILLER, 1994/2015, p. 20).

Devemos aqui separar o olhar das adolescentes do olhar da instituição, pois a instituição sabia das possibilidades de ser uma “boa mãe”. A escolha de Clara não é a escolha das políticas públicas, ela é aquela que “não quis a boa saída”, não quis a maternidade, que é o lugar estabelecido pelas políticas públicas como uma boa solução.

Assim, podemos distinguir a percepção das adolescentes, em que a mulher está sob a sombra da mãe, demonstrado quando elas dizem do sacrifício materno feito por Clara, do entendimento da instituição e das políticas públicas que supõem, na maternidade, uma saída, uma solução não aceita por essa adolescente.

É importante esclarecer o ideal imaginário de maternidade existente na atualidade. Sabemos que o modo como a maternidade é vista hoje também foi uma construção. No livro “Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno”, a filósofa Badinter descreve como esse ideal de mãe foi uma construção ao longo dos tempos. Apesar das várias mudanças ocorridas em relação à mulher e à maternidade, na atualidade, a maternidade ainda é vista como um ideal e as políticas públicas confirmam isso. Como exemplo, temos uma tentativa de intervenção, em Belo Horizonte, sobre as crianças nascidas de mães adolescentes ou não que são usuárias de substâncias consideradas tóxicas. Essa intervenção tinha a pretensão de proteger as crianças. Para isso, a decisão preestabelecida como regra a ser seguida era obrigar os profissionais da saúde a comunicar “à Vara Cível da Infância e da Juventude o nascimento de bebês em situação de ‘alto risco’, o que inclui a dependência química das mães,

principalmente do crack”¹⁸ (CÂMARA, 2016). Essa Portaria teve grande repercussão, tendo sido bastante questionada. Tanto essa Portaria como o que Badinter descreve em seu livro demonstram que há um ideal materno na atualidade que podemos questionar tanto pela realidade vivida quanto pela realidade histórica da construção da família, como também nos aponta Ariés em seu livro “história social da criança e da família”.

Ao decidir sair da instituição usando a palavra, Clara faz diferente do primeiro momento em que ela evade, em que a ação prevalece. Para sair da instituição de um outro modo, ela precisou dizer. Quando ela diz, algo de seu lugar como sujeito fica preservado, lugar o qual decide por si mesma. Essa decisão de sair da instituição e deixar seu bebê não é considerada, pelas políticas públicas, uma decisão favorável, preestabelecida, reconhecida como um lugar ideal de mãe. De acordo com as políticas, ela toma uma decisão insana, incoerente e indevida, não só porque ela está em um abrigo, aos cuidados da instituição, que vinha trabalhando para ela ser acolhida pela avó, mas também, como descrevemos no início da dissertação, porque o adolescente é visto como aquele a ser conduzido. Os atos decididos por estes são tratados como indevidos ou precipitados, e Clara, de forma planejada e organizada, vai até a coordenadora da ONG, ao juiz e deixa seu bebê sob a tutela da lei.

Ao fugir da instituição, Clara faz um *acting out*, uma cena que demanda um espectador, direcionada ao Outro, um apelo. A instituição, a partir desse *acting*, fica às voltas com a evasão de Clara, tentando reverter sua ação. Parece-nos que esse movimento, essa decisão da instituição em reverter a situação não responde às questões de Clara e não faz uma inscrição no Outro. Sabemos que as passagens ao ato e os *acting*, podem fazer ou não uma inscrição no Outro. Clara nos diz, após a reunião com os familiares, que não haveria uma boa resposta para o que aconteceu. Não seria a decisão de Clara uma resposta há uma não inscrição no desejo do Outro? Seria uma “recusa ao Outro”?

No texto “A passagem ao ato nos adolescentes”, Lacadée (2007, p. 6) afirma que o adolescente é sempre moderno, é moderno “em relação às pulsões que agem nele”, e que é preciso que o Outro “autentique” esse novo que surgiu, que diga sim! Não basta a um pai dizer não, é necessário que um pai diga sim ao novo que surge em uma criança ou em um adolescente. Podemos nos perguntar se Clara precisaria dessa autenticação do Outro, um sim diante da sexualidade que se apresenta, “ela volta com uma roupa diferente, curta e não sabemos onde dormiu”.

¹⁸ Portaria número 3/2016 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Ela não é considerada destemida pelas adolescentes ao evadir, mas corajosa quando a decisão passa pela palavra, quando ela diz. Quando ela pode responder por si, não como infratora, aquela que foge, evade, mas quando ela responde por sua decisão e assina por isso dentro da lei. Quando ela se responsabiliza. As adolescentes, ao dizerem que ela foi corajosa, nos contam que, para elas, a “sombra da mãe recaiu sobre a mulher” (MILLER, 1994/2015, p. 14). Essa é uma resposta das adolescentes à decisão de Clara, não é um sim ao ser de mulher, mas um sim ao sacrifício da mãe.

Clara responde à ONG de um modo considerado pelas políticas públicas indevido, insensato. Contudo, ao considerarmos a psicanálise e a palavra, avaliamos que não foi uma resposta desmedida. O que ela nos diz, sem enlouquecer, fazendo um contraponto a Freud, é que a maternidade não dá a ela o contorno ou a resposta sobre o seu ser de sujeito, que um bebê não respondeu à falta, à castração, ele não ocupou o lugar de substituto do falo. Neste fragmento, diferente dos anteriores, podemos concluir que a adolescente recusa a maternidade e que esta não responde ao seu ser de mulher e nem dá a ela um lugar na relação com a família. Os *acting*, evadir, ir para a rua, também não dão a ela um lugar no desejo do Outro. Diferente dos casos anteriores, não há inscrição no Outro. Não há uma “boa resposta” do Outro.

5 CONCLUSÃO

Em que esta pesquisa pode contribuir para o tema da gravidez na adolescência? O que é possível dizer sobre essa questão considerada, muitas vezes, um problema pelas políticas públicas e pela sociedade?

Apesar de todas as dificuldades que uma adolescente pode ter a partir de uma gravidez, apresentadas no Relatório da ONU e descritas na introdução desta dissertação, em alguns casos, conforme demonstramos por meio dos fragmentos clínicos as adolescentes puderam encontrar, depois desse acontecimento, um novo lugar social, familiar e foram acolhidas por uma instituição, recebendo abrigo, alimento e escola. Além disso, após a gravidez, cada uma pôde repensar a sua história e a sua relação com a vida. Assim, reafirmamos: é somente no caso a caso que podemos interrogar o sentido e a função da gravidez, a cada vez, com cada uma. Não há uma única resposta para todas, podendo ser a gravidez uma solução ou não, uma inscrição ou uma não inscrição.

Podemos considerar a gravidez na adolescência como uma resposta ao Outro? Seria a gravidez na adolescência um modo do adolescente responder ao que ocorre em seu corpo? Um modo de se dirigir ao Outro? Um *acting out*?

Ao retermos os fragmentos clínicos, podemos afirmar que cada uma delas, ao seu modo, precisou dar uma resposta à não inscrição no desejo do Outro. Os casos de Lívia e de Cris nos mostram claramente este fato. A primeira foi abandonada pela mãe, e a segunda nos diz que não tinha lugar, que mesmo sendo a filha mais velha e fazendo de tudo para ajudar a mãe, o lugar de filha ainda não pertencia a ela. Os *acting* dessas adolescentes podem ser uma resposta ao Outro, como nos diz Lívia sobre o abandono da mãe - “eu enlouqueci”.

As respostas dirigidas ao Outro apresentadas nos fragmentos clínicos não foram escutadas: ser andarilha pelas ruas da cidade conversando com os policiais (Júlia); ficar na rua agredindo as pessoas (Lívia); viver sob a lei do tráfico (Bela); sair de casa em casa (Cris). Estes não foram apelos escutados pelo Outro, não fizeram um laço com menos risco, não houve inscrição.

Com a gravidez, surge um novo lugar, é um apelo, um *acting* escutado pela família, por outras famílias, pelas políticas públicas, pela instituição e pela sociedade. O *acting*, como descrito, é uma cena endereçada ao Outro. A gravidez, em alguns casos, também é uma ação dirigida ao Outro, é um acontecimento, na adolescência, para ser escutado.

Os episódios de infração e violência apresentados pelas adolescentes mencionadas acima não tiveram um efeito de inscrição. É somente com a gravidez que uma inscrição no desejo do Outro se faz. Assim, o Outro responde à gravidez e à maternidade dessas adolescentes, nomeando-as e ensinando-as como existir no mundo, mas a partir desta circunstância, como grávidas e mães.

Surge uma condição em que a sombra da mãe recai sobre a mulher. Como grávidas e mães, elas têm um lugar de honra, mas não de mulher. Essa questão ilustra muito bem o que Lacan nos ensina sobre a mulher, descrito no fragmento de Clara, e que Miller (1994/2015) mostra nos textos “Medeia a meio-dizer” e “Mãe-mulher”. A sexualidade das adolescentes, o lugar de mulher não pode se apresentar, mas o lugar de mãe, sim. No fragmento de Clara, isso se apresenta de forma mais evidente, mas com as outras adolescentes apresentadas nesta dissertação, isso também é reconhecido, ao localizarmos os modos como elas dizem do seu lugar de mãe. A mulher enquanto falta, que se apresenta no uma a uma, com sua castração e difamação, não pode se apresentar, mas aquela que se apresenta como a que tem, aquela que é, que existe, é um lugar ocupado pelas adolescentes a partir da gravidez e da maternidade. A mãe existe, a mãe tem, a mãe é.

Após esta escrita, algo se conclui e podemos afirmar que o psicanalista, a cada vez, a cada encontro com uma adolescente grávida ou mãe, precisa deixá-la dizer sobre a sua gestação e maternidade. Ele deve escutar o *acting*, a cena e os atos dessas adolescentes e assentir com uma resposta possível, acolhendo a solução de cada uma, consentindo com algo que surja para além do esperado ou idealizado. O trabalho do psicanalista deve se dar, se possível, em parceria com as políticas públicas, com a sociedade em questão e com as ONGs que acolhem e oferecem um lugar para essas adolescentes.

Após esta pesquisa, podemos afirmar que o ponto que nos levou a nos debruçar sobre este trabalho ainda está em aberto. A Conversação em que as meninas nos dizem: “os meninos vão para o tráfico e as meninas engravidam”, ainda não foi tratada com sua devida importância. É necessário voltarmos a esta questão e nos perguntarmos sobre a “diferenciação sexual, [...] como poderemos progredir quanto a essa predisposição e a essa diferenciação precoce – a menina enquanto menina e o menino enquanto menino?” (MILLER, 2015, p. 3). Essa questão perpassa o caminho dos adolescentes. Como podem encontrar um modo de atravessar o “túnel” apresentado por Freud? Já que isto, a diferenciação sexual, já foi construída na tenra infância?

O adolescente vive a falha da fantasia, “uma crise do pai e é essa crise que faz nascer a nova geração” (FREDA, 1992, p. 28). Podemos declarar que, na atualidade, as balizas, os limites reconhecidos anteriormente, antes da diluição do Outro, não existem mais, pois a partir da derrocada do Outro verificamos que a linha de transgressão, necessária à passagem para a vida adulta, está cada vez mais tênue.

O adolescente, então, procrastina essa passagem para a vida adulta e fica perdido diante da pluralidade dos objetos, colocando-se cada vez mais em risco a partir de seus comportamentos. Esses “comportamentos de risco mantêm um certo endereçamento ao Outro” (LACADÉE, 2007, p. 2) e devem ser escutados. Há, também, a recusa ao Outro. Alguns adolescentes decidem prescindir ou recusar o Outro e vivem uma vida que consideram autêntica, mas com comportamentos de risco, considerados graves pela sociedade, como vimos no filme “17 filles” e em alguns fragmentos.

O adolescente precisa lidar com o que é novo para ele, que surge em seu corpo: as pulsões sexuais. Ele deve encontrar um modo de lidar com o sexo e a não relação sexual. Com a queda do Outro e a inexistência, na atualidade, de ritos de passagem definidos, mais consistentes, além da proliferação de objetos de mais-de-gozar, o adolescente “fica desprovido de significantes para mascarar o desencontro entre o sexo” (MATTOS, 2005, p. 56).

Os modos inventados pelos adolescentes para fazer a travessia, muitas vezes, se confundem ou representam um “desamparo do jovem (adolescente) quanto ao seu futuro, [...] apresentando mais uma desilusão que um ideal” (MATTOS, 2005, p. 59). Desse modo, o adolescente não consegue decidir por um lugar. O que ele nos diz é que não importa a posição hetero ou homo, mas onde há satisfação, “onde eu me sinto bem,” como nos ensinaram as adolescentes presentes nas Conversações. Assim, surgem vários nomes para as identificações de um sexo, para além de heterossexuais e homossexuais, e vários modos de gozo tal qual a proliferação dos objetos.

Os adolescentes ainda não sabem como fazer, precisam inventar, mas também é impossível ensiná-los, levá-los e conduzi-los. A pergunta é: como a psicanálise pode pensar em um modo de acolher esses novos modos da adolescência?

Declaramos, a partir desta pesquisa, nos referindo, principalmente, ao caso de Clara, que ainda na atualidade, eles precisam tanto do não quanto de um sim. O pai freudiano que responde com um não, interditando a relação da mãe com a criança, é um pai necessário,

fundamental nesse novo momento que é a puberdade. Entretanto, como nos ensina Lacan, o pai que posteriormente diz sim, que autentica uma invenção infantil, é tão fundamental quanto o pai da interdição. Lacadée (2007), no texto “A passagem ao ato nos adolescentes”, mostra-nos que esse pai do sim, esse que diz sim à invenção da criança, precisa surgir nesse novo momento, na adolescência, autenticando uma invenção do sujeito púbere que está às voltas com o novo da pulsão. No caso Clara, a resposta oferecida pelo Outro não autentica, não a nomeia e não há uma inscrição no desejo do Outro. A questão de Clara era sobre a sexualidade, e a maternidade não pode responder sobre o seu ser de mulher. Não foi possível ajudá-la a inventar uma solução, a sombra da mãe não recai sobre a mulher. Uma solução chamada de honrosa, por Miller, não foi a solução encontrada por Clara.

A psicanálise deve se perguntar e escutar as cenas, o apelo dos adolescentes para além das soluções ideais e condizentes com as normas vigentes, com as políticas públicas e com a sociedade. Deve ficar atenta e apostar nas invenções possíveis de cada sujeito adolescente, à saída, solução, mesmo que seja uma solução autenticada pela metade, não toda, como pode ser a gravidez em alguns casos.

É necessário autorizar o sujeito a dizer e a se reinventar naquilo que se apresenta tão desgovernado e sem nome que são as pulsões sexuais que surgem na puberdade. Assim, com esse saber ensinado pelas adolescentes, apostaremos em uma escuta, a cada vez, do que cada adolescente sabe sobre si mesmo(a), e por meio da teoria psicanalítica, a partir desse método, confirmar, consentir, dizer sim a esse novo da pulsão que surge, empurrando o sujeito para uma outra vida.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Sonia. **Esse sujeito adolescente**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1996.
- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: GEN.LTC, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o Mito do amor Materno**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido** – sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2009.
- BEALE, Jonathan. EUA investigam 'pacto de gravidez' em escola; assista. **BBC-Brasil.com**, Brasília, 20 jun. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/06/080620_eua_pactogravidez_pu.shtml>. Acesso em: 20 maio. 2016.
- BRASIL. **Código Penal**. Aborto. Artigos 124 a 128. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 20 maio. 2016.
- BROWN, Nohemí; CARVALHO, Rodrigo; MACEDO, Lucíola; ANTUNES, Miguel; BARROS, Maria do Rosário. **CIEN**, 2016. Disponível em: <<http://cien-brasil.blogspot.com.br/p/cien.html>>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- CÂMARA, Luciene. Nova lei leva recém-nascidos e mães viciadas em crack à Justiça. **Jornal O Tempo online**. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/nova-lei-leva-rec%C3%A9m-nascidos-e-m%C3%A3es-viciadas-em-crack-%C3%A0-justi%C3%A7a-1.1369488>>. Acesso em: 31 mar. 2017.
- CHAPADEIRO, Cibele Alves; ANDRADE, Helga Yuri Silva Okano; ARAÚJO, Maria Rizioneide Negreiros. **A família como foco da Atenção Primária à Saúde**. Belo Horizonte: Nescon/UFMG, 2011. Disponível em: <<https://ares.unasus.gov.br/acervo/bitstream/handle/AARES/86/familia.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- COTTET, Serge. Puberdade Catástrofe. Estudos Clínicos: Transcrição 4. In: **Adolescência: o despertar**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996, p.101-p.106.
- DRUMOND, Cristina. 17 Filles. **CIEN Digital**, Belo Horizonte, n. 17, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/ciendigital/n17/cinecien1.html>>. Acesso em: 15 jun. 2016.
- FIGUEIREDO, Ana Cristina. A Construção do Caso Clínico: uma contribuição da psicanálise à psicopatologia e à saúde mental. **Revista Latino Americana de Psicopatologia Fundamental**, ano VII, n. 1, mar. 2004, p. 75-86.
- FREDA, Damasia Amadeo. **El adolescente actual – nociones clínicas**. San Martín: Universidad Nacional de Gral. UNSAM EDITA, Fundación CIPAC, 2015.

FREDA, Hugo. O Adolescente Freudiano. In: **Adolescência: o despertar**. Rio de Janeiro: Kalimeros/Publicação da Escola Brasileira de Psicanálise, 1996, p. 21-29.

FREUD, Sigmund. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905[1901]). In: FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 15-118.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. **Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 119-229.

FREUD, Sigmund. Moral Sexual 'civilizada e doenças nervosa moderna (1908). In: FREUD, Sigmund. **'GRADIVA' de Jensen e Outros Trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 167-188.

FREUD, Sigmund. Romances Familiares (1908/1909). In: FREUD, Sigmund. **'GRADIVA' de Jensen e Outros Trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 217-222.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (1914). In: FREUD, Sigmund. **O caso de Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996a, p. 161-174.

FREUD, Sigmund. Algumas Reflexões sobre a Psicologia do Escolar (1914). In: FREUD, Sigmund. **Totem e Tabu e Outros Trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996b, p. 243-250.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: FREUD, Sigmund. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996c, p. 77-110.

FREUD, Sigmund. As transformações do instinto exemplificadas no erotismo anal (1917). In: FREUD, Sigmund. **Uma Neurose Infantil e Outros Trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 133-144.

FREUD, Sigmund. A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher (1920). In: FREUD, Sigmund. **Do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 157-186.

FREUD, Sigmund. Novas conferencias introdutórias sobre psicanálise (1933[1932]). In: FREUD, Sigmund. **Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos**. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 13-180.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Movimento Minas. **Relatório Movimento Minas e do Desafio**: “Gravidez na adolescência”. Disponível em: <www.movimentominas.mg.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2013.

GUERRA, Andréa Maris Campos. Psicanálise e produção científica. In: NETO, Kyrillos; MOREIRA, Jacqueline Oliveira (Org.). **Pesquisa em Psicanálise**: transmissão na universidade. Barbacena MG: EdUEMG, 2010, p. 130-145.

GUIMARAES, Maria C. P. O estatuto renovado da passagem ao ato. **Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, Rio de Janeiro, vol 2, n. 2, jul./dez. 2009, p. 291-306. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982009000200009>. Acesso em: 4 jan. 2017.

HARTL, Judith. 1960: Primeira pílula anticoncepcional chega ao mercado. **Revista DW Made for minds**, 2017. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-br/1960-primeira-p%C3%A0Dlula-anticoncepcional-chega-ao-mercado/a-611248>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

LACADÉE, Philippe. **O Despertar e o Exílio**: ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

LACADÉE, Philippe. A passagem ao ato nos adolescentes. **Revista Eletrônica do Núcleo Sephora**, vol. 02, n. 04, maio a outubro de 2007, p. 1-10 Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus/numero_04/traducao_02.htm>. Acesso em: 20 out 2015.

LACADÉE, Philippe. No espírito da conversação interdisciplinar: um jogo da vida. **Revista CIEN-Digital**, n. 01, out. 2007. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/ciendigital/pdf/CIEN-Digital01.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

LACAN, Jacques. Teoria da falta de objeto - As três formas da falta de objeto. In: LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 4**: a relação de objeto (1956/1957). Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 1998a, p. 24-39.

LACAN, Jacques. As vias perversas do desejo – o primado do falo e a jovem homossexual. In: LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 4**: a relação de objeto (1956/1957). Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 1998b, p. 95-111.

LACAN, Jacques. As vias perversas do desejo – bate-se numa criança e a jovem homossexual. In: LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 4**: a relação de objeto (1956/1957). Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 1998c, p. 112-132.

LACAN, Jacques. As vias perversas do desejo – Dora e a jovem homossexual. In: LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 4**: a relação de objeto (1956/1957). Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 1998d, p. 133-152.

LACAN, Jacques. Passagem ao ato e acting out. In: LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 10: a angústia** (1962-1963). Rio de Janeiro: ZAHAR, 2004, p. 128-145.

LACAN, Jacques. O inconsciente e a repetição - da rede dos significantes. In: LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise** (1964). Rio de Janeiro: ZAHAR, 1985/2008, p. 48-57.

LACAN, Jacques. A agressividade na psicanálise. In: LACAN, Jacques. **Escritos** (1966). Rio de Janeiro: ZAHAR, 1998, p. 104-126.

LACAN, Jacques. Nota sobre a criança. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003a, p. 369-370.

LACAN, Jacques. O ato psicanalítico. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003b, p. 371- 382.

LACAN, Jacques. Prefácio a O despertar da primavera. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos** (1974). Rio de Janeiro: ZAHAR, 2003c, p. 557-559.

LAGE, Amarilis. Como a pílula anticoncepcional moldou o mundo em que vivemos hoje. **Revista Galileu Saúde**, mai. 2015. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/05/55-anos-da-pilula-anticoncepcional-como-ela-moldou-o-mundo-em-que-vivemos-hoje.html>>. Acesso em: 14 jan. 2017.

LAIA, Sergio. O que Medeia nos ensina sobre as mães, hoje?. **Curinga**. Maternidades Contemporâneas, n. 40, out. 2015, p. 23-34.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Edição Martins Fontes, 1992/1998.

LAURENT, Éric. O trauma ao avesso. **Papéis de Psicanálise**. Como o sexo chega às crianças, Belo Horizonte, vol. 1, n. 1, abr. 2004, p. 21-28.

LESOURD, Serge. **A Construção Adolescente no Laço Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LUZ, Natalia. Tribunal Constitucional do Zimbábue aprova lei que proíbe casamento infantil no país. **Revista Por dentro da Africa**, jan. 2016. Disponível em: <<http://www.pordentrodaafrica.com/noticias/tribunal-constitucional-do-zimbabue-aprova-lei-que-proibe-casamento-infanti-no-pais>>. Acesso em: 30 jan. 2016.

MARCOS, Cristina Moreira. A Pesquisa em Psicanálise e a Linha de Pesquisa Processos Psicossociais do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu de Psicologia da PUC-Minas. Psicanálise e produção científica. In: NETO, Kyrillos; MOREIRA, Jacqueline Oliveira (Org.). **Pesquisa em Psicanálise: transmissão na universidade**. Barbacena MG: EdUEMG, 2010, p. 99-111.

MATTOS, Cristiana. Jovens em Análise. **Curinga**. Novos Sintomas: Angústia de Sempre, n. 21, jun. 2005, p. 55-60.

MILLER, Jacques-Alain. Segundo Seminário. In: Miller, Jacques-Alain. **A lógica na direção da cura**. Belo Horizonte: EBP-Minas. O Lutador, 1995, p. 55-84.

MILLER, Jacques-Alain. A criança e o saber. **CIEN-DIGITAL**, n. 11, jan. 2012. Disponível em: <<https://dl.dropboxusercontent.com/u/71316212/CIEN-Digital%2011.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

MILLER, Jacques-Alain. Jacques Lacan: Observações sobre seu conceito de passagem ao ato. **Opção Lacaniana online nova série**, ano 5, n. 13, mar. 2014. Disponível em: <http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_13/Passagem_ao_ato.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2016.

MILLER, Jacques-Alain. Medeia a meio-dizer. **Opção Lacaniana**. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise. Nota sobre o pai Mãe-mulher, n. 71, 2015a, p. 09-11.

MILLER, Jacques-Alain. Mãe-Mulher. **Opção Lacaniana**. Revista Brasileira Internacional de Psicanálise – Nota sobre o pai Mãe-mulher, n. 71, 2015b, p.13-21.

MILLER, Jacques-Alain. Os seis paradigmas do gozo. **Opção Lacaniana online nova série**, ano 3, n. 7, mar. 2012. Disponível em: <http://opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_7/Os_seis_paradigmas_do_gozo.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2016.

MILLER, Jacques-Alain. **Em direção à adolescência**. Disponível em: <<http://minascomlacan.com.br/>>. Acesso em: 4 jan. 2017.

MIRANDA, Margarete; VASCONCELOS, Renata; SANTIAGO, Ana Lydia. Pesquisa em psicanálise e educação: a conversação como metodologia de pesquisa. **Revista Online Scielo**, ano 6, 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000032006000100060&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 fev. 2015.

NOGUEIRA, Alessandra. A evolução dos contraceptivos em imagens. **Revista Hype Science**. Em Bem-Estar, out. 2009. Disponível em: <<http://hypescience.com/23788-a-evolucao-dos-contraceptivos/>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PAZES, Revista. Grande vitória: Proibido casamento infantil no Zimbábue. **Revista Pazes**, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.revistapazes.com/grande-vitoria-proibido-casamento-com-meninas-criancas-no-zimbabue/>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

RODRÍGUES, Ricardo Vélez. Napoleão Bonaparte: Imperador dos franceses duzentos anos – 1804 -2004. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Napole%20.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

SANTIAGO, Jesús. Mãebê ou mãemulher. **Curinga**. Maternidades Contemporâneas, n. 40, out. 2015, p. 73-86.

SISSON, Nathalia; WINOGRAD, Monah. A Ciência de Freud: Introdução ao problema da cientificidade da psicanálise. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 22, n.1, jan./abr. 2010, p.67-84.

SOLANO, Esthela. **A Adolescência**: o despertar. Arquivos da Biblioteca. Rio de Janeiro: EBP-RJ, n.1, nov. 1997, p. 7-50.

STEVENS, Alexandre. Adolescência, Sintoma da Puberdade. **Curinga**, EBP-MG, n. 20, nov. 2004. Relatório da Situação da População Mundial de 2013. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/situacao-da-populacao-mundial>>. Acesso em: 24 mai. 2016.

TEIXEIRA, Antônio. Singularidade subjetiva e metodologia clínica. **CliniCAPS**, vol 5, n. 13 (2011) – Artigos.

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas. **Resumo do relatório da ONU - Situação da População Mundial de 2013**. Disponível em: <<http://www.onu.org://www.onu.org.br/gravidez-na-adolescencia-e-tema-do-relatorio-anual-do-unfpa/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas. **Resumo do relatório da ONU - Situação da População Mundial de 2014**. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/swop2014.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

VORCARO, Ângela. Psicanálise e método científico: o lugar do caso clínico. Pesquisa em Psicanálise: Transmissão na universidade. In: NETO, Kyrillos; MOREIRA, Jacqueline Oliveira (Org.). **Pesquisa em Psicanálise**: transmissão na universidade. Barbacena MG: EdUEMG, 2010, p. 11-23.

WEDEKIND, Frank. “O Despertar da Primavera” (1890/1891) Tradução Sheila Ewert e adaptação Zé Henrique de Paula. Disponível em: <<http://www.teatrosemcortinas.ia.unesp.br/Home/HistoriadoTeatroMundial33/o-despertar-da-primavera.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

ZEITOUNE, Christiane da Mota. **A Clínica Psicanalítica do Ato Infracional**: os impasses da sexuação na adolescência. Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano 2010. Disponível em: <<http://teopsic.psicologia.ufrj.br/arquivos/documentos/8DC032B4F657517933C3DF4030435377.pdf>>. Acesso em: 31 marc. 2017.